



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Inovação social no Alentejo: atores, áreas e
modelos de ação.**
O caso da Fundação Eugénio de Almeida.

António José Martins Carvalho

Orientador: Prof. Doutor Adão António Nunes de Carvalho

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Inovação social no Alentejo: atores, áreas e
modelos de ação.**
O caso da Fundação Eugénio de Almeida.

António José Martins Carvalho

Orientador: Prof. Doutor Adão António Nunes de Carvalho

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2018

É preferível ir coxeando o bom caminho que avançar a passo firme pelo mau.
Santo Agostinho

*Para meu Pai (in memoriam), para todos que chegaram e partiram,
para minha Mãe, para a Chantal e a Alice*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer especialmente às pessoas e instituições que fizeram com que esta dissertação fosse possível, ajudando-me a percorrer este caminho:

Ao meu professor orientador Prof. Doutor Adão António Nunes de Carvalho que confiou em mim e me despertou para caminhos que eu não encontraria.

A todos os professores do Mestrado em Políticas Públicas e Projectos da Universidade de Évora que ao longo deste período tudo fizeram para nos dotar com os conhecimentos que nos eram necessários.

À Fundação Eugénio de Almeida, e ao seu Coordenador da Área Social, Henrique Sim-Sim, que pela sua disponibilidade e empenho contribuiu para que este trabalho se realizasse.

Às demais entidades objeto desta dissertação, o meu especial agradecimento, pois são elas que com os seus Projetos materializam a inovação social; que com os seus sucessos e dificuldades seguem o seu caminho, e sempre se disponibilizaram, contribuindo para o bom termo desta dissertação.

À minha família, a minha enorme gratidão por todo o seu apoio.

Inovação social no Alentejo: atores, áreas e modelos de ação.
O caso da Fundação Eugénio de Almeida.

Resumo

O tema desta dissertação é a inovação social de âmbito regional, produzida e fomentada por uma variada tipologia de instituições (privadas e públicas, lucrativas e não lucrativas). Esta dissertação comporta dois propósitos principais: (i.) Determinar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida em termos de inovação social, demonstrando a forma de o potenciar; (ii.) Compreender as iniciativas de inovação social dos atores regionais. Foi realizado um levantamento conceptual exaustivo. No plano empírico, duas abordagens distintas, mas complementares: (i.) Análise de um conjunto de dados sobre projetos constantes do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, Norte, Centro, Alentejo; (ii.) Estudo de caso sobre a Fundação Eugénio de Almeida, analisando o seu modelo de ação. Com esta dissertação, apresentamos uma técnica que foi construída e aprimorada de acordo com os dados em análise, permitindo uma abordagem do estudo em consonância com os objetivos. Os resultados obtidos fornecem uma visão geral e simultaneamente identificam padrões específicos em termos de tipologia de entidades envolvidas, formas de financiamento, áreas de intervenção e parcerias estabelecidas nos projetos de inovação social. O modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida revela características e problemáticas ao nível de intervenção que espelham o contexto específico identificado detalhadamente neste trabalho.

Palavras-chave: Inovação social, Fundação Eugénio de Almeida, Parcerias, Projetos, Modelos de ação, MIES.

Social innovation in Alentejo: actors, areas of intervention and models of action.
The case of the Eugénio de Almeida Foundation.

Abstract

This research project focuses on social innovation at a regional level, promoted and implemented by different types of institutions (private, public, for profit and nonprofit). This dissertation has two main purposes: (i) To understand the action model of the *Fundação Eugénio de Almeida* (Foundation) concerning social innovation and examine how it does to further the impact of its action. (ii) To understand the social innovation initiatives of regional players. This study starts with an exhaustive conceptual analysis in order to get a robust theoretical background for the research undertaken. At an empirical level, two different but complementary approaches are put forward: (i.) An in depth analysis of the Map of Innovation and Social Entrepreneurship, North, Center, Alentejo data set on social innovation projects, covering the North, Centre and Alentejo regions of Portugal. (ii.) A case study of the *Fundação Eugénio de Almeida*, through the examination of its action model for social innovation intervention. In this study, we use a technique of analysis that we have adjusted to the data so as to answer the objectives of the research. The results allow us to have a general understanding of the relevant aspects of social innovation and at the same time identify specific patterns in terms of the typology of entities involved, forms of financing, areas of intervention and established partnerships of social innovation projects. The action model of *Fundação Eugénio de Almeida* reveals characteristics and problematics that mirror its particular context of intervention.

Keywords: Social innovation, *Fundação Eugénio de Almeida*, Partnerships, Projects, Models of action, MIES.

L'innovation sociale dans l'Alentejo: acteurs, domaines et modèles d'action.
Le cas de la Fondation Eugénio de Almeida.

Résumé

Le thème de ce mémoire de master est celui de l'innovation sociale dans un cadre régional, réalisée et promue par les institutions. Le rôle des institutions comme actrices de l'innovation sociale est fondamental (privé, public, lucratif et sans but lucratif). Ce mémoire comporte deux objectifs principaux : (i.) déterminer le modèle d'action de la *Fundação Eugénio de Almeida* en termes d'innovation sociale, démontrant la manière dont elle met à profit tout son potentiel (ii.) Comprendre les initiatives de l'innovation sociale des acteurs régionaux. Nous avons réalisé une collecte conceptuelle de données exhaustive, ce qui permet d'explorer les thèmes d'investigation selon les concepts définis par les auteurs. Sur le plan empirique, deux abordages distincts mais complémentaires, ont été faits: (i) Analyse d'un ensemble de données sur les projets de la Carte d'Innovation et d'Entrepreneuriat social Nord, Centre, Alentejo) (ii.) Étude de cas sur la *Fundação Eugénio de Almeida*, analysant son modèle d'action. Avec ce mémoire, nous présentons une technique en fonction des données analysées, permettant une approche d'étude en accord avec les objectifs, c'est également une contribution à souligner. Nous pouvons affirmer que, en ce qui concerne la *Fundação Eugénio de Almeida*, son domaine d'action révèle des caractéristiques et des problématiques qui reflètent le contexte spécifique identifié en détail dans ce travail.

Mots-clefs: Innovation sociale, *Fundação Eugénio de Almeida*, Partenariats, Projets, Modèles d'action, MIES.

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
RÉSUMÉ	VI
ÍNDICE	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	X
ÍNDICE DE TABELAS	XII
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	I
1.1 ENQUADRAMENTO.....	I
1.2 O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	3
1.3 APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	7
1.4 DESCRIÇÃO SUCINTA DA METODOLOGIA E LIMITES DO ESTUDO	7
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	8
CAPÍTULO 2 - CONCEITOS, ATORES, INSTITUIÇÕES	10
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INOVAÇÃO SOCIAL	10
2.2 DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE INOVAÇÃO SOCIAL E PERSPETIVAS ATUAIS.....	11
2.3 DIMENSÕES E DOMÍNIOS DA INOVAÇÃO SOCIAL	22
2.4 INSTITUIÇÕES FOMENTADORAS DE INOVAÇÃO SOCIAL	26
2.5 SÍNTESE.....	29
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTOS	31
3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO SUPORTE E APOIO DA INOVAÇÃO SOCIAL	31
3.2 ANTECEDENTES E ENQUADRAMENTO GERAL DA POLÍTICA DA UE	33
3.3 OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DA UE EM INOVAÇÃO SOCIAL	33
3.4 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL.....	35
3.5 ÍNDICES DE INOVAÇÃO SOCIAL	36
3.6 SÍNTESE.....	41
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	42
4.1 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	43
4.2 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	50
4.3 DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES	51
CAPÍTULO 5 – MAPA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL	55
5.1 ENTIDADES ESTUDADAS NO MIES	55

5.2	PROJETOS EM PARCERIA	67
5.3	DENSIDADE DAS REDES E PARCERIAS	72
5.4	FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	85
5.5	ÁREA DE INTERVENÇÃO PRINCIPAL DOS PROJETOS	94
5.6	SÍNTESE.....	96
CAPÍTULO 6 - A AÇÃO DA FEA NO FOMENTO DA INOVAÇÃO SOCIAL.....		98
6.1	A PERSPETIVA INSTITUCIONAL DE INOVAÇÃO SOCIAL.....	98
6.2	DA INTEGRAÇÃO EM REDES A PARCEIRO REGIONAL DA POLÍTICA DE IS.....	101
6.3	FINANCIAMENTO, ÁREA DE INTERVENÇÃO E OBJETIVOS DOS PROJETOS.....	103
6.4	CONTEXTO, CONCEITO DE INOVAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA OS PROJETOS	108
6.5	BENEFÍCIOS COMUNS DAS PARCERIAS	115
6.6	A RELAÇÃO FEA /ENTIDADES PARCEIRAS	116
6.7	SÍNTESE	117
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		118
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS		128
	ANEXO A ANÁLISE DA ENTREVISTA AO COORDENADOR DA ÁREA SOCIAL DA FEA	129
	ANEXO B INVENTARIAÇÃO DAS AÇÕES DA FEA NO ÂMBITO DA INOVAÇÃO SOCIAL	138

Lista de abreviaturas

ALMOLIN - Alternative models of local innovation
 ARS - Administração Regional de Saúde
 ASCTE - Associação Sociocultural Terapêutica de Évora
 BEPA - Bureau of European Policy Advisors
 CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
 Change Labs - Laboratórios de mudança
 City Labs - Laboratórios da cidade
 ES+ - Iniciativa de Alto Potencial em Inovação e Empreendedorismo Social
 ETMA - Empresa Transformadora de Mármore do Alentejo SA
 FEA - Fundação Eugénio de Almeida
 IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação
 ID - Investigação e desenvolvimento
 IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
 IES - Instituto de Empreendedorismo Social
 IIES - Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social
 In-House Change - Laboratórios de mudança em casa
 Innovation labs - Laboratórios de inovação
 IPAV - Instituto Padre António Vieira
 IS - Inovação social
 Lab.For.Évora - Laboratório para Apoio a Novas Ideias Sociais
 Labs - Laboratórios
 LEED - Local Economic and Employment Development
 Living Labs - Laboratórios vivos
 MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social
 MIT - Massachusetts Institute of Technology
 NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts
 OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development
 OSA - Observatório Social do Alentejo
 PIB - Produto Interno Bruto
 Simulated Living Labs - Laboratórios vivos simulados
 SIX - Social Innovation Exchange
 Social labs - Laboratórios sociais
 TEPSIE - The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe
 UCC - Unidade de Cuidados Continuados

Índice de figuras

Figura 1 Organograma da Fundação Eugénio de Almeida	5
Figura 2 Inovação social “sistémica e disruptiva” versus “contexto específico e adaptativo”	14
Figura 3 Inovação social muito amplamente definida	15
Figura 4 Inovação social definida de forma restrita	15
Figura 5 Inovação social definida como o cruzamento da colaboração de vários atores sociais diferentes	16
Figura 6 Inovação social pela qual o valor criado beneficia principalmente a sociedade como um todo, em vez de benefícios privados de indivíduos	16
Figura 7 Evolução nos termos / frases mais comuns presentes nas definições de IS de 1965 a 2014; nos agrupamentos: Processo de mudança social; Desenvolvimento sustentável e Setor de serviços. 20	
Figura 8 Quadro alargado de políticas de apoio à inovação social, empreendedorismo social ou empreendedorismo. Exemplos relacionados com a inovação social.	32
Figura 9 Ranking mundial do ecossistema de inovação social (% ponderada).....	37
Figura 10 Quadro institucional e político da inovação social	38
Figura 11 Financiamento da inovação social	40
Figura 12 Questionário Inovação social no Alentejo: o caso da Fundação Eugénio de Almeida.....	47
Figura 13 Entidades promotoras de projetos - Alentejo (%).....	65
Figura 14 Importância relativa do tipo de entidades promotoras de projetos – regiões Norte, Centro e Alentejo (%)	66
Figura 15 Entidades e densidade das parcerias	73
Figura 16 Tipo de envolvimento das entidades nas parcerias em que estiveram presentes -número de ocorrências nas regiões Norte, Centro e Alentejo	74
Figura 17 Entidades de Cultura e Lazer promotoras de projeto e relações de parceria	75
Figura 18 Entidades de Educação e Investigação promotoras de projeto e relações de parceria.....	75
Figura 19 Entidades de Saúde promotoras de projeto e relações de parceria	76
Figura 20 Entidades de Serviços Sociais promotoras de projeto e relações de parceria	77
Figura 21 Entidades de Ambiente promotoras de projeto e relações de parceria	78
Figura 22 Entidades de Desenvolvimento e Habitação promotoras de projeto e relações de parceria ..	78
Figura 23 Entidades de Participação Cívica e Defesa de Causas promotoras de projeto e relações de parceria	79
Figura 24 Entidades de Intermediários Filantrópicos promotoras de projeto e relações de parceria	79
Figura 25 Entidades de Internacional promotoras de projeto e relações de parceria.....	80
Figura 26 Entidades de Religião promotoras de projeto e relações de parceria	81
Figura 27 Entidades de Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos promotoras de projeto e relações de parceria	81
Figura 28 Outras entidades como promotoras de projeto e relações de parceria	82
Figura 29 Entidades do Estado promotoras de projeto e relações de parceria	82
Figura 30 Entidades de Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia promotoras de projeto e relações de parceria	83
Figura 31 Entidades de Empresas Sociais promotoras de projeto e relações de parceria	84
Figura 32 Entidades de Empresas Privadas promotoras de projeto e relações de parceria	84
Figura 33 Relações de financiamento nas regiões Norte, Centro e Alentejo.....	85
Figura 34 Fontes de financiamento de IS: Municipal, n.º de casos por região	87
Figura 35 Fontes de financiamento de IS: Financiamento (fundos privados), n.º de casos por região ..	87

Figura 36 Fontes de financiamento de IS: Financiamento estatal, n.º de casos por região	88
Figura 37 Fontes de financiamento de IS: Cash flow, n.º de casos por região	89
Figura 38 Fontes de financiamento de IS: (Filantropia) ou financiamento institucional, n.º de casos por região	89
Figura 39 Fontes de financiamento de IS: Financiamento a Fundo Perdido, n.º de casos por região	90
Figura 40 Fontes de financiamento de IS: Autofinanciamento, n.º de casos por região	91
Figura 41 Fontes de financiamento de IS: Voluntariado, n.º de casos por região.....	91
Figura 42 Fontes de financiamento de IS: Crowdfunding, n.º de casos por região	92
Figura 43 Fontes de financiamento de IS: Quotização, n.º de casos por região	93
Figura 44 Fontes de financiamento de IS: Financiamento externo não discriminado, n.º de casos por região	93
Figura 45 Fontes de financiamento de IS: Autossustentável, n.º de casos por região	94
Figura 46 Área de intervenção principal dos projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo - N.º de projetos e percentagens totais	95
Figura 47 Área de intervenção principal dos projetos, percentagem na região Alentejo	96
Figura 48 Referências a “inovação social” nos Relatório e Contas 2008-1015	99
Figura 49 Materialização dos objetivos dos projetos	107
Figura 50 Construção do conceito de inovação social pelos parceiros da FEA	109
Figura 51 Motivação para a escolha de parceiros para o projeto	110
Figura 52 Motivação para a parceria com a FEA	111
Figura 53 Aspectos relativos às parcerias estabelecidas.....	112
Figura 54 Aspectos relativos a práticas institucionais.....	113
Figura 55 Aspectos relativos ao projeto	114
Figura 56 Avaliação de carácter geral acerca do projeto	115

Índice de tabelas

Tabela 1 Principais definições de inovação social, o foco de cada conceito e as linhas de origem (Áreas de origem).....	17
Tabela 2 Quatro domínios de abordagens disciplinares em que a inovação social é atualmente utilizada e abordada.....	23
Tabela 3 Dimensões de inovação social do modelo ALMOLIN.....	25
Tabela 4 Ações da Comissão Europeia em inovação social.....	34
Tabela 5 Guião de entrevista semiestruturada com o Coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida Henrique Sim-Sim.....	45
Tabela 6 Classificação internacional das organizações sem fins lucrativos.....	52
Tabela 7 Classificação de outras tipologias de instituições presentes.....	52
Tabela 8 Áreas de intervenção principal dos projetos do MIES	53
Tabela 9 Tipologia de financiamento dos projetos do MIES	53
Tabela 10 Entidades que constam no Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social MIES	57
Tabela 11 Entidades promotoras de IS – Classificação.....	64
Tabela 12 Número de ocorrências (e respetiva percentagem) das relações de parceria estabelecidas pelas entidades promotoras e parceiras nas regiões Norte, Centro e Alentejo.	68
Tabela 13 Número de ocorrências e percentagem das relações de parceria estabelecidas pelas entidades promotoras e parceiras na região Alentejo	70
Tabela 14 Frequência de tipologias de financiamento das entidades promotoras de projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo.....	86
Tabela 15 Projetos de IS com parceria com a Fundação Eugénio de Almeida.....	104
Tabela 16 Classificação das entidades objeto de questionário	106
Tabela 17 Área de intervenção principal dos projetos MIES (2015) e dos projetos proveniente dos laboratórios de inovação da Fundação Eugénio de Almeida.....	108

Capítulo I – Introdução

Antes de iniciarmos este primeiro capítulo, é necessário indicar que o seu propósito é apresentar alguns aspetos preliminares que delimitam esta dissertação, nomeadamente os seus objetivos e questões a investigar de forma a enquadrar e apresentar todo o trabalho produzido. Para cumprir este propósito faz-se um enquadramento onde se perspetiva o tema transversal a todo o trabalho, a inovação social (IS). De seguida explicita-se o problema de investigação, assim como as questões de contexto e práticas relativas à Fundação Eugénio de Almeida (FEA) relacionadas com a inovação social. Como seguimento, são enunciados os objetivos de investigação, assim como a descrição das opções-metodológicas e limites do estudo. Por fim são descritas as estratégias de estudo utilizadas.

1.1 Enquadramento

Este trabalho enquadra-se no mestrado em Políticas Públicas e Projectos da Universidade de Évora. Trata-se de um estudo sobre a inovação social na região Alentejo, focando atores, áreas e modelos de ação. Terá como enfoque principal um estudo de caso sobre o papel da Fundação Eugénio de Almeida no fomento de inovação social.

Em termos motivacionais, e referido de uma forma abrangente, o fator impulsionador desta dissertação é o facto de se reconhecer a premência da inovação em termos sociais. A dimensão social tem em comum com outras dimensões onde o ser humano é um fator central, como por exemplo a dimensão tecnológica, a necessidade da inovação e evolução como fator de acompanhamento dos condicionamentos e dinâmicas evolutivas. Este comungar de atributos coloca a inovação social no mesmo patamar de importância e urgência que outros tipos de inovação que nos são mais perceptíveis e imediatos.

Os sistemas sociais e as formas de intervenção das instituições¹ respondem aos novos problemas com ações resolutivas, usualmente em conformidade com contextos passados. Em consequência responde-se a uma nova necessidade social com a disseminação de uma resposta já conhecida e utilizada. Não se questiona a bondade da resposta, conhecido que frequentemente esta é a única resposta possível dentro do enquadramento institucional e social existente. De facto, a premente questão em causa é procurar respostas que funcionem melhor, utilizando todos os recursos e possibilidades existentes, sendo um deles o recurso à inovação, assumindo o seu significado etimológico, renovar, inventar, criar. A sociedade e as instituições, de uma forma geral, não estão estruturadas de forma a resolver as questões acima apontadas de uma forma adaptativa, criativa, inovadora e imediata. Frequentemente, como já anteriormente mencionado, as respostas são menos conseguidas em termos de resultados, devido à urgência e forma de resolução das necessidades.

Para além destes aspetos reveladores de uma certa inércia, a inovação social é um campo que é comum a todas as sociedades, desde sempre. O sentido de inovar, inventar, criar, sempre esteve socialmente presente, mas nem sempre foi percecionado como tal. Atualmente

¹ Neste trabalho quando se refere instituição, refere-se como sinónimo de entidade.

assiste-se à tendência expressa de aplicação de recursos, humanos e materiais, com o propósito da resolução de forma inovadora de variadas questões de natureza social. Considerando o exposto, as práticas inovadoras e o potencial para a inovação em termos sociais são factos presentes, mas requerem ser pensados e objeto de estudo.

O conceito de inovação social tem sido utilizado de variadas maneiras, com significados diferentes. Em algumas das primeiras referências à inovação social, que remontam à década de 1960, usa-se o termo para referir a pesquisa experimental dentro das ciências sociais e humanas. Existe atualmente um grande debate sobre o que é inovação social, e como deve ser definida. O conceito de inovação social, não sendo recente tem aspetos que o ligam ao atual paradigma técnico-económico, que consiste em um determinismo económico, proveniente da mobilidade global das mercadorias, do capital, e de uma crescente desregulamentação social, resultante de fortes necessidades concorrenciais, assumindo-se como modelo inultrapassável. A inovação social surgiria então como um processo resolutivo pelas estruturas socioinstitucionais das questões geradas pelo novo paradigma.

Para clarificar o parágrafo anterior é necessário caracterizar sucintamente as atuais concepções de inovação social. Algumas definições de inovação social usadas são muito específicas e restritivas, excluindo muitas inovações sociais, não pela sua relevância ou utilidade social, mas porque têm origem no mercado (produtos ou serviços fornecidos pelas empresas privadas). Outras definições são tão amplas que abarcam projetos e organizações que embora proporcionem benefícios à comunidade não são particularmente inovadoras. Por exemplo, a associação feita entre inovação social e entidades do terceiro setor. Sendo algumas vezes entidades não inovadoras e projetos distintamente não inovadores, mas que mesmo assim são reconhecidos como tal. Por conseguinte, verifica-se uma multiplicidade de concepções sobre inovação social que vão desde ações simples, como por exemplo a simples agilização de determinados serviços ou a atribuição de mais recursos para resolver demoras do estado no seu préstimo de serviços aos cidadãos. Outras concepções de inovação social são geradoras de práticas coletivas que seguem uma via progressista frequentemente associadas a protestos de grande impacto, visando uma mudança de paradigma social. Estas últimas concepções materializam-se de facto ao nível da organização da vida em comunidade, através de práticas de organização social, entre outras, como por exemplo hábitos de consumo e atividades económicas diferenciados, que pelas suas características entram em declarada oposição com a tipologia de sociedade contestada.

Uma das formas de olhar a inovação social é através de uma perspetiva territorial. Esta perspetiva foca-se sobre os problemas de um determinado território, assim como na forma de se resolverem. Essa resolução é feita através de formas inovadoras pela modificação das relações sociais. Neste caso, a mudança assume-se essencialmente por intermédio da promoção da autonomia e das formas de participação na sociedade. Num campo de ação com características similares, mais concretamente o dos fatores de desenvolvimento económico local é defendido que:

“Os territórios locais e regionais são espaços de ação coletiva; os resultados da sua ação dependem de conhecimento preciso e identificação do comportamento e das relações dos agentes territoriais mais relevantes, bem como sua capacidade de coordenação (Neto *et al.*, 2009:85, tradução do autor).

Neste trabalho vamos analisar a inovação social de base territorial, como campo

preferencial de análise. O espaço físico (território, região, etc.) é considerado comumente uma construção social, para além de todas as particularidades do termo definido pelas ciências geográficas. Por essa razão, o papel das instituições como atores sociais e de inovação social de base territorial é fundamental ao construir as próprias espaços sociais de intervenção. As instituições não sendo exteriores ao processo são capitais em termos de produção de conhecimento, financiamento e coordenação dos diversos atores, contribuindo para que a inovação social ocorra. Os atores institucionais para desenvolverem o seu papel têm a predisposição natural para procurar suporte em outros atores externos. Sustentando-nos na seguinte referência, com origem na área do desenvolvimento económico local, reconhecendo de acordo com os citados autores que:

“A possibilidade de mobilizar essas habilidades depende fortemente das condições para o desenvolvimento de novas formas de interação que possam conciliar as estratégias individuais dos atores múltiplos em estratégias conjuntas legítimas” (Neto *et al.*, 2009:85, tradução do autor).

Relativamente à relação entre inovação social e modelos de inovação territorial e da dinâmica social do desenvolvimento territorial, havia mais a referir mais esse não é o âmbito principal do nosso trabalho. Afirmemos somente que a questão da inovação social é fundamental para o estudo do desenvolvimento nomeadamente do desenvolvimento territorial pois foca as questões das dinâmicas sociais e dos comportamentos humanos.

Considerando o exposto, vamos analisar o papel da Fundação Eugénio de Almeida enquanto fomentadora da inovação social na região Alentejo e a sua ligação com o universo relacionado; esse papel é-nos indicado pela própria Fundação Eugénio de Almeida.

“A Fundação tem-se juntado a outras instituições proativas (...), determinadas em transformar a sociedade e a serem, também elas, agentes de mudança e inventores de novas abordagens e de novas soluções sustentáveis e duradouras para uma miríade de necessidades sociais.

A constituição de parcerias locais, regionais e nacionais, o trabalho em rede, a partilha de recursos, e a reflexão e o debate em comum são ferramentas poderosas de uma dinâmica colaborativa que nos une a todos num mesmo desígnio” (André *et al.*, 2014:8).

Pretendemos conhecer o modelo de ação deste ator institucional na sua relação com a inovação social de base territorial. Esta dimensão de análise pretende conhecer a forma de ação das organizações fomentadoras de inovação social, na sua relação com o seu universo de ação.

1.2 O problema de investigação

O papel das instituições no fomento da inovação social é fundamental; por um lado, são o meio onde a inovação social pode surgir mais facilmente; por outro, são pela natureza da sua prática, construtoras de conhecimento resultante dessa mesma prática. Existe, porém, o risco das organizações e projetos funcionarem para si próprios, seguindo objetivos de sobrevivência organizacional e conservação de práticas institucionalizadas. Assim sendo, é necessário estudarem-se organizações e projetos procurando-se conhecer melhor as dinâmicas institucionais ligadas, neste caso, à inovação social.

As inovações sociais muitas vezes não são percecionadas pela sociedade em geral pela sua perspectiva inovadora, resultado de um processo construído e participado. São apreendidas como o resultado de processos e decisões com abordagens do topo para a base (*top-down*

approach), intrinsecamente ligadas ao poder², e que originam transformações na forma como as sociedades se organizam. Com a frequência com que as inovações sociais atualmente nos são apresentadas, quer como uma realidade de facto, quer como paradigma económico, social ou ideológico, surge a necessidade de elaborar mais sobre o tema, tendo em conta atores, áreas e modelos de ação.

A Fundação Eugénio de Almeida “é uma Instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, sediada em Évora, cujos fins estatutários se concretizam nos domínios cultural e educativo, social, e espiritual, visando o desenvolvimento humano pleno, integral e sustentável da região de Évora” (Fundação Eugénio de Almeida, 2016a, para. 1). A sua vocação institucional concretiza-se na realização dos seus objetivos estatutários, nomeadamente o seu artigo 3.º: “Os fins da Instituição são de beneficência, espirituais, culturais e educativos, visando a elevação do espírito de caridade cristã, do nível religioso, cultural e técnico da região de Évora de harmonia com os princípios tradicionais do País” (Fundação Eugénio de Almeida, 2016b:1). Tem igualmente como objetivo intervir através de projetos com objetivos de qualidade, inovação e impactos positivos. Assim, “Constituindo-se como um projeto institucional autónomo, independente e perpétuo por definição, a Fundação Eugénio de Almeida tem procurado manter-se fiel às suas origens, adaptada ao seu tempo e preparada para os desafios emergentes de um mundo em permanente transformação” (Fundação Eugénio de Almeida, 2016a, para. 6). Em termos de atividades concretas, a Fundação Eugénio de Almeida procura ser uma instituição inovadora e empreendedora, nomeadamente através da “implementação do seu projeto vitivinícola na década de 80 do século passado, que constituiu um investimento inovador, pela sua escala, no quadro das atividades agrícolas tradicionais do Alentejo” (André *et al.*, 2014:8). Esta atividade inovadora serve de suporte económico à persecução dos objetivos estatutários anteriormente referidos. Em concordância com os fins estatutários, a Fundação Eugénio de Almeida é promotora e impulsiona um conjunto integrado de iniciativas e programas próprios, em exclusivo ou em parceria, e apoia projetos de outras entidades públicas e privadas, abrangendo um amplo conjunto de atividades em distintos domínios do seu campo de atuação. Desta forma:

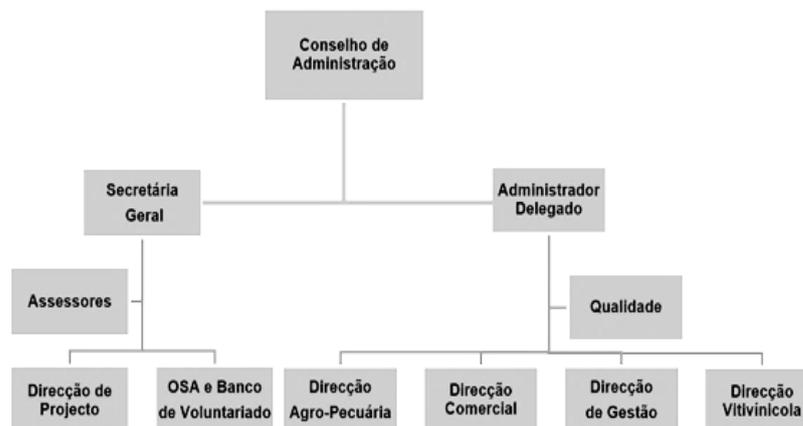
“[Na] prossecução da sua Missão, a Fundação articula meios e recursos com diversos interlocutores nacionais e estrangeiros, por forma a promover o desenvolvimento económico e um maior equilíbrio social da sua comunidade, contribuindo para a redução das consequências da interioridade e das assimetrias regionais” (Fundação Eugénio de Almeida, 2016a, para. 4).

Em termos de estrutura formal, a organização exhibe um organograma do tipo clássico, mostrando as relações hierárquicas da Fundação Eugénio de Almeida (ver Figura 1). No topo da hierarquia encontra-se o Conselho de Administração. A ele estão vinculados a Secretária Geral e o Administrador Delegado. Vinculados diretamente à Secretária Geral estão a Direção de Projeto o OSA (Observatório Social do Alentejo) e Banco de Voluntariado, com acompanhamento de assessoria. Ao Administrador Delegado estão vinculadas as Direções Agropecuária, Comercial, Gestão, e Vitivinícola com o acompanhamento de um departamento de qualidade. A Fundação Eugénio de Almeida tem duas áreas de atuação, uma de natureza produtiva e outra de feição institucional. A área produtiva é administrada pelo Administrador Delegado, eleito pelo Conselho de Administração, enquanto a área institucional é chefiada

² Sejam decisões de âmbito tecnológico, económico, cultural, político ou outras.

pela Secretária Geral. Na Fundação Eugénio de Almeida, a Secretária Geral acompanha ao Conselho de Administração e coordena o planeamento e a execução dos projetos e atividades relacionados com as diferentes áreas da Missão. A gestão corrente da Fundação Eugénio de Almeida é realizada por um Conselho Executivo, constituído por três membros apontados pelo Conselho de Administração.

Figura 1 Organograma da Fundação Eugénio de Almeida



Fonte: Cabral (2014:23).

A prática da Fundação Eugénio de Almeida, em termos de inovação social, verifica-se fundamentalmente no estabelecimento de parcerias, campos de treino em empreendedorismo social (*Bootcamps*), cursos de empreendedorismo. Igualmente realiza iniciativas como o “Fórum para a coesão e inovação social” e a “Plataforma para a coesão e para a inovação social” com o laboratório para apoio a novas ideias sociais, sendo a Fundação Eugénio de Almeida a entidade promotora e a IES – *Social Business School* a entidade parceira de formação. Sobre iniciativas desta natureza, a Fundação Eugénio de Almeida afirma que:

“(…) está comprometida em fazer a diferença, em ser agente de mudança, promovendo e utilizando o Empreendedorismo e a Inovação como instrumentos de criação e maximização de valor social. Neste âmbito, (...) a Fundação desenvolve há mais de uma década um programa integrado de iniciativas visando a qualificação e a inovação das organizações do terceiro setor. Desde logo através de um plano anual de formação dirigido aos gestores e técnicos dessas organizações, com o objetivo de gerar ou reforçar competências-chave determinantes para o desempenho das suas funções, na perspetiva da inovação e do empreendedorismo social” (André *et al.*, 2014:8).

Franck Moulart³, no prefácio ao estudo “Inovação social no terceiro setor - O Distrito de Évora”, referindo-se à criação do fórum para a coesão e inovação social, afirma:

“Com este propósito, o estudo sustenta a criação de um Fórum para o intercâmbio e a cooperação entre as organizações do terceiro setor em Évora e na sua envolvente. Fá-lo a partir da identificação de elementos partilhados pelas várias organizações e sugerindo novos caminhos para a ação conjunta, para além de indicar funções de apoio e facilitação que podem ser desempenhadas pela Fundação Eugénio de Almeida no quadro da construção e sustentação desse Fórum” (André *et al.*, 2014:11).

³ Frank Moulart é professor de ordenamento do território, Chefe da unidade de planeamento e desenvolvimento ASRO, Faculdade de engenharia, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica. Sendo uma das referências relativamente à inovação social no contexto do desenvolvimento territorial.

Estes autores enfatizam uma segunda dimensão relativamente à definição de inovação social, a dimensão social na componente relacional, quando afirmam que:

“Ao chamar a atenção [...] para a necessidade de identificar elementos partilhados entre as organizações que atuam em diversos setores, estamos a enfatizar a segunda dimensão da nossa definição de inovação social, isto é, a inovação nas relações sociais” (André *et al.*, 2014:11).

Temos então os fundamentos e linhas gerais que contribuem para a definição do problema de investigação. Tendo origem nos laboratórios (*Labs*) e outras atividades similares que decorrem na Fundação Eugénio de Almeida, existem projetos que são postos em prática. Todavia verifica-se ser fundamental a produção de conhecimento sobre estas iniciativas e os seus contextos envolventes, particularmente nas relações entre entidades, naquilo que lhes é comum e naquilo em que são divergentes.

Para termos uma visão abrangente do tema da inovação social socorremo-nos do MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social como forma de entendermos contexto e práticas. Ao analisarmos os projetos resultantes do mapeamento feito pelo MIES (2015)⁴, em termos das regiões do Norte, Alentejo e Centro, e do Alentejo *per si*, teremos a perceção dos modelos de ação das instituições a um nível alargado. Este facto é importante, porque assim entenderemos os contextos multidimensionais em que o próprio modelo da Fundação Eugénio de Almeida está inserido, permitindo identificar aspetos similares e divergentes. Da mesma forma ao conhecermos o contexto institucional alargado da inovação social, daquilo que é valorizado, fomentado e das respostas que propõem, teremos a perceção da inovação social que é praticada. Este facto explica a dimensão alargada de análise, aparentemente desequilibrada em termos de volume que foi concedida ao MIES nesta dissertação.

A análise dos tipos de entidades, atores, diversidade de áreas de intervenção, financiamento e parcerias fornecerá informação padronizada sobre os projetos; logo melhorar-se-á a compreensão das características inovadoras que estão presentes na diversidade de atores e projetos. A direção e temáticas da inovação social atuante em âmbitos territoriais diversos (Norte, Centro e Alentejo), assim como aquele em que Fundação Eugénio de Almeida está presente, serão tal-qualmente percecionadas.

Atualmente existe uma focalização na questão da inovação social em termos de conceção de políticas públicas⁵ e de discurso político. Em consequência disso, percecionam-se variadas práticas e posicionamentos que advêm de conceções ideológicas, mais ou menos intervencionistas ou substitutivas da ação do estado. Outra constante é a questão relacional entre inovação social praticada localmente e o contexto alargado das políticas enquadradoras dessa inovação social, nos seus resultados, sejam positivos ou negativos, são um dos interesses atuais da investigação como é afluída por Diana MacCallum ao afirmar que:

“Uma das questões duradouras em termos de pesquisa de inovação social (IS) refere-se à relação entre as ações socialmente inovadoras que ocorrem ‘no terreno’ e os ambientes institucionais e de políticas mais amplos em que tais ações acontecem. É uma relação que pode assumir muitas formas, tanto

⁴ Conjunto de dados do MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, sobre iniciativas de elevado potencial de inovação social e empreendedorismo social no Norte, Alentejo e Centro do País, excetuando o Algarve. Em <http://www.mies.pt/index.php/pt/o-mies/o-que-e>

⁵ Através da iniciativa Portugal Inovação Social, Portugal encaminha fundos estruturais europeus da programação 2014-2020 para a promoção da inovação social. A iniciativa tem como objetivo apoiar Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/index.php/sobre/>

positivas quanto negativas” (MacCallum, 2013:343, tradução do autor).

A diversidade institucional (entidades públicas, privadas, caritativas, de desenvolvimento) nos seus relacionamentos entre si dão forma àquilo que é objeto de estudo deste trabalho. Entende-se que os resultados destes relacionamentos, ambientes e questões de contexto são fundamentais para compreender o desenvolvimento da inovação social. A materialização de muitos destes aspetos relacionais entre instituições é observável, logo passível de estudo. O estudo dos projetos resultado das relações referidas por um lado, e a análise das ações concretas da Fundação Eugénio de Almeida claramente definem o seu papel como ator em inovação social. Assim o seu modelo e posicionamento em termos de inovação social serão clarificados. Este conjunto de realidades institucionais e sociais, nomeadamente nas relações entre atores em inovação social e os seus contextos particulares e comuns, é o cerne do problema de investigação deste trabalho, sendo o seu esclarecimento o nosso propósito.

1.3 Apresentação dos objetivos

De acordo com o anteriormente apresentado, a questão de investigação será a seguinte: dentro do contexto alargado da inovação social, diverso em tipologia de atores, modelos de atuação e questões abordadas, qual o contributo da FEA na definição de um modelo institucional de âmbito regional?

No âmbito desta questão, os objetivos específicos da investigação podem ser enunciados da seguinte forma:

- i. Definir inovação social, o seu âmbito e elementos caracterizadores.
- ii. Analisar os dados levantados pelo MIES na busca de padrões e singularidades em inovação social.
- iii. Compreender as iniciativas de inovação social, suas soluções inovadoras e sustentáveis encontradas pelos atores regionais.
- iv. Caracterizar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida de apoio à inovação social.
- v. Identificar formas de potenciar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida de acordo com o contexto de inovação social existente e seu potencial de desenvolvimento em termos regionais.

1.4 Descrição sucinta da metodologia e limites do estudo

Este trabalho vem juntar-se a recentes produções teóricas e de investigação, compostas por textos, artigos e teses abordando a temática da inovação social. O mais pertinente contributo deste trabalho será abordar o tema numa perspetiva oportuna; isto é, tratar o estado evolutivo da inovação social em Portugal e na região Alentejo.

A perspetiva oportuna remete-nos para a necessidade de contribuir para o conhecimento da questão no momento do seu desenvolvimento. A existência de dados com abrangência quase nacional, passíveis de serem tratados, assim como de produção académica sobre o tema, dá-nos um conjunto de informações e um suporte de conhecimento para atingirmos os objetivos do estudo.

Em termos teóricos, é feito um levantamento de base que permitirá uma percepção dos temas de investigação, assim como uma visão detalhada dos conceitos envolvidos e das conceções individuais dos autores de referência. No plano empírico, são feitas duas abordagens distintas, mas complementares. Primeiro, uma análise de um conjunto de dados do projeto MIES⁶. A análise do seu mapeamento foi efetuada decompondo-se informação em tipologias no que diz respeito aos atores e contextos de atuação, isto é, identificando características comuns e divergentes que possam descrever melhor os projetos e a inovação social praticada.

Ao verificarmos a relevância dada e trabalho aplicado ao MIES, será comum a interrogação sobre o propósito e enquadramento dentro deste estudo. Consideramos que este vasto conjunto de informação inicialmente de difícil assimilação é consolidada e justificada pela análise e pelas conexões encontradas. Ao serem exaustivamente descritas em capítulo posterior, trazem a visão de conjunto da IS realizada no contexto geográfico estudado. Essencialmente, o propósito é procurar padrões e particularidades. Depois de todo este trabalho de investigação, realizado o mais rigorosamente possível, e após os resultados alcançados, busca-se *serendipity*, no sentido do termo de depararmos-nos com algo relevante, não expectável e diverso. Esta eventual desproporção em número de páginas ocupadas pelo atrás referido justifica-se pela necessidade de analisar os dados que permitem esclarecer os contextos onde a IS é praticada. Da mesma forma é legitimada pela relevância do encontrado, e pelo enquadramento posterior aquando da análise dos projetos ligados à FEA e ao seu modelo de ação. Assim, esta parte da investigação é instrumental no sentido de encontrar uma referência de análise. Segundo, realizou-se um estudo de caso sobre a Fundação Eugénio de Almeida, pois sendo um ator estratégico em termos de inovação social é importante e clarificador estudá-la, nomeadamente na análise do seu modelo de ação (com entrevista ao coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida, questionário a projetos apoiados e análise documental). No Capítulo 4 – Metodologia de investigação, desenvolve-se detalhadamente os aspetos metodológicos deste trabalho.

1.5 Organização do trabalho

Esta dissertação está estruturada atendendo a duas componentes, uma componente conceptual e uma componente empírica. Está dividida em sete capítulos, tendo os primeiros três um carácter de enquadramento e os seguintes uma componente de análise empírica, tendo o último carácter conclusivo.

Capítulo 1 - Introdução; onde se faz o enquadramento do tema, apresenta-se o que motivou o trabalho, se define o problema de investigação, e se apresentam os objetivos. Descreve-se sucintamente a metodologia e limites do estudo, a estrutura, a organização do trabalho e se faz uma síntese dos temas tratados.

Capítulo 2 - Conceitos, atores, instituições; onde se descrevem os antecedentes históricos da inovação social, se caracterizam as perspetivas atuais e se delimita o conceito de inovação social. Descreve-se as instituições fomentadoras de inovação social e caracteriza-se

⁶ MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social. Presente em <https://issuu.com/ipav/docs/livromies>

a reprodução territorial da inovação social.

Capítulo 3 – Políticas públicas e financiamentos; onde se descreve o quadro estratégico de políticas públicas de suporte e apoio à inovação social, empreendimento social ou empreendedorismo. São igualmente traçados os antecedentes e enquadramento geral da política da UE em inovação social, assim como os seus objetivos gerais de política. A implementação da política de inovação social em Portugal será explanada, assim como os índices de inovação social relativos a Portugal

Capítulo 4 - Metodologia de estudo; neste capítulo descreve-se em detalhe a metodologia utilizada assim como os conceitos e classificações que descrevem a informação trabalhada.

Capítulo 5 - MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social em Portugal; neste capítulo apresentam-se os resultados relativos às entidades estudadas, no que diz respeito aos projetos (função, parcerias estabelecidas, financiamento, áreas de intervenção dos projetos)

Capítulo 6 - A ação da FEA no fomento da inovação social; neste capítulo apresentam-se os resultados dos questionários e da entrevista assim como da análise documental realizados relativos à Fundação Eugénio de Almeida.

Capítulo 7 - Conclusões e recomendações; neste capítulo apresentam-se as principais conclusões, procedentes do trabalho, assim como recomendações, limitações do trabalho e sugestões para investigação futura.

Capítulo 2 - Conceitos, atores, instituições

O principal objetivo deste capítulo é clarificar o que se pretende especificamente demonstrar quando se alude à inovação social. Do mesmo modo tenciona-se explicitar o foco de cada conceito utilizado, assim como as suas linhas de origem.

Este capítulo foca-se igualmente nos antecedentes históricos da inovação social, fornecendo uma visão geral dos contributos prévios que estão na origem das diversas conceções atuais. Elabora igualmente sobre a delimitação do conceito de inovação social e perspectivas atuais, pretendendo clarificar as atuais aceções do conceito. Relativamente às dimensões e domínios da inovação social, define-se neste capítulo em termos de abordagens disciplinares a forma como que a inovação social é atualmente utilizada. O subcapítulo sobre as instituições fomentadoras de inovação social trata o tema da inovação social e as suas entidades fomentadoras, sendo dado particular ênfase a formas atuais do seu fomento, focando-se no conceito de laboratórios de inovação social, nas suas variadas tipologias e vertentes de atuação.

A relevância deste capítulo consiste em oferecer uma perspetiva enquadradora e aprofundada da vasta temática da inovação social, indispensável para o seguimento deste trabalho.

2.1 Antecedentes históricos da inovação social

A inovação acompanhou desde sempre o percurso da humanidade como uma dimensão natural, a história longa assim o demonstra. No entanto, a utilização comum do termo inovação aponta para um carácter de novidade e renovação, em concordância com uma história tradicional, dita factual, onde acontecimentos breves e impactantes mudam o processo histórico-evolutivo.

As inovações quando aplicadas e aceites conduzem obrigatoriamente a transformações, causando um inquestionável impacto social. A inovação não acontece de uma forma territorial e temporalmente homogénea. Não ocorre ao mesmo tempo de forma igual e com uniformidade geográfica, mas sim com uma distribuição espacial de acordo com contextos específicos e espaços temporais próprios; isto é, a inovação tem um padrão de difusão diversificado e ao mesmo tempo complexo. Os ritmos inovadores distribuídos por espaços territoriais e temporais diversos suscitam que a inovação seja apreendida como um corte ou uma aceleração. Um observador normalmente não abarca a totalidade das realidades geográfico-temporais, não considerando assim acontecimentos evolutivos em outros espaços, considerando apenas a realidade observável. Esse observador local percebe então a inovação como uma mudança absoluta e total na realidade onde está emerso, observando os factos determinantes da transformação social.

Benjamim Franklin (17 de janeiro de 1706 – 17 de abril de 1790) é já mencionado por Mumford (2002)⁷ como evocando o conceito de inovação social como pequenas modificações na organização das comunidades. Benjamim Franklin como figura multifacetada em termos

⁷ Mumford (2002) foi citado por Moulaert e Nussbaumer (2008:50).

de atividades exercidas e como iluminista que era, não podia deixar de relacionar a inovação social como uma mudança em termos de sociedade. No entanto, ao atribuir-lhe um grau de pequena modificação social deverá ter sido certamente decorrente da sua ligação à ciência e aos inventos, os quais na época tinham um resultado menos impactante. Os constrangimentos e dificuldades da aplicação da ciência e dos inventos eram inúmeros, assim como da verificação dos seus efeitos. Estes factos condicionaram certamente Benjamim Franklin, ao valorar diminutamente o efeito impactante da inovação dentro de uma comunidade. Para além de Benjamim Franklin, existem autores que se podem considerar igualmente como autores edificadores dos antecedentes teóricos da inovação social, são eles: Émile Durkheim, Max Weber e Joseph Schumpeter. Durkheim, não considerava a inovação como algo puramente bom, enfatizando mais a estabilidade do que a mudança sociológica, entendia que a mudança tecnológica só pode ser compreendida dentro de um enquadramento inovador ou de uma renovação da ordem social (Moulaert *et al.*, 2013:16). Max Weber questiona-se sobre a relação entre ordem social e a inovação, defendendo que as modificações das condições de vida não são as únicas determinantes da mudança social, focando a sua atenção em processos mais amplos de mudança social, assim para existir mudança social será necessário a existência de outros fatores (Moulaert *et al.*, 2013:16). Os acontecimentos dependem das pessoas e das circunstâncias, assim como a sociedade reflete os indivíduos pela qual é composta. De referir que o conceito de invenção social criado por Max Weber só se concretizava quando a sociedade dava relevo à inovação. Encontramo-nos, neste caso, na presença não da inovação tecnológica alteradora da mudança social, mas sim de fatores sociais a alterarem essa mesma sociedade. Estamos perante uma contribuição para a construção teórica da inovação social que valoriza determinantes variadas, nomeadamente o conceito de comportamento fora do normal, na medida em que este pode alterar o estabelecido. A mudança social ocorria quando os indivíduos entendiam a mudança do mundo e então tentavam mudar a sociedade para estarem de acordo com o mundo. Como se verifica, existe uma focagem na sociedade como elemento determinante da inovação. Para Schumpeter a inovação social é uma mudança estrutural na sociedade originada pelas inovações nas empresas, contudo perpassa o contexto empresarial podendo ser aplicada aos mais diversos contextos, tais como artísticos, políticos, etc. (Moulaert e Nussbaumer 2008:51). Com Schumpeter estamos perante um conceito de inovação social que relaciona a inovação e os diversos setores da sociedade.

Deve-se referir de forma introdutória ao próximo subcapítulo que o conceito de inovação social é frequentemente empregado de uma forma geral e não muito exigente quando se pretende definir práticas sociais inovadoras em resposta a questões relativas à organização da sociedade, na resolução de problemas decorrentes do seu não satisfatório ou deficiente funcionamento. Verifica-se ainda a existência de uma variabilidade de definições de inovação social, resultado de aspetos ideológicos e valorativos diferenciados.

2.2 Delimitação do conceito de inovação social e perspetivas atuais

Atualmente verifica-se o crescendo em importância do uso do termo inovação social e a base alargada de aplicações que lhe é dada. É comum a sua utilização em diversas áreas,

nomeadamente nas áreas de programação estratégica e de desenvolvimento⁸. É premente a delimitação do(s) conceito(s), não no sentido de confinamento a um campo limitado, mas sim como forma de melhor explicitação das suas variações de significado implícitas.

Os trabalhos de Weber no princípio de séc. XX e de Durkheim no final do séc. XIX, relativos à mudança social, interligados com os trabalhos de Schumpeter sobre o tema inovação, do empreendedor inovador e da transformação estrutural da empresa, assentaram as bases teóricas iniciais da inovação social. Relativamente à questão conceptual, Jenson (2012)⁹ argumenta que a “inovação social é efetivamente um *quasi-concept* (um quase conceito, sendo utilizado como tal) que tem uma base intelectual respeitável, mas é igualmente exposto à crítica teórica, analítica e empírica”. A estes factos definidores acrescenta-se a relevância atual dos chamados quase-conceitos (*quasi-concepts*), particularmente tendo em conta aquilo que afirma a Comissão Europeia.

“Um quase-conceito é um híbrido. Baseia-se na análise empírica e assim beneficia da aura de legitimação do método científico. Mas é caracterizado simultaneamente por uma qualidade indeterminada que o torna adaptável a uma variedade de situações e flexível o suficiente para se adaptar às voltas e reviravoltas da política, que a política do quotidiano, por vezes, torna necessária” (European Commission, 2013:15-16, tradução do autor)

Os quase-conceitos podem ser usados com alguma lateralidade de significado. No entanto essa lateralidade de uso não é impeditiva de uma fixação gradual do sentido da expressão. Como exemplos de quase-conceitos podemos referir as noções de economia informal, capital social, desenvolvimento sustentável. Afirma-se também a funcionalidade do termo em contexto académico e de discussão política, pois a inovação social como quase-conceito é segundo McNeill:

“Um conceito que é mais do que simplesmente um slogan ou chavão porque tem alguma base intelectual respeitável, mas pode, contudo, se encontrar vulnerável em termos analíticos e empíricos. O que torna especial esta ideia é que ela é capaz de estar presente tanto na academia como na discussão de políticas” (McNeill, 2006, tradução do autor)¹⁰.

A base intelectual da inovação social é possuidora de uma maleabilidade conceptual que pode ser usada em contextos dissemelhantes. Essas diferenças são oriundas de posicionamentos e setores distintos, não podendo ser atribuído a qualquer paradigma dentro de uma única ciência social específica. Essas dissemelhanças conceptuais são reproduzidas ao nível das ideologias políticas, movimentos sociais e políticas públicas. Quando Moulaert *et al.* (2013:17) descrevem o usos do termo nesses contextos referem que:

“Atualmente o uso do termo tornou-se bastante ambíguo (...). Por um lado, continua a ser um poderoso guia para movimentos sociais e políticos, buscando o desenvolvimento humano. Mas, por outro lado, a inovação social é cada vez mais abraçada como uma “nova abordagem” para resolver a crise do Estado Social, criando novos postos de trabalho na “barata” economia social e reorganizando o sistema de bem-estar social através de mercantilização e privatização de alguns dos seus serviços e a mais eficiente reestruturação dos outros” (Moulaert *et al.*, 2013:17, tradução do autor).

Estas duas posições caracterizam em termos gerais o contexto sociopolítico em torno da questão da inovação social, não apresentando uma unicidade em termos de valores, práticas

⁸ Como por exemplo a iniciativa Portugal Inovação Social, em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2016/07/Portugal-Inovação-Social-Síntese-Investimento-Social-publicado-julho2016.pdf>

⁹ Jenson (2012) foi citado por Edmiston (2015:7).

¹⁰ McNeill, (2006) foi citado por European Commission (2013:16).

ou origem ideológica, conseguindo assim suportar uma multitude de utilizações.

A crise económica e as suas consequências contribuíram para a evolução do conceito, originando recentes e diversas utilizações do termo, assim como a apropriação do tema por diversas disciplinas (economia, gestão, tecnologia, antropologia, sociologia e ciência política), sendo uma das causas normalmente apontadas para a não existência de um conceito único de inovação social (BEPA, 2011:31). A apropriação referida tem igualmente como causalidade as multifacetadas questões que a inovação social pretende resolver. As ciências têm objetos e perspectivas diferentes, assim ao focalizarem o seu interesse na inovação social constroem conceitos particulares, por consequência. Muitas inovações sociais originárias de diversas áreas acontecem sem que sejam conhecidas sob esse termo. Existem casos reveladores, passados e recentes; de referir como exemplo os jardins-de-infância¹¹, assim como a sauna finlandesa¹² ou o programa “Novas Oportunidades”¹³, são inovações sociais raramente vistas como tal. A avaliação dos resultados totais e impactos da inovação social, com a dificuldade de perceção referida, não ficam facilitados. Ao não existir uma definição bem demarcada pode igualmente originar propósitos de consensos, e em consequência levar à construção de definições abrangentes, demasiado generalizadoras, sendo utilizadas por entidades diversas com propósitos diferentes. Como exemplo apresenta-se a seguinte perspectiva:

“À inovação é dada frequentemente definições complexas. Nós preferimos a simples definição de: ‘novas ideias que funcionam’. Esta diferencia inovação de melhoria, que implica apenas mudanças incrementais; e de criatividade e invenção, que são vitais para a inovação, mas faltando-lhe o árduo trabalho de implementação e difusão que faz ideias promissoras úteis. A inovação social refere-se a novas ideias que trabalham no sentido do cumprimento de metas sociais” (Mulgan *et al.*, 2007:8, tradução do autor).

A fim de clarificar os contextos que rodeiam os conceitos de inovação social é necessário compreender os posicionamentos em termos de inovação social sistémica e disruptiva (ver Figura 2). Relativamente à mudança sistémica propende a ser um mecanismo para alcançar a mudança da sociedade como um todo, combatendo as causas subjacentes dos problemas sociais, ao invés de apenas aliviar os sintomas. Segundo Davies *et al.*, (2012:4), a inovação sistémica¹⁴ “ocorre quando um número de inovações complementares ocorre de forma

¹¹ Os cuidados prestados às crianças antes da idade escolar eram unicamente uma responsabilidade da família, assim como a socialização e integração na comunidade. Esta função passou a ser uma tarefa do estado, para o qual aloca recursos qualificados com objetivos educativos e diretivas bem definidas.

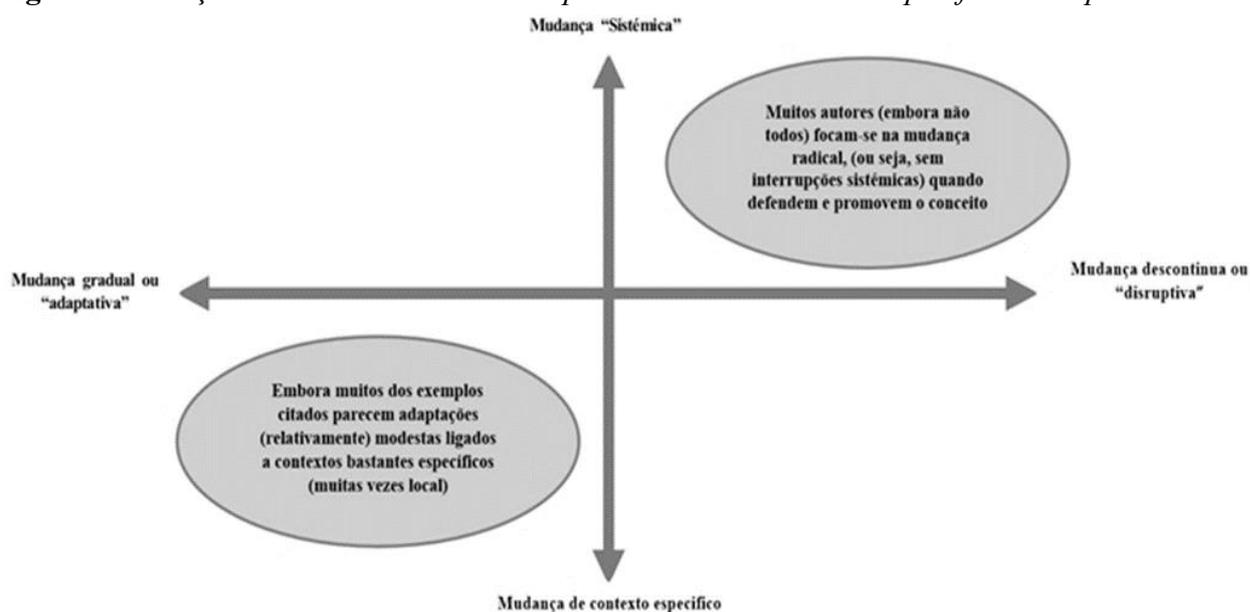
¹² A Finlândia tem 5,5 milhões de habitantes e mais de 2,5 milhões de saunas. Antigamente, a vida prática finlandesa era muito ligada à sauna: na sauna dava-se à luz, fazia-se a comida, trata-se a roupa e tratavam-se doentes. Num clima agreste, permitia a resolução mais fácil das necessidades da vida diária e era um meio de relaxamento e sociabilidade.

¹³ É inovador nos objetivos em termos de público-alvo e na forma como aborda as competências já adquiridas, reconhecendo-as.

¹⁴ Exemplo de inovação sistémica “[Área da] Saúde na Carélia do Norte, Finlândia, um grande exemplo de inovação sistémica é o projeto de Carélia do Norte na década de 1970. Esta região no leste da Finlândia sofria níveis muito elevados de doença cardiovascular, especialmente entre os moradores do sexo masculino. Em resposta, a região desenvolveu uma estratégia de intervenção de base comunitária, a primeira de seu tipo, para tentar mudar o perfil de risco desta área. Estabeleceu-se uma grande variedade de programas para resolver o problema da má alimentação e estilo de vida com base nos recursos e conhecimentos de todos os setores. Estes incluíram: um programa nos locais de trabalho para ajudar os funcionários a perder peso e parar de fumar; colaboração de média para produzir um programa de TV popular sobre indivíduos a perder peso; competições organizadas entre aldeias; para reduzir o colesterol, legislação de combate ao ato de fumar; colaboração com a indústria de alimentos para reduzir o teor de sal dos produtos e com os fabricantes de óleo vegetal para produzir

paralela e interligada impactando sobre um problema ou questão social.” Relativamente à mudança adaptativa e gradual são levantadas algumas questões. A mudança gradual e adaptativa pode por em causa o conceito simples de inovação, naquilo que tem de “novo” e imediato. Os prazos alongados, assim como o reduzido espaço e contexto específico de implementação pode, segundo Government of Canada (2010:2), comprometer a classificação de inovação. É essencial destacar que em inovação se distingue entre inovações radicais e inovações incrementais. Inovações radicais apresentam uma grande fratura com as práticas existentes. Inovações incrementais são graduais, são mudanças dentro dos padrões conhecidos.

Figura 2 Inovação social “sistémica e disruptiva” versus “contexto específico e adaptativo”



Fonte: Government of Canada (2010:2, tradução do autor).

A inovação social disruptiva tem um carácter radical pois propõe-se a alterar sistemas e estruturas sociais. É normalmente do domínio dos movimentos sociais e dos atores “políticos” autoconscientes, dos grupos e redes, que com o objetivo de mudar as relações de poder alteram hierarquias sociais e reformulam questões em benefício de grupos de outra forma marginalizados.

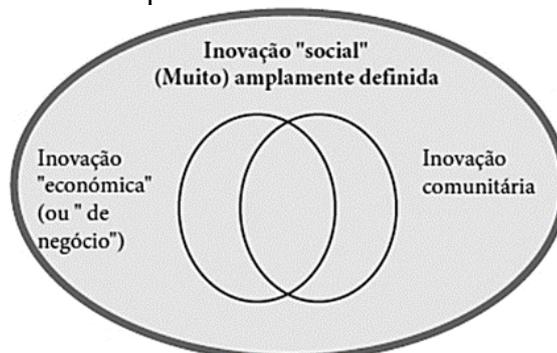
“Inovação social disruptiva pode ser caracterizada pela participação massiva estruturada em partidos políticos ou por outro lado em esquemas de adesão formal aos movimentos sociais, ou por coligações de indivíduos e interesses unidos por uma questão efémera ou tecnologia como os meios de comunicação sociais [e redes sociais]. Empreendedores de políticas dentro de estruturas do estado também podem conduzir a inovação social disruptiva, centrando-se em reformar a democracia, ampliar ou aprofundar os papéis dos cidadãos dentro do próprio estado” (Nicholls *et al.* 2015:3-4, tradução do autor).

Em termos de amplitude de definição de inovação social (ver Figura 3) esta pode ser tão dilatada que consegue abarcar realidades no âmbito dos “negócios” da economia inovadora e

óleo mais saudável. Como resultado destas intervenções orientadas, a taxa de mortalidade ajustada à idade devido a doença coronariana entre a população masculina de 30-64 anos de idade foi reduzido no enorme valor de 73% entre 1970 e 1995” (Davies *et al.*, 2012:4-5, tradução do autor).

da atividade de governação do estado. Esta amplitude pode igualmente conter inovação de base comunitária e social, sendo iniciativas que visam capacitar as pessoas de comunidades normalmente fragilizadas.

Figura 3 Inovação social muito amplamente definida

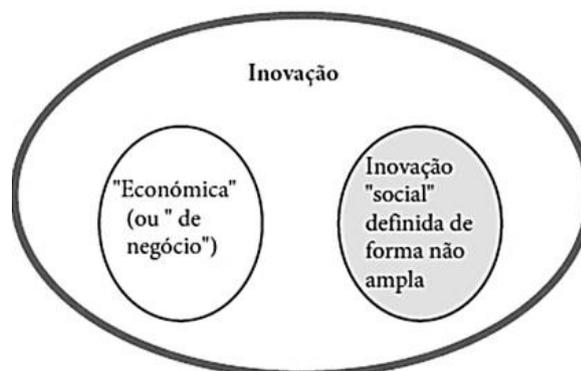


Fonte: Government of Canada (2010:3, tradução do autor).

Estas duas realidades (“de negócio” e comunitária) não se excluem na formação de alguns conceitos de inovação social.

Outras definições (ver Figura 4) construídas através de organizações cujos objetivos primordiais são sociais distinguem-se e defendem os objetivos estritamente sociais da inovação social (comunidade), não sendo permeáveis a definições e atores que defendem pontos de vista

Figura 4 Inovação social definida de forma restrita



Fonte: Government of Canada (2010:3, tradução do autor).

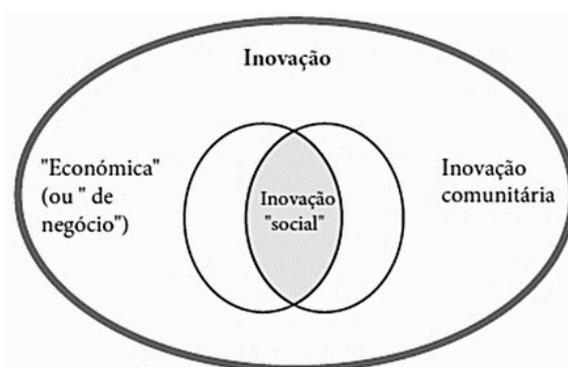
económicos e de “negócio”, excluindo implicitamente mesmo o estado. Como exemplo temos a seguinte de definição:

“(…) inovação social refere-se a novas ideias que funcionam alcançando metas sociais. Definido desta forma o termo tem, potencialmente, limites muito amplos – desde uniões de facto *gays*, até novas maneiras de usar as SMS do telemóvel, desde novos estilos de vida até novos produtos e serviços. Também sugerimos uma definição um pouco mais estreita: “atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos através de organizações cujos principais objetivos são sociais” (Mulgan *et al.* 2007:8, tradução do autor).

Outros autores defendem que inovações sociais são exercidas através do cruzamento da colaboração de vários atores sociais diferentes: setores da comunidade, empresas e estado (ver Figura 5). São essencialmente parcerias entre o setor comunidade, empresas (ou governos) no desenvolvimento de novas abordagens para defrontar as necessidades não satisfeitas ou emergentes. Desta forma defende-se que:

“Inovações sociais são novas soluções (produtos, serviços, modelos, mercados, processos, etc.) que simultaneamente atendem a uma necessidade social (mais eficazmente do que as soluções existentes) e levam a capacidades e relacionamentos novos ou melhorados assim como à melhor utilização dos recursos e ativos. Por outras palavras, inovações sociais são igualmente boas para a sociedade e para o aumento da sua capacidade de agir” (Caulier-Grice *et al.* 2012 :18).

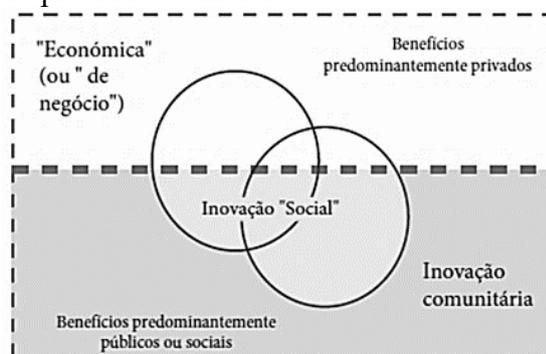
Figura 5 Inovação social definida como o cruzamento da colaboração de vários atores sociais diferentes



Fonte: Government of Canada (2010:3, tradução do autor).

Outras definições (ver Figura 6) defendem que o valor criado deve beneficiar principalmente a sociedade como um todo, dividindo a linha da inovação social entre aqueles que geram predominantemente benefícios privados e aqueles cujos benefícios são predominantemente públicos ou sociais. Entenda-se que segundo Government of Canada (2010:3) o foco não é em quem faz a IS, mas sim para quem recebe esses benefícios. Havendo, no entanto, a presunção de que a maioria dessas inovações envolverá o setor comunitário como atores-chave.

Figura 6 Inovação social pela qual o valor criado beneficia principalmente a sociedade como um todo, em vez de benefícios privados de indivíduos



Fonte: Government of Canada (2010:3, tradução do autor).

Nessa linha está a seguinte definição de trabalho de inovação social adotada no âmbito da OECD no LEED *Forum on Social Innovations* criado no ano de 2000:

“A definição de trabalho de inovação social adotada no âmbito do *Forum on Social Innovations* defende que ‘pode envolver mudanças conceptuais, de processo, organizacionais, mudanças no financiamento, e pode estar relacionada com novas relações com os parceiros e territórios’. A ‘inovação social’ procura novas respostas para os problemas sociais:

- identificando e prestando novos serviços que melhorem a qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades;
- identificando e implementando novos processos de integração do mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de participação, como elementos distintos que contribuem para melhorar a posição dos indivíduos no mercado de trabalho.

As inovações sociais podem, portanto, ser encaradas como o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, tanto como consumidores quanto como produtores” (OECD, 2017, para. 2, tradução do autor).

É essencial pois indicar o seu foco e as linhas de onde são originárias as definições. Por aquilo que referem e por aquilo que não mencionam as seguintes definições, são indicadoras do foco e espaço de ação, definindo os seus limites. Igualmente definem onde o conceito será aplicado, por quem e para quem. Sublinhe-se o facto que as definições pela sua natureza são inclusivas e exclusivas. Na Tabela I contém um levantamento de definições de inovação social. Mostram uma representação exaustiva da variabilidade do conceito, onde as várias componentes ideológicas inspiradoras são perceptíveis.

Tabela I Principais definições de inovação social, o foco de cada conceito e as linhas de origem (Áreas de origem)

	<i>Definição do conceito</i> ¹⁵	<i>Foco</i>	<i>Autores</i>	<i>Linhas de origem</i>
1	«[...] predominantemente desenvolvida e difundida através de “atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social e que são organizações cujos principais objetivos são sociais ”.»	Objetivo/ ator	Mulgan <i>et al.</i> (2007)	<i>Administração e economia</i>
2	«[...] uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, para atender necessidades específicas , para oferecer uma solução ou para aproveitar uma oportunidade para a ação, a fim de modificar as relações sociais, transformar um quadro de acção, ou propor novas orientações culturais.»	Ator/ resultados/ objetivo	Bouchard (2011)	<i>Desenvolvimento local</i>
3	«[...] a principal distinção entre IS e outros tipos de inovação é que a IS é orientada para o social e o bem público e não para o mercado . A IS é concebida como um processo que envolve interações sociais e não é explicada unicamente pela combinação de formas tangíveis de capital (físicos, financeiros) , mas também inclui a combinação de formas intangíveis do capital, especialmente o capital social.»	Objetivos/ recursos	Edwards-Schachter, Matti e Alcántara (2012)	<i>Desenvolvimento local</i>
4	«[...] a geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas devem organizar atividades interpessoais ou interações sociais, para atender a um ou mais objetivos comuns. »	Contexto	Mumford (2002)	<i>Administração e economia</i>
5	«Inovação social, [...], envolve a formação de novas instituições, novas políticas e novas formas de interação social que atender às necessidades sociais e principalmente são desenvolvidas e difundidas através de organizações sociais não-governamentais. »	Atores/ resultados/ objetivo	Jing e Gong (2012)	<i>Administração e economia</i>
6	«[...] inovações sociais estão enfrentando problemas sociais, não só de negócios, tecnológicos, de mercado ou de produção. No entanto, o modelo linear não era posto em questão pois dava-se por certo que estas inovações sociais provinham da investigação científica nas ciências sociais, por exemplo sobre novos serviços e novas formas de organização»	Objetivo	Echeverría e Merino (2011)	<i>Administração e economia</i>

¹⁵Tradução do autor da coluna *Definição do conceito*.

7	«Os resultados do processo de inovação social são os novos serviços/produtos/organizações/processos criados estes, fornecem soluções para o problema social ou necessidade identificada como uma oportunidade de empreendedorismo social pelo empreendedor social na início do processo de inovação.»	Resultados/ objetivo/ atores	Datta (2011)	<i>Administração e economia</i>
8	«[...] uma nova forma social não é introduzida tão facilmente. Um tipo de escola inovadora, uma nova maneira de lidar com a pobreza, um novo procedimento para ressocialização de delinquentes, uma nova técnica para reabilitação dos esquizofrênicos - todas são suscetíveis de perturbar papéis complexos e valorizados, identidades e competências.»	Resultados/ contexto	Taylor (1970)	<i>Administração e economia</i>
9	«[...] inovação social decorre, principalmente: a satisfação das necessidades humanas básicas; de um aumento do nível de participação política de grupos desfavorecidos; e do aumento da capacidade sócio-político e do acesso aos recursos necessários para melhorar os direitos para permitir a satisfação das necessidades humanas e participação.»	Objetivo	Novy e Leubolt (2005)	<i>Desenvolvimento local</i>
10	«A inovação social é aqui definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.»	Contexto/ beneficiários	Bignetti (2011)	<i>Desenvolvimento local</i>
11	«A dinâmica de integração teve que ter origem na "inovação social" em pelo menos dois sentidos: inovação social através da satisfação das necessidades humanas insatisfeitas ou alienadas; e inovação nas relações sociais entre os indivíduos e grupos em bairros e nos territórios maiores incorporando-os».	Objetivo	Moulaert et al. (2005)	<i>Ciência política e desenvolvimento local</i>
12	«Assim, entendemos a inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agente ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processo de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.»	Objetivo/ resultados	André e Abreu (2006)	<i>Desenvolvimento local</i>
13	«Uma nova solução para um problema social que é mais eficaz, eficiente, sustentável ou soluções existentes e nas quais o valor criado reverte principalmente para a sociedade como um todo, ao invés de indivíduos privados»	Objetivo/ resultados	Boons e Lüdeke- Freund (2013)	<i>Administração e economia</i>
14	«Inovação social, como inovação ambiental, é vista como uma chave para a criação e transformação de mercados através do desenvolvimento sustentável e é aí que entra o poder transformador de modelos de negócios em jogo.»	Resultado	Boons e Lüdeke- Freund (2013)	<i>Administração e economia</i>
15	"Inovação social não é, portanto, unicamente aquela que tem a sociedade como o seu fim, mas também a que tem a sociedade na sua origem."	Ator	López Cerezo e González (2013)	<i>Desenvolvimento local</i>
16	«A inovação social, capitalizando a experiência positiva de outros projetos-programas de inclusão e de economia social formam uma área importante que deve ser suportada usando o espírito das instituições filantrópicas, das associações e empresários sociais para encontrar novos métodos de responder as necessidades sociais que não são adequadamente abrangidas pelo mercado ou pelo sector público».	Objetivo	Nicolescu (2012)	<i>Administração e economia</i>
17	«Neste contexto, inovações sociais podem ser entendidas como estratégias de adaptação para a permanência duradoura das mudanças sociais, que permitem a transformação de mudar critérios parciais em novos acordos e modalidades de ações, trazendo novas soluções para as atuais exigências de pessoas assim como melhorar as suas condições de vida.»	Objetivo/ resultados	Gabriela (2012)	<i>Ciência política e desenvolvimento local</i>
	«[...] a geração e implementação de novas ideias sobre as pessoas e suas interações dentro de um sistema social.»	Contexto	Mumford e Moertl (2003)	<i>Artes e criatividade</i>

Fonte: Santos e Seabra (2015:14).

Em 2017 Edwards-Schachter e Wallace publicaram um artigo no qual fizeram uma revisão abrangente e sistemática da literatura onde se emprega o termo inovação social. Esta

revisão abrangia o período entre 1955 a 2014. Esse estudo tinha como objetivo examinar a evolução do conceito de IS esclarecendo a proliferação do uso do termo ao longo do referido período, pretendendo elucidar os seguintes aspectos:

“Como a conceptualização de IS evoluiu ao longo do tempo?

É possível identificar algum ‘significado’ comum nos discursos plurivocais e definições de IS construídas por académicos, profissionais e decisores políticos?

Quais são as ‘especificidades conceptuais’ (se houver alguma) do conceito IS?” (Edwards-Schachter e Wallace, 2017:65, tradução do autor).

Desta forma localizaram 252 definições de IS em 2.339 documentos tais como: trabalhos académicos, livros e capítulos de livros, investigações conjuntas e relatórios de políticas, construindo assim uma base de dados (Edwards-Schachter e Wallace, 2017:66). Com a referida base de dados e através do programa informático VoSViewer¹⁶ os supracitados autores realizaram uma análise de conteúdo global, aplicando um algoritmo de mapeamento e agrupamento (*clustering*). Os termos encontrados nas 252 definições de IS foram isoladas, com base na coocorrência de termos nas próprias definições. As definições foram reunidas nos seguintes agrupamentos de termos:

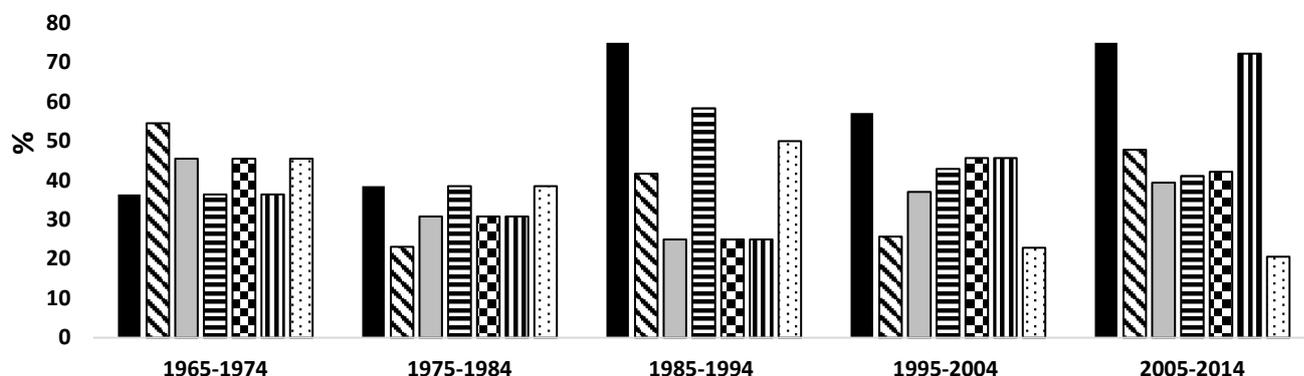
“Processos de mudança social [...]: ‘sociedade’, ‘processo’, ‘mudança’, ‘comunidade’, ‘ação’, ‘prática social’, ‘problema’, ‘necessidade’ e ‘Relação social’ são exemplos de termos que apontam para processos, mudanças e práticas sociais que sustentam SI.

Desenvolvimento (Sustentável) [...] que destaca a centralidade do ‘Desenvolvimento’ em conjunto com ‘valor’, ‘conhecimento’, ‘ideia’; também ligada a ‘inovação’, ‘novo produto’, ‘ator’ e ‘governo’

Sector de serviços [...] que mostra as ligações entre ‘sociedade’, ‘mercado’, ‘necessidade social’, ‘nova ideia’, ‘produto’, ‘negócio’, ‘desafio’. Também a ‘necessidade social’ vincula estreitamente com ‘serviço’, ‘setor’ e ‘qualidade’ e ‘vida’. Esse cluster sugere uma perspectiva orientada para o mercado de vincular serviços com o ‘mercado’ e a ‘sociedade’ ” (Edwards-Schachter e Wallace, 2017:67, tradução e ênfase do autor).

¹⁶ VOSviewer é uma ferramenta de *software* para construção e visualização de redes bibliométricas. Essas redes podem incluir, por exemplo, periódicos, pesquisadores ou publicações individuais, e podem ser construídas com base em relações de citação, acoplamento bibliográfico, cocitação ou coautoria. O VOSviewer também oferece funcionalidade de *text mining* que pode ser usada para construir e visualizar redes de coocorrência de termos importantes extraídos de um corpo de literatura científica. Este *software* pode ser encontrado em <http://www.vosviewer.com/>

Figura 7 Evolução nos termos / frases mais comuns presentes nas definições de IS de 1965 a 2014; nos agrupamentos: Processo de mudança social; Desenvolvimento sustentável e Setor de serviços.



- B1 "processo" / "dinâmica de aprendizagem" (processo) e "criatividade coletiva" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável) • Setor de serviços
- ▨ E1 "mudança social" / "mudança nos sistemas sociais" / "mudança sócio-técnica" - termos / frases mais comuns presentes • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável)
- ▤ C1 "nova combinação ou configuração de práticas sociais" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Setor de serviços • Desenvolvimento (Sustentável)
- ▥ A1 "orientada para objetivos sociais / valores sociais" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável) • Setor de serviços
- ▧ A2 "dirigido a necessidades sociais não atendidas" / "problemas sociais complexos" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Desenvolvimento (sustentável) • Setor de serviços
- ▩ B2 "sociedade civil" / "terceiro setor" / "ONG" / "movimentos sociais e de base" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável)
- C2 "invenção social" / "nova lei, norma e / ou regra" - termos / frases mais comuns presentes nos agrupamentos (clusters) • Processos de mudança social • Setor de serviços

Fonte: Adaptado de Edwards-Schachter e Wallace (2017:69, tradução do autor).

Estes dados devem ser interpretados com alguma cautela, porque ao interpretá-los estamos a fazer considerações sobre um elevado número de conceitos originados de variadas áreas; com processos desenvolvimento próprios, contribuições diversas e distintos suportes teóricos.

Ao analisar-se o gráfico resultante do estudo mencionado anteriormente verifica-se na construção das definições de IS um aumento do número de determinados termos e diminuição de outros ao longo tempo analisado.

Relativamente aos termos B1 "processo" / "dinâmica de aprendizagem" (processo) e "criatividade coletiva" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável) • Setor de serviços, verifica-se a transversalidade na presença em todos os agrupamentos (vertentes ou áreas da IS). A presença destes termos nas definições

de IS de 1965 a 2014 podemos afirmar que duplicou em termos de percentagem. Salienta-se o elevado contributo em percentagem destes termos para a construção das definições de IS na literatura estudada. No citado artigo Edwards-Schachter e Wallace (2017:69) analisando os termos acima categorizam-nos e codificam-nos como pertencendo “A organização dos processos de IS: Fontes, atores e inter-relacionamentos”. Este facto revela o núcleo do processo de construção das definições de IS valorizando a criatividade e a aprendizagem na fase inicial e afirmativa de implantação do conceito, assim como numa fase mais recente. O gráfico mostra que houve um aumento bem marcado do uso dos referidos termos. Igualmente é-nos transmitida importância dos ditos termos nos períodos mais atuais e ativos em termos de produção prática de IS.

Como se pode verificar através dos termos relativos a E1 "mudança social" / "mudança nos sistemas sociais" / "mudança sócio-técnica" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável), estes tiveram uma relevante importância estatísticas na formação inicial do conceito, tendo uma descida no período intermédio de 1975-1984. Estes termos aumentam nos últimos anos 2005-2014 assumindo uma importância ligeiramente menor do que inicialmente. Os valores totais do gráfico podem conter uma potencial pressuposição. Pressuposição essa que se pode eventualmente traduzir em algum ceticismo na capacidade de mudança social da IS. Estes valores possivelmente estarão ainda relacionados com a perceção comum que a mudança social é aparentemente acidental ou então causada por acontecimentos radicalmente fraturantes que abalam as sociedades. No entanto deve-se acrescentar que a sociedade atual tem uma visão não hostil relativamente à mudança em geral. A mudança é vista como natural, necessária e a incentivar, sendo algo que é positivo e não negativo.

Relativamente a C1 "nova combinação ou configuração de práticas sociais" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Setor de serviços • Desenvolvimento (Sustentável) podemos dizer que nova combinação de praticas sociais está intimamente relacionado com a resolução de problemas sociais que advêm de práticas que afetam uma proporção significativa da população, tendo consequências adversas para a vida coletiva.

A “nova combinação ou configuração de práticas sociais” revela-se pouco contributiva nos termos / frases mais comuns presentes, porque provavelmente aparenta que pouco acrescenta para a IS, entendendo-se a IS como focalizada na construção de algo novo, mais abrangente e generalizado. A IS assim entendida iria para além da referida mudança da configuração de já existentes práticas sociais delimitadas a certos grupos. Este pressuposto poderá explicar os resultados.

Os termos A1 "orientada para objetivos sociais / valores sociais" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • (Sustentável) Desenvolvimento • Setor de serviços, mantiveram-se relativamente estáveis na maior parte dos diversos períodos confirmando assim o objetivo social da IS.

Relativamente a A2 "dirigido a necessidades sociais não atendidas" / "problemas sociais complexos" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Desenvolvimento (sustentável) • Setor de serviços, no período 1985-1994 estes termos apresentam uma diminuição significativa, existindo no entanto no mesmo período um aumento dos termos "processo" / "dinâmica de aprendizagem" (processo) e "criatividade

coletiva". Relativamente a estes termos contributivos para a formação do conceito de IS, pode-se dizer que não são opostos, podendo até ser fortemente conciliáveis, no entanto direcionam as forças de atuação em focos distintos, neste caso criatividade *versus* problemas sociais.

Relativamente a B2 "sociedade civil" / "terceiro setor" / "ONG" / "movimentos sociais e de base" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Desenvolvimento (Sustentável), verifica-se uma elevada percentagem do uso destes termos no período 2005-2014. Paralelamente as instituições destes setores assumem dentro deste mesmo espaço temporal e até à atualidade projetos de IS no âmbito do desenvolvimento das suas atividades. Este facto é demonstrado neste trabalho através dos dados particulares da realidade por nós estudada, o Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (ver Tabela II Entidades promotoras de IS – Classificação). Os dados particulares do nosso estudo e a realidade mais vasta trazida a nós pela literatura consultada no âmbito deste trabalho sugerem-nos que a utilização dos referidos termos nas definições de IS pode resultar de as atividades deste tipo de entidades serem geradoras de contribuições teóricas para o conceito de IS. Essas contribuições teóricas seriam equivalentes à dinâmica de atuação e importância que essas instituições têm na atualidade.

Relativamente a C2 "invenção social" / "nova lei, norma e / ou regra" - presente nos agrupamentos • Processos de mudança social • Setor de serviços, é a mais baixa contribuição para os termos / frases mais comuns presentes nas definições de IS concretamente no período 2005-2014. Esta fraca ocorrência parece demonstrar a rejeição da IS como contribuidora e construtora de normas. A reduzida ocorrência do termo "invenção social" parece poder estar relacionada com o significado dos termos invenção *versus* inovação. O termo "invenção" poderá transmitir um caráter depreciativo quando não ligado a áreas científicas de base tecnológica.

2.3 Dimensões e domínios da inovação social

Moulaert e Nussbaumer (2008:53) entendem que existem quatro domínios disciplinares em que a inovação social é atualmente utilizada e abordada: ciências de gestão e outras ciências sociais, artes e criatividade, desenvolvimento territorial, ciências políticas e administração pública. Trata-se de evidenciar a multidimensionalidade de características e possibilidades que a inovação social apresenta. Os citados autores defendem que relativamente às *ciências de gestão* (ver primeira linha da Tabela 2), o foco incide no melhoramento do capital social como objetivo de um melhor funcionamento das organizações na economia. Da mesma forma essa melhoria se faz incidir nos setores lucrativo e não lucrativo. A inovação social alargada a organizações não lucrativas enfatiza a dinâmica entre reestruturação organizacional, por um lado, e a aprendizagem criativa, por outro. Este facto causa mudanças em termos de inovação social, gestão do capital social e humano e governança (*governance*). Os seus objetivos e propósitos são incorporar a emancipação social, e outras questões fundamentais, como a qualidade do ambiente e a partilha de criatividade dentro das organizações.

Quanto à dimensão de artes e criatividade (ver terceira linha da Tabela 2) Moulaert *et al.* (2005:1977) focam a questão da criação intelectual e social. É dada particular atenção à

criatividade, buscando como justificção exemplos históricos de alterações que partiram da criatividade (Henry Ford, Karl Marx, Martin Luther King). As visões derivadas dos exemplos históricos podem inspirar ou desencadear a inovação social ao nível macro ou micro. Quando Michael Mumford se refere a criação intelectual e social define-a como:

“(...) a implementação de novas ideias sobre como os indivíduos devem organizar as atividades interpessoais ou interações sociais para atingir um ou mais objetivos comuns. Da mesma forma como outras formas de inovação, a produção resultante da inovação social deve variar em função da sua escala e do seu impacto” (Mumford, 2002:253, tradução do autor).

Os grandes modelos históricos são para este autor exemplos de inovação social. Deles provêm as grandes inovações. Há, contudo, pequenas inovações que são materializadas ao nível da criação de formas de fazer, práticas sociais, de comércio, etc. A cultura é uma das grandes incitadoras e impulsionadoras da inovação social, porque mesmo sendo a cultura uma atividade e um recurso económico é também um bem público.

Tabela 2 Quatro domínios de abordagens disciplinares em que a inovação social é atualmente utilizada e abordada

<i>Abordagens disciplinares</i>	<i>Objetivo da iniciativa</i>	<i>Mudança na organização da iniciativa</i>	<i>Papel dos agentes 'especiais': liderança, pessoas criativas</i>	<i>Papel de “path dependency” e dos constrangimentos estruturais</i>	<i>Como superar as tensões entre normatividade e realidade?</i>
<i>Gestão e ciência organizacional</i>	Melhorar a coerência de uma organização para atingir os seus objetivos (lucros financeiros, trabalho ético, produtos ecológicos)	Construir um espaço para a troca de informações e ideias “Horizontalizar” a tomada de decisão e sistemas de comunicação	Os atores inovadores da organização são empoderados dentro da organização	Consciência da “path dependency” em relação à cultura empresarial e à sua organização	Tangibilidade dos objetivos Regularização das relações entre as elites organizacionais e o resto dinâmica de aprendizagem da organização
<i>Relações entre economia, sociedade e meio ambiente (incluindo responsabilidade social)</i>	Integrar os objetivos sociais e ecológicos dentro das agendas gerais das empresas	Sublinhar a dimensão humana das relações de trabalho Qualidade do trabalho e das relações sociais		Tensão entre o <i>mainstream</i> e a ética do empreendedorismo (representada pela tensão entre as organizações profissionais)	Interfaces entre empresas e a sociedade Fóruns de ética
<i>Arte e ciências da criatividade</i>	Inovação social	Processos cognitivos abertos a todas as ideias Comunicação entre indivíduos; o papel das relações e atividades interpessoais	Especial atenção atribuída a iniciativas criadas individualmente	Inspiração histórica para a inovação social contemporânea (exemplos de grandes experiências práticas)	O papel da informação e sua assimilação pela comunidade criativa A descoberta de soluções e restrições Revisão e refinamento interativo das soluções propostas
<i>Abordagem territorial (área de desenvolvimento integrado)</i>	Satisfação das necessidades humanas...	... em conformidade com as mudanças nas relações de governança	Foco crescente no papel da Comunidade e dos seus agentes sociais	Substancial importância da reprodução histórica do capital institucional	Através de governação a vários níveis e a criação de redes de cooperação entre agentes comunitários

“ <i>Outro mundo é possível</i> ”	Desenvolvimento sustentável e economia alternativa	Democracia participativa e ação direta	Importância de líderes carismáticos e desafiantes do status quo	Consciência da sobredeterminação estrutural da globalização dirigida de forma capitalista	Através da mobilização coletiva
-----------------------------------	--	--	---	---	---------------------------------

Fonte: Moulaert *et al.* (2005:1977, tradução do autor)

Relativamente à abordagem disciplinar originária do desenvolvimento territorial (ver quarta linha da Tabela 2), temos como exemplo paradigmático o defendido por Moulaert e Nussbaumer (2008:82) que recomendam uma política de desenvolvimento regional, concebendo o modelo de “região social”, oferecendo uma opção diversa à lógica de mercado de outros modelos, trocando-a por uma lógica de comunidade em termos de inovação social.

O quarto domínio é o da *ciência política*¹⁷ e *administração pública* (referida na Tabela 2) como, Relações entre economia, sociedade e meio ambiente, incluindo responsabilidade social (Moulaert *et al.*, 2008:55). A questão da hierarquia aquando da decisão política e burocrática está na origem de novas propostas, tais como a mudança no sistema político e sobretudo do sistema de administração pública. Várias propostas de inovação social podem-se materializar nomeadamente em termos de descentralização territorial (regionalização, ampliando o poder e competência base de localidades). Estas propostas têm como objetivo promover o acesso do cidadão às decisões de governança (*governance*) e ao governo; aumento da transparência da administração pública; a democratização de sistemas administrativos, promovendo a comunicação horizontal e reduzindo igualmente o número de camadas burocráticas. Em termos de dimensões de inovação social o modelo *Alternative models of local innovation* (ALMOLIN)¹⁸, socorrendo-se de vários elementos do espaço das ciências sociais, especificamente sublinha três dimensões de discussão que devem ser consideradas em interação entre si:

- “- Satisfação das necessidades humanas que não estão atualmente satisfeitas, porque ainda não estão ou porque já não é percebida como importante pelo mercado ou o estado (dimensão de conteúdo/produto). A acentuação vai ser na satisfação das necessidades básicas alienadas, embora admite-se que estas podem variar entre as sociedades e comunidades;
- Mudanças nas relações sociais, especialmente no que diz respeito à governança, que permitem a satisfação acima referida, mas também aumentar o nível de participação de todos, mas especialmente de grupos desfavorecidos na sociedade (dimensão do processo);
- Aumento da capacidade sociopolítica e acesso aos recursos necessários para o aumento dos direitos à satisfação das necessidades humanas e da participação (dimensão de empoderamento)” (European Commission, 2007:80-81, tradução do autor).

Segundo European Commission (2007:84), as dimensões no seguinte quadro serão elementos teóricos úteis utilizados para analisar a dinâmica de inovação social em relação à dinâmica de inclusão e exclusão (ver Tabela 3).

¹⁷ Entendendo que o objeto da ciência política é estudar o poder nos seus mais diferentes aspetos e manifestações.

¹⁸ Segundo Moulaert e Mehmood (2014) no artigo científico *Towards social holism: social innovation, holistic research methodology and pragmatic collective action*, publicado no livro *The Routledge handbook of planning research methods* o quadro analítico ALternative MOdel of Local INnovation – ALMOLIN é um exemplo de um tipo de holismo enquadrado por uma perspetiva pragmática, sendo designado por holismo social. É um método de pesquisa cientificamente estabelecido para tratar deficiências na análise do desenvolvimento urbano e regional contemporâneo. Socorre-se de diferentes contributos, nomeadamente através de diferentes estudos de caso, identificando as características e dinâmicas de iniciativas alternativas que favoreçam a introdução de inovações sociais duradouras.

Tabela 3 Dimensões de inovação social do modelo ALMOLIN

<i>Dimensões</i>	<i>Itens de análise</i>
Território, população e desenvolvimento	Dimensões territoriais: bairros sociais, distritos, etc.
	População: composição e evolução
	Status administrativo: formas de gestão (concelhos, estrutura e rede, prefeito ¹⁹)
	Planeamento e ferramentas políticas
Satisfação das necessidades humanas	Relação com outras escalas e espaços
	Necessidades em primeiro plano para inclusão/exclusão
	Principais agentes
Recursos para a economia social local - humanos, organizacionais e financeiros	Motivos das necessidades
	Humanos
	Organizacionais
	Financeiros
Dinâmicas institucionais e organizações-sociedade civil	Políticos
	Culturais e artísticos
	Relações de governança
	Interação entre atividades formais e informais na organização
Poder local e Estado	Redes de solidariedade
	Mudanças no papel do Estado local
	Estado como um empreendedor social
Cultura e identidade	Mudanças na função entre o Estado, o mercado e a sociedade civil
	Papel da cultura e da identidade no estímulo à comunidade
Visão e modelos de inovação social no ponto de vista do ALMOLIN	Variedade de identidades e ideologias
	Visões inovadoras de agendas políticas, organizações e formas institucionais e instrumentos de empoderamento (<i>empowerment</i>)
Limitações no desenvolvimento	Marketização da economia social
	Tensões entre o Estado, o mercado e a sociedade civil
Relações com o mundo (dimensão espacial)	Contexto sociopolítico e sóciodinâmico
	Organização multidimensional entre os diversos agentes
Relações metodológicas	Perspetiva holística
	Etnografia
	Abordagem contextual e histórica

Fonte: European Commission (2007:84, tradução do autor)

Convém igualmente referir que a dimensão de inovação social territorial ao dirigir o enfoque para o papel das comunidades e dos seus agentes sociais que valorizam essas comunidades de uma forma intencional, como referido por Moulaert e Nussbaumer (2005) - “inovação social ocorre no contexto de lógicas e estratégias para o estabelecimento de vínculos entre os indivíduos e comunidades e entre as comunidades”, tem como objetivo reproduzir o capital institucional de uma forma pensada. Essa reprodução do capital institucional não é mais do que materializar as experiências, direcionando-as em favor da comunidade. O papel das instituições de reprodução de inovação social torna-se fundamental ao criar uma rede de cooperação entre agentes da comunidade, fortalecendo o desenvolvimento ao nível territorial. Moulaert (2009:20) defende que a inovação social no desenvolvimento territorial deve ser abordada através de uma análise detalhada de como as lógicas sociais e territoriais interagem umas com as outras.

“Mas na realidade, a sua materialização depende significativamente das suas relações com o espaço vivido e a sua perceção. Na verdade, é este espaço vivido que produzirá as imagens e os símbolos para

¹⁹ O prefeito (em França) é um alto representante do estado num departamento (o chefe de departamento) ou região (o prefeito da região). Cargo algo equivalente aos antigos governadores civis em Portugal.

desenvolver uma nova linguagem, e as ferramentas de criação para conceber um futuro espaço social” (Moulaert, 2009:21, tradução do autor).

Como defendido, a percepção do espaço vivido dar-nos-á as imagens e símbolos para “reinventar o futuro”. Esta conceção leva-nos a olhar em primeiro lugar para o território, numa procura daquilo que ele é, e daquilo que pode vir a ser. Assim existem semelhanças com o conceito de inovação incremental²⁰.

A inovação de base territorial (Moulaert *et al.*, 2005:1978) comporta vários riscos, existindo o perigo de localismo sociopolítico, isto é, uma crença exagerada no poder de capacidade de mudança das instituições, desconsiderando estratégias e mecanismos de desenvolvimento através da relação com múltiplos espaços e escalas. O localismo “existencial”, isto é, a ideia de que todos os problemas devem ser resolvidos localmente, pelas instituições locais. Por último, o autor sublinha a questão da subsidiariedade, naquilo que pode ter de desresponsabilização do estado. Estas são algumas das principais questões que se levantam na reprodução da inovação social e base territorial.

2.4 Instituições fomentadoras de inovação social

Segundo a OECD (2011:23) no documento intitulado *Fostering Innovation to Address Social Challenges*, a inovação social pode acontecer em todos os lugares, seja a nível local ou nacional, todavia não surge do nada, sendo o resultado de variados fatores. Podendo surgir do setor público, privado ou do terceiro setor. A NESTA²¹ refere expressamente que “para a inovação social proliferar, é necessária polinização cruzada; para difundir e escalar inovações sociais, são necessárias *abelhas e árvores*”²². Estamos assim perante um processo no qual são identificados diferentes tipos de abordagens e contributos individuais, grupais e institucionais:

“As “abelhas” são... pequenas organizações, indivíduos e grupos que têm ideias novas e são móveis, rápidas e capazes de fazer polinização cruzada para encontrar grandes árvores recetivas, ou seja, as grandes organizações como os governos, empresas ou organizações não-governamentais, que são geralmente pobres em criatividade, mas boas em execução e têm a resistência, raízes e escala para fazer as coisas acontecerem. Muita da mudança social é um resultado de uma combinação das duas” (OECD, 2011:23, tradução do autor).

De seguida a instituição referenciada assinala que são necessários intermediários para colocar as partes em contacto. Esta perspetiva é válida, sendo o seu enfoque no aumento de escala, resiliência, distribuição pelo território que lhes dá a capacidade de fazer a inovação social acontecer. No entanto, quanto a nós, é indiscutível que as novas ideias precisam de um

²⁰ Santos (2016:19) na sua tese de doutoramento, *Política Pública Orientada para a Inovação Aberta: as condições teóricas, contextuais e programáticas para o seu desenho e implementação, no caso português*, refere que, “Schumpeter afirmava (...) que a inovação pode ocorrer através de melhorias contínuas (inovação incremental), em oposição às inovações radicais (descontinuidades) e às revoluções tecnológicas”.

²¹ NESTA, National Endowment for Science, Technology and the Arts é uma instituição de caridade que trabalha para aumentar a capacidade de inovação do Reino Unido. Atua através de uma combinação de programas práticos, investimento, política, investigação e a formação de parcerias para promover a inovação através de uma ampla gama de setores. Tais como: inovação, crescimento económico, empresas sociais, indústrias criativas, empresas de alta tecnologia, inovação no serviço público, investimento de impacto, saúde, educação, artes, informação, pesquisa, análise, política, economia criativa e inovação governamental. NESTA foi originalmente financiada por uma doação de £ 250 milhões da UK National Lottery. A doação foi constituída num *trust*, sendo usada para apoiar os seus projetos. Fonte. *Site* institucional <http://www.nesta.org.uk>.

²² NESTA (2007) foi citado por OECD (2011:23).

estádio de desenvolvimento intermédio que está relacionado com a formação da ideia e a sua maturação. Entramos então no conceito de laboratório de inovação (*innovation lab*), que de uma forma geral e simplificando, viabiliza um processo que envolve diversas partes interessadas (*stakeholders*) num determinado campo de inovação social, criando um ambiente propício à inovação e à experimentação.

Segundo NESTA (2014:6), fundos, laboratórios, unidades e equipas de inovação têm uma variabilidade²³ de formatos e estruturas. Tendo em atenção o facto de todas estas diversas estruturas usarem *experimental methods to address social and public challenges* e terem objetivos de fundo similares (NESTA, 2014:6). Para simplificar, referir-nos-emos a eles de uma forma geral como laboratórios de inovação. Quando pretendermos indicar algum tipo específico de laboratório, fá-lo-emos de acordo com as suas diversas categorizações existentes.

Os laboratórios de inovação são essencialmente serviços de suporte para inovadores, fornecendo-lhes orientação, informação, aconselhamento e contactos. Criam a capacidade de inovar e gerar uma cultura de inovação, trabalhando de forma que a inovação seja feita sistematicamente e de forma disciplinada. Os laboratórios de inovação podem ter origem em instituições do setor público, privado ou do terceiro setor, tais como universidades, fundações, comunidades, indivíduos, etc.

O sistema operativo básico de funcionamento de qualquer equipa de inovação ou laboratório de inovação geralmente inclui:

“Pesquisar e identificar sobre os principais problemas, prioridades e tarefas.

Desenvolver ideias que têm impacto sobre essas áreas. [áreas problema]

Testar soluções e modelos.

Criar caminhos para um maior impacto de escala ou mudança de sistema” (NESTA, 2014:6-7, tradução do autor).

A categorização das equipas de inovação e dos laboratórios de inovação pode ser diferenciada em vários eixos principais:

“Pelos métodos que usam, tais como *design*, informação ou economia comportamental.

Pelo campo de trabalho, tais como educação ou saúde.

Por onde se concentram os seus esforços, de montante para jusante, no processo de inovação; de compreensão de questões, por meio de geração de ideias para implementação e aumento de escala.

Pela forma como trabalham, com a prática de inovação. Como por exemplo realizar experiências ou usar métodos abertos de inovação, conjuntamente com outros que são principalmente apoiantes e financiadores.

Pela forma como estão diretamente envolvidos com o estado; de se basearem dentro do próprio estado ou dentro da sua esfera de influência ou fora, operando separadamente” (Mulgan, 2014, para. 13, tradução do autor).

É conveniente neste momento identificar as principais tipologias de laboratórios (*labs*). Em primeiro lugar os laboratórios vivos (*Living Labs*)²⁴. Tem-se discutido, recentemente, muito acerca da definição de laboratório vivo, assim muitos autores têm expressado as suas

²³ Um exemplo (importante para as conclusões do nosso trabalho) dessa variabilidade do conceito de *labs* são os *social labs*; destinam-se a enfrentar desafios sociais de elevada complexidade.

²⁴ Para melhor conhecer este tema deve-se ter em conta que “O conceito de *Living Labs* teve origem no Professor William Mitchell no MIT, onde inicialmente foi usado para observar por um período de tempo os padrões de vida dos utilizadores de uma futura casa inteligente.” (Bergvall-Kåreborn, *et al.*, 2009, para. 5)

definições De acordo com Bergvall-Kåreborn *et al.*, (2009, para. 2), as particularidades de um laboratório vivo são as seguintes: numa abordagem típica de laboratório vivo os investigadores, empresas, utilizadores, parceiros públicos e as partes interessadas da tecnologia emergente colaboram em processos de inovação em contextos reais. Bergvall-Kåreborn *et al.* (2009, para. 4) explicam detalhadamente, citando outros autores; um laboratório vivo, em comparação com uma inovação aberta (*open innovation*), não é uma relação de empresa para empresa, não está focado no modelo de negócio, as contribuições externas não estão focadas em ideias e tecnologia. Em consequência o conceito de laboratório vivo (*Living lab*)²⁵ é o seguinte:

“É um meio de inovação centrada no utilizador, construído na pesquisa e prática diária, com uma abordagem que facilita a influência do utilizador nos processos de inovação aberta e distribuída, envolvendo todos os parceiros em contextos de vida real, com o objetivo de criar valores sustentáveis” (Bergvall-Kåreborn, et al.,2009, para. 9, tradução do autor).

Os laboratórios de mudança (*change labs*) surgiram devido à crescente complexidade dos desafios sociais, problemas ambientais, conflitos e desigualdade social. Estes factos são exemplos de questões que envolvem muitos atores e que ocorrem frequentemente no ambiente social e político. Os laboratórios de mudança têm sido utilizados por variados atores, para diferentes propósitos e em diferentes escalas geográficas. Dentro do tema laboratórios de mudança existe igualmente variabilidade; segundo o projeto de investigação do *Trinity College of Dublin, Consensus*, existem três tipologias:

- i “*City Labs* [laboratórios da cidade] costumam incluir novas políticas experimentais, serviços públicos, inovações sociais ou iniciativas comunitárias dentro de uma determinada região geográfica. Estes processos são frequentemente iniciados pelo governo ou sociedade civil. São realizações tipicamente colaborativas, envolvendo interesses transetoriais”
- ii *Simulated Living Labs* [laboratórios vivos simulados] envolvem o co-design e avaliação de produtos e serviços inovadores com os utilizadores numa *imitation “home” environment*. Encontram-se frequentemente nas universidades e setor empresarial. Concentram-se em afinar novas tecnologias, produtos, serviços ou experimentar protótipos com base no *feedback* do utilizador segundo as suas experiências e necessidades
- iii *In-House Change* [laboratórios de mudança em casa] têm características similares aos *simulated living labs*, no entanto ocorrem em ambiente familiar. O objetivo é reduzir os impactos potencialmente enganosos da observação do comportamento em ambientes simulados e fornecer *feedback* de utilizadores reais em situações de tempo real” (Trinity College of Dublin, S.d.:3, tradução do autor).

Segundo Hassan (2015, para. 24), os laboratórios sociais (*social labs*) não são executados por equipas de cientistas ou tecnocratas, mas por diversas equipas de *stakeholders*. Para o autor (Hassan, 2014:3), os laboratórios sociais não são programas, projetos, redes, espaços de trabalho em comum, incubadoras ou aceleradores (de projetos). Ao se analisarem, verifica-se que têm três características definidoras, designadamente:

- i “São intrinsecamente sociais. Os laboratórios sociais começam por reunir diversos participantes para trabalhar numa equipa que age coletivamente. Idealmente de diferentes setores da sociedade, como o governo, sociedade civil e da comunidade empresarial. De salientar a participação de diversas partes

²⁵ Um exemplo de *living lab* em Portugal fica situado em São João da Madeira. O São João da Madeira Industrial *Living Lab* (SJM-ILL) pretende ser um espaço de co-criação para a inovação, focada no crescimento da economia local, nomeadamente o tecido empresarial, através da promoção de um ambiente de “Inovação Aberta” centrado no utilizador, suportado por uma forte capacidade tecnológica e de inovação. Fonte: <http://www.sanjotec.com/page/living-lab>

- interessadas e afetadas pelos problemas, indo para além da mera consulta sobre a forma de resolver as questões, (...). Assim é definida a natureza social dos laboratórios sociais.
- ii São experimentais. Os laboratórios sociais não são experiências pontuais. Estão em curso e preservam nos esforços [trabalham com objetivos de manutenção e continuidade]. A equipa que faz o trabalho (...) realiza intervenções de prototipagem e de gestão de um portefólio de soluções promissoras. Estes factos refletem a natureza experimental dos laboratórios sociais em oposição à natureza de muitas intervenções sociais baseadas em projetos.
 - iii São sistémicos. As ideias e iniciativas a desenvolver nos laboratórios sociais, lançados como protótipos, aspiram a ser sistémicos por natureza (...)” (Hassan, 2014:3, tradução do autor).

2.5 Síntese

A análise dos antecedentes históricos da inovação social mostra uma “genealogia” que concorre para grande parte das atuais tendências conceptuais (ideológicas, políticas, etc.); assim quando se analisam determinadas conceções de inovação social, não podemos deixar de relacioná-las com origens concretas. O conhecimento teórico do exposto ajuda a compreender as opções tomadas em termos de políticas e modelos de ação institucionais. As diversas perspetivas atuais da inovação social são a corporalização em termos materiais das possibilidades que toda uma evolução teórica e conceptual proporcionou, pelos seus contributos, ao longo do tempo.

Existe uma variabilidade dimensional na inovação social. A compreensão dessa diversidade, e de aquilo que representa, é-nos bastante vantajosa. A utilidade materializa-se em termos de investigação, pois quando se analisam projetos percebe-se as dimensões que esses mesmos projetos comportam.

Quanto aos domínios, e segundo Moulaert e Nussbaumer (2008:53), estes são enfoques disciplinares, *disciplinary approaches*. Estes enfoques permitem uma análise das múltiplas áreas que a inovação social abrange numa perspetiva disciplinar.

Para explicar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida, temos que ter em atenção que os modelos de ação têm como suporte uma matriz conceptual e metodológica. Esses conceitos e métodos têm igualmente uma dimensão onde são aplicados. Sendo claramente caracterizadores daquilo que é feito, por quem e para quem. Conhecer as dimensões de inovação social permite-nos uma interpretação mais clara dos modelos de ação.

Relativamente à necessidade de compreender as iniciativas de inovação social, suas soluções inovadoras e sustentáveis encontradas pelos atores regionais, uma questão torna-se incontornável. Essa questão é conhecer a forma de funcionamento das instituições fomentadoras de inovação social, neste caso da FEA, naquilo que diz respeito aos laboratórios de inovação (*innovation labs*) e seus resultados. Assim, o trabalho realizado na revisão da literatura constitui na sua totalidade, ao indicar diversos ângulos de aproximação, assim como os distintos conceitos a eles relativos, um suporte sólido para construção de um estudo de caso devidamente fundamentado.

Há uma variabilidade grande das definições de inovação social. Esta dissertação em termos de concordância conceptual está próxima do conceito originado na área do desenvolvimento local e que tem como foco para a sua construção Ator/resultados/objetivo (ver Tabela I). Assim, o conceito de inovação social que mais se aproximará do objeto deste

trabalho será:

“[...] uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, para atender necessidades específicas, para oferecer uma solução ou para aproveitar uma oportunidade para a ação, a fim de modificar as relações sociais, transformar um quadro de acção, ou propor novas orientações culturais.” Bouchard (2011)²⁶

²⁶ Bouchard (2011) foi citado por Santos e Seabra (2015:14).

Capítulo 3 – Políticas públicas e financiamentos

Este capítulo aborda questões condicionantes da temática da inovação social, designadamente as políticas públicas como suporte e apoio da inovação social, objetivos gerais de política da UE em inovação social, e a atual política fomentadora de inovação social em Portugal. Serão igualmente privilegiados temas fundamentais como os financiamentos, o ecossistema para a inovação social e rankings internacionais de inovação social.

Em termos de relevância no contexto deste trabalho podemos afirmar a importância das políticas públicas como fatores fundamentais de intervenção e modificação da sociedade.

De igual forma, os recursos financeiros das instituições são limitados, pelo que o financiamento da inovação social torna-se uma questão central, condicionadora do seu desenvolvimento. Como resultado destes e de outros aspetos, surgem os índices de inovação social, que situam esta questão em termos de desenvolvimento comparativo. Assim os referidos índices são centrais para compreender os fatores condicionadores que se verificam no contexto de âmbito alargado da inovação social, e que obviamente influencia a Fundação Eugénio de Almeida, foco principal deste estudo.

3.1. Políticas públicas como suporte e apoio da inovação social

As políticas públicas de suporte e apoio à inovação social podem ser de âmbito europeu, nacional, regional e local (ver Figura 8). Estas políticas têm ferramentas de atuação distintas, podendo ser conceptualmente divididas nas categorias discriminadas na Figura 8, sendo os exemplos explicativos apresentados ligados ao empreendedorismo social. Este paralelismo em termos de políticas públicas é defendido pela Young Foundation (Mulgan *et al.*, 2011:66) ao indicá-lo no âmbito do mesmo quadro estratégico.

Da análise da Figura 8 verifica-se a transversalidade de necessidades para que a IS possa subsistir. Esta ocorrência é um forte argumento a favor de um trabalho estrutural de suporte transversal em termos institucionais.²⁷

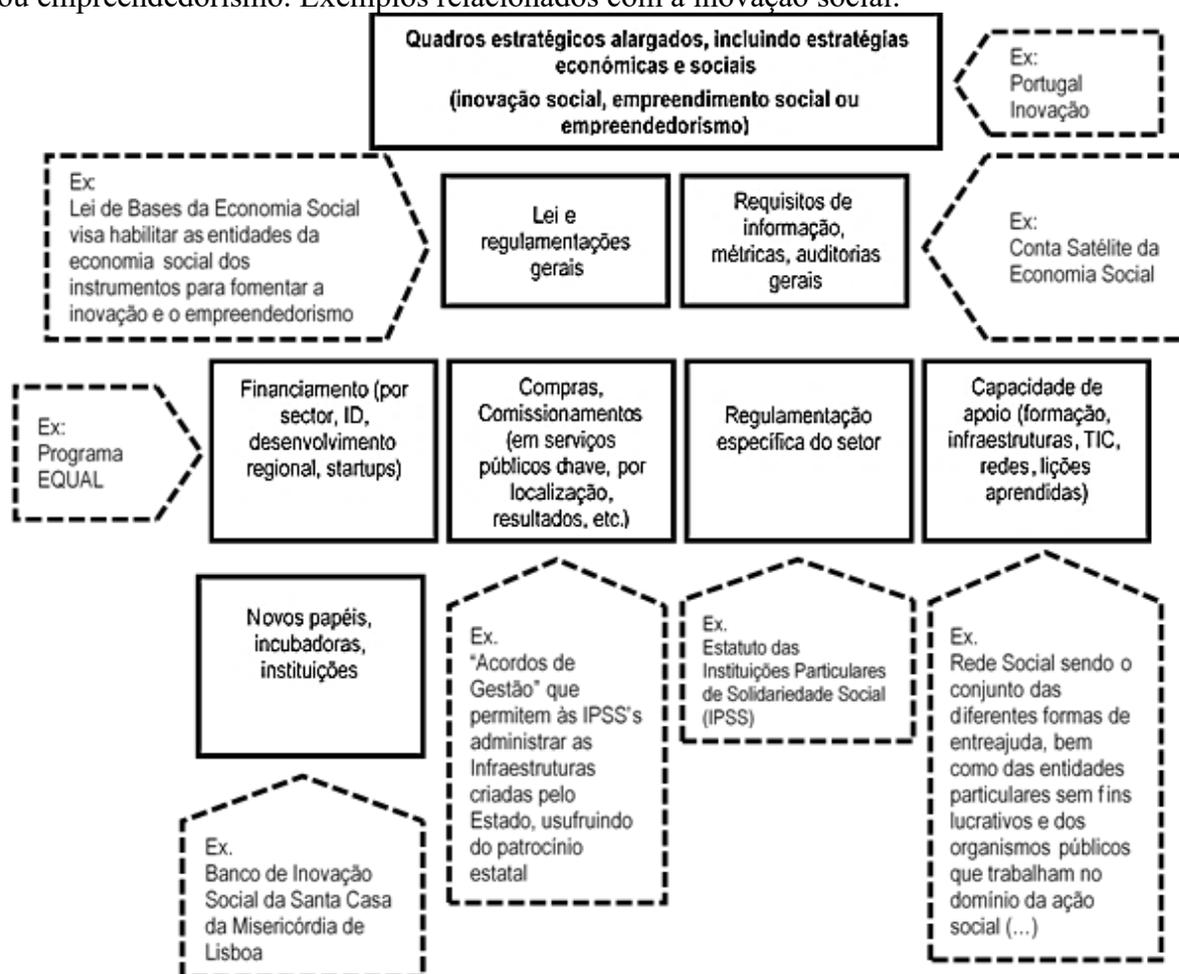
A Figura 8 exhibe a similitude, com a ajuda de exemplos concretos, entre os quadros estratégicos alargados de políticas públicas em IS e o apoio ao empreendimento social ou empreendedorismo. Em relação às leis e regulamentações gerais, o esquema apresenta como exemplos a lei de Bases da Economia social, que tem como objetivo colmatar a inexistência de um quadro jurídico próprio e identificador do setor da Economia Social.

As métricas são fundamentais para o acompanhamento da IS, importantes para o diagnóstico do seu desenvolvimento. É unicamente possível gerir realisticamente aquilo que se mede, sendo impossível promover os ajustes necessários sem dados nos quais se apoiar, sendo inviável gerir sem contar com instrumentos de aferição dos resultados. O exemplo apresentado, a Conta Satélite da Economia, avalia entre outras coisas o contributo da Economia Social para a criação de riqueza.

²⁷ Ver o subcapítulo 3.5 Índices de inovação social, no que diz respeito à política nacional de inovação social, pesquisa e impacto da inovação social, quadro jurídico para empresas sociais, eficácia do sistema na implementação da política, estado de direito.

Os programas específicos fazem parte dos quadros estratégicos de desenvolvimento das políticas. Neste exemplo apresentado, o programa EQUAL surge como um programa exemplo de financiamento. O papel das instituições está igualmente presente através de novos papéis assumidos institucionalmente, como é o caso do Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Os acordos e comissionamentos são relevantes pois permitem às instituições terem uma ação focada em determinados objetivos tendo como suporte uma determinada contrapartida, o que não deixa de ser um fator de estabilidade do funcionamento institucional. Relativamente à regulação específica do setor, esta é importante na medida em que estabelece áreas e limites de atuação, de acordo com a tipologia institucional, neste caso instituições que se dedicam à realização e fomento da IS. Esta regulação não é limitadora da IS, mas sim ajuda a definir os vários tipos de IS, como por exemplo uma tipologia mais virada para o mercado ou para uma tipologia de externalidades positivas menos imediatas. Em termos de capacidades de apoios é evidente a necessidade de um apoio institucional transversal como consta da Figura 8.

Figura 8 Quadro alargado de políticas de apoio à inovação social, empreendedorismo social ou empreendedorismo. Exemplos relacionados com a inovação social.



Fonte: Autor com base em Mulgan, *et al.* (2011:66).

3.2 Antecedentes e enquadramento geral da política da UE

Vivemos num tempo de rápidas mudanças económicas e sociais. Neste contexto dinâmico, como se compreende, o financiamento é uma condição fundamental e estrutural para o apoio e fomento da inovação social, tornando-se um dos aspetos capitais para a assunção, desenvolvimento e estabilidade da referida política.

No passado a UE apoiou a inovação social através de instrumentos como o programa EQUAL, cujo período de execução foi de 2001 a 2009, estando centrado na inovação das práticas sociais relativamente às necessidades dos públicos mais desfavorecidos. Da mesma forma o programa PROGRESS foi um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento e à coordenação da política da UE no domínio do emprego, proteção social e inclusão social, condições de trabalho, luta contra a discriminação, igualdade de género durante o período de 2007-2013. No seguimento destes programas a UE elaborou um pacote legislativo sobre a política de coesão para o período 2014-2020, que foi adotada pela Comissão Europeia em outubro de 2012. Assim, são apoiados os investimentos em inovações sociais, o aumento da sua dimensão e o desenvolvimento de capacidades. Este apoio é concretizado através do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do novo programa da UE para a Mudança Social e Inovação (*Programme for Social Change and Innovation*, PSCI), tendo este último um espaço temporal de 2014-2020.

3.3 Objetivos gerais da política da UE em inovação social

Em termos de objetivos gerais de política da UE e as suas dimensões, verifica-se que as ações da Comissão Europeia sobre inovação social derivam da iniciativa estratégica *Innovation Union initiative* (2010), que tem como objetivo criar um ambiente inovador que traga crescimento económico e criação de emprego; e do *Social Investment Package* (2013). Em termos de definição de objetivos gerais de política, destacam-se os seguintes: (i) promover a inovação social como uma fonte de crescimento e emprego, (ii) partilhar informações sobre inovação social na Europa, (iii) apoiar empresários inovadores, (iv) mobilizar investidores e organizações públicas (European Commission, 2017).

Em termos concretos, as ações da Comissão Europeia em inovação social materializam-se nos aspetos sumariados na Tabela 4.

Tabela 4 Ações da Comissão Europeia em inovação social

<i>Criação de redes</i>	Ajuda as organizações em toda a Europa no sentido de se conectarem, para aprenderem umas com as outras, <u>partilhar experiências através do portal da comunidade de inovação social.</u>
<i>Competição</i>	Organiza anualmente a competição europeia de inovação social para ser fonte e apoio de novas soluções para desafios sociais. Outros concursos europeus igualmente apoiam inovadores sociais, tais como os prémios RegioStars e o torneio de inovação social.
<i>Financiamento</i>	<p>Inovação social (EaSI)</p> <p>Financia diretamente a inovação social através programa da UE para o Emprego e a inovação social (EaSI). Reúne três programas da UE, que foram geridos separadamente entre 2007 e 2013: PROGRESS, EURES e o Instrumento de Microfinanciamento Progress. Este programa é constituído por três eixos, que promovem:</p> <ul style="list-style-type: none"> o a modernização da política de emprego e da política social: Eixo PROGRESS (61 % do orçamento total) o a mobilidade profissional: Eixo EURES (18 % do orçamento total) o o acesso ao microfinanciamento e o empreendedorismo social: Eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social (21 % do orçamento total) <p>Horizonte 2020</p> <p><i>SME Instrument</i></p> <p>Através do instrumento para PME's que foi projetado especificamente para uma ou para grupos de PME altamente inovadoras com ambições internacionais, determinadas a transformar ideias de negócio inovadoras.</p> <p><i>A Collective Awareness Platforms for Sustainability and Social Innovation (CAPS)</i>. Iniciativa pioneira para criar novos modelos de consciência dos desafios de sustentabilidade e do papel que todos podem desempenhar através da ação coletiva. A iniciativa de CAPS visa projetar a gestão de plataformas <i>online</i> para criar consciência sobre os problemas de sustentabilidade e fomentar soluções coletivas. Promove soluções colaborativas, baseadas em redes (de pessoas, de ideias, de sensores), <u>permitindo novas formas de inovação social digital.</u></p> <p>Tem como objetivo melhorar as condições para a inovação social e para as empresas sociais²⁸ na Europa. Visa igualmente atrair investidores privados através da <i>Social Business Initiative</i> iniciada em 2011 e que tem como objetivo criar um ambiente financeiro, administrativo e jurídico favorável para esse tipo de empresas, para que elas possam operar em igualdade de condições com outros tipos de empresas do mesmo setor.</p> <p><i>Start-up and Scale-up Initiative</i> pretende dar aos empresários inovadores europeus todas as oportunidades para tornarem-se empresas líderes do mundo, reunindo todas as possibilidades que a UE já oferece e adicionando um novo enfoque no investimento de capital de risco, insolvência e tributação.</p> <p>Estas iniciativas foram baseadas nas conclusões de trabalho de grupo de peritos externo (GECES) que fez um relatório com 13 recomendações para ações concretas para abordar as questões relativas à economia social e empresas sociais. Foi igualmente realizado o mapeamento do ecossistema de <u>empresas sociais.</u></p>
<i>Impacto</i>	Reunião e divulgação de evidências sobre os benefícios da inovação social e metodologias para a <u>medição do resultado.</u> Nomeadamente o relatório da UE <i>Strengthening social innovation in Europe</i>
<i>Incubação</i>	Apoio através de estruturas de incubação para a inovação social na Europa, através de redes <u>comunitárias de incubadoras tais como as <i>Transition e Benisi</i></u>
<i>Exploração</i>	<u>A UE procura novas ideias, aplicações ou domínios de inovação social</u>

Fonte: European Commission (2017, tradução do autor).

²⁸ O conceito de empresa social ainda não está plenamente estabelecido, existindo diferenças entre os conceitos dos países do norte da Europa, do sul da Europa, do Reino Unido, do Estados Unidos da América e outros países como por exemplo Bélgica, França, Alemanha e Irlanda, onde entidades privadas não lucrativas são financiadas e reguladas por organismos públicos no sentido de prover serviços sociais. O conceito da EMES European Research Network refere “quatro critérios que refletem as dimensões económicas e empresariais das empresas sociais: uma atividade contínua que produz bens e / ou serviços de venda, um alto grau de autonomia, um nível significativo de risco económico, uma quantidade mínima de trabalho remunerado. Outros cinco indicadores delimitam as dimensões sociais dessas empresas: um objetivo explícito de beneficiar a comunidade, uma iniciativa lançada por um grupo de cidadãos, um poder de decisão não baseado na propriedade do capital; uma natureza participativa, que envolve várias partes afetadas pela atividade, uma distribuição de lucro limitada.” (Defourny e Nyssens, 2010:43, tradução do autor).

3.4 A implementação da política de inovação social em Portugal

Relativamente à implementação da política de inovação social em Portugal, esta concretiza-se através de programação do Portugal 2020 negociada com a Comissão Europeia, visando financiar projetos de inovação assim como de empreendedorismo social. Neste âmbito surge o programa Portugal Inovação Social. Foi criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-A/2014 de 16 de dezembro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2016, de 25 de novembro, sendo a entidade pública encarregue da implementação programa (Portugal Inovação Social, 2017a).

O Portugal Inovação Social tem como objetivo direcionar 150 Milhões de euros de fundos para a promoção da inovação social. Como consequência, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) são dirigidos para projetos de IS. Esses projetos corporizam-se através de recursos financeiros provenientes dos seguintes Programas Operacionais (PO) do Portugal 2020: Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Programa Operacional Capital Humano e Programas Operacionais Regionais do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Esta iniciativa é acompanhada pela Comissão Europeia, devido à sua possível replicação para outros países. Os projetos destinam-se a apoiar iniciativas e empreendedores que já tenham projetos iniciados e que requerem apoio para a sua capacitação, consolidação e aumento do impacto. As Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) devem responder aos seguintes critérios:

“Sejam focadas numa missão social, procurando resolver problemas importantes e negligenciados da sociedade; Sejam inovadoras, por serem pioneiras a nível mundial ou nacional, ou por serem réplicas pioneiras a nível regional de inovações sociais com impacto validado; Tenham um modelo passível de ser sistematizado e replicado num contexto mais vasto, dada a natureza do problema que abordam e da solução que propõem; Procuram medir e validar o seu impacto, de forma a melhorarem continuamente o seu desempenho e a mobilizarem mais recursos; Adotem estratégias de implementação com mecanismos que promovam a sustentabilidade económica, através da eficiente mobilização de recursos, geração de receitas, ou poupança na despesa pública” (Portugal Inovação Social, 2017a).

São quatro os instrumentos de financiamento para os projetos: (i) Capacitação para o Investimento Social, destinado a fortalecer a capacidade das iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) de gerar impacto e receber investimento social (Portugal Inovação Social, 2017b), “que tem uma dotação de 15 milhões euros e permitirá financiar em até 50 mil euros os custos de intervenções de capacitação” (Santos, 2016a). (ii) Parcerias para o Impacto, para cofinanciamento de investimento filantrópico por investidores sociais, com o objetivo de estabelecer ou desenvolver iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) (Portugal Inovação Social, 2017b).

“Visa cofinanciar investimentos filantrópicos em iniciativas de inovação social que apresentem um plano de desenvolvimento até 3 anos. O programa tem uma dotação de 20 milhões de euros e requer financiamento de investidores sociais no mínimo de 30% das necessidades de financiamento dos projetos, alocando um máximo de 70% de financiamento do Portugal 2020” (Santos, 2016a).

(iii) Títulos de Impacto Social (TIS)²⁹, com vista à contratualização de intervenções que levem a uma maior inovação e eficiência na prestação de serviços públicos, numa lógica

²⁹ Os Títulos de Impacto Social (TIS) mobilizam capital privado para investir em organizações e empreendedores sociais que demonstrem impacto social e potencial de retorno financeiro. “... é um mecanismo financeiro no qual o Estado celebra um contrato com uma entidade gestora, cujos acionistas são os investidores sociais, com

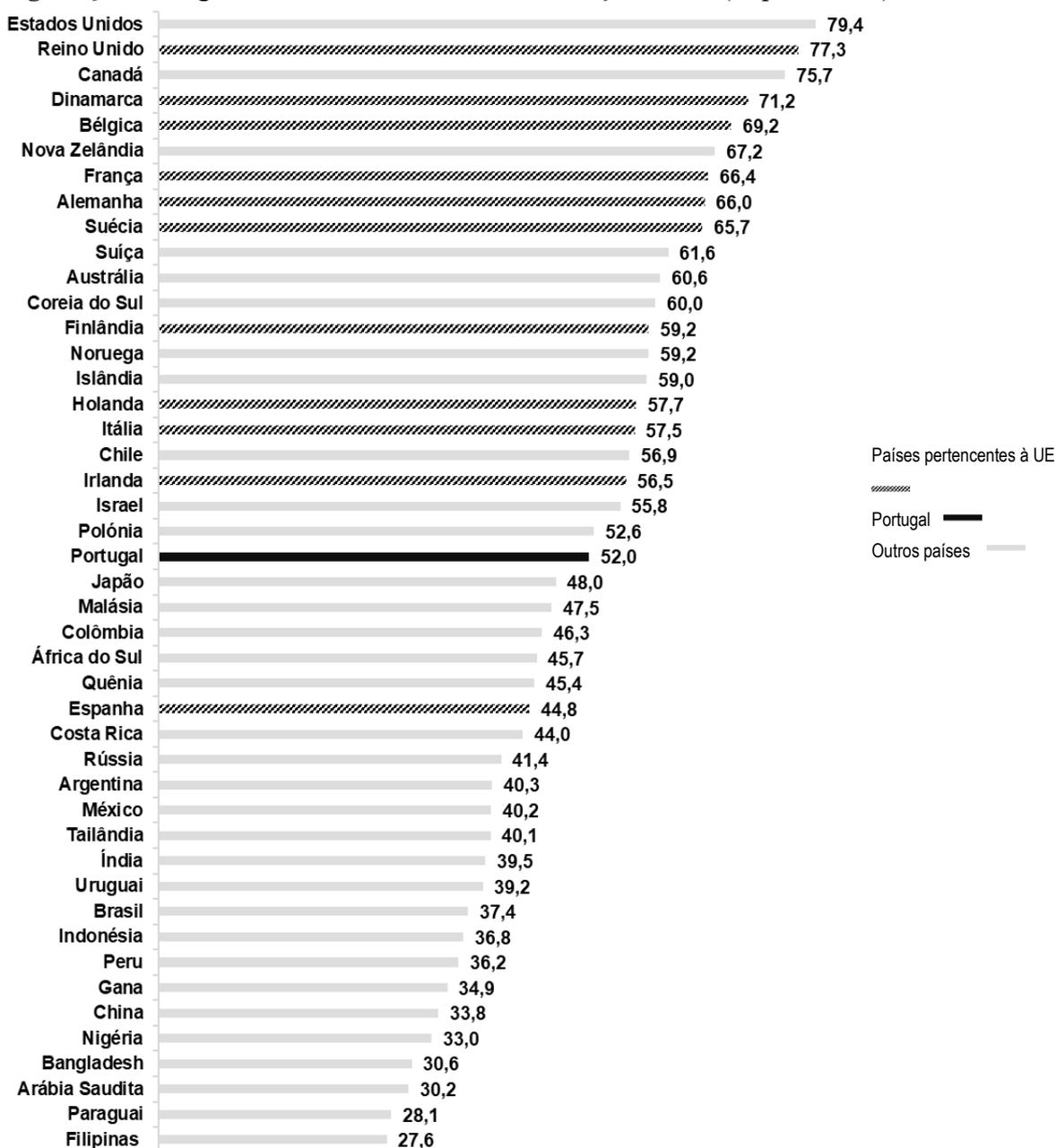
de reembolso dos investimentos após demonstração dos resultados alcançados (Portugal Inovação Social, 2017b); “com uma dotação de 20 milhões de euros, que visa financiar iniciativas capazes de apresentar resultados concretos e validados em áreas de política pública” (Santos, 2016a). (iv) Fundo para a Inovação Social (FIS), para cofinanciamento, numa lógica de instrumento financeiro, de operações de investimento social, realizadas por instituições investidoras qualificadas, que concedam crédito e/ou quase-capital para a consolidação ou expansão de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) (Portugal Inovação Social, 2017b). “com uma dotação de 95 milhões de euros que visa cofinanciar o investimento social realizado por intermediários financeiros (bancos, capitais de risco e *business angels*) em iniciativas de impacto social” (Santos, 2016a).

Podem candidatar-se, isoladamente ou em parceria, entidades da economia social promotoras de iniciativa de inovação e empreendedorismo social (IIES) (cooperativas, IPSS, associações mutualistas, fundações ou misericórdias) com intervenção física nas regiões Norte, Centro ou Alentejo.

3.5 Índices de inovação social

Segundo o *Social Innovation Index* 2016, realizado pelo The Economist Intelligence Unit [EIU] (2016:11), Portugal está em 22º lugar no ranking mundial do ecossistema de inovação social (ver Figura 9) e é um dos sete únicos países do mundo com uma política integrada de apoio à inovação social em implementação. De uma forma geral, considera-se que ecossistemas de inovação são um conjunto de agentes e de relacionamentos que possibilitam a troca de conhecimentos, determinando a intensidade da mudança e viabilizando o sucesso da estratégia de inovação. A Figura 9 representa os dados relativos ao índice mundial, avaliando a capacidade de 45 países em inovação social. O gráfico mostra que 10 dos 11 países analisados, pertencentes à UE, se encontram numa posição acima de Portugal neste índice de 45 países. Portugal está no 22º lugar, encontra-se muito ligeiramente acima de metade deste índice. Nos primeiros lugares deste índice estão as nações mais ricas do mundo ocidental. Os EUA estão em primeiro, a seguir está posicionado o Reino Unido, estando o Canadá em terceiro. Os países da UE que constam do índice distribuem-se na parte superior até meio do gráfico, com exceção da Espanha que ocupa um lugar 7 posições abaixo de Portugal.

base em resultados sociais específicos. Com base nesse contrato, os investidores financiam um serviço ou um conjunto de serviços a médio prazo, geralmente 3 a 7 anos, que são implementados por organizações sociais e que pretende melhorar os resultados sociais de um determinado problema. Se esses resultados sociais forem alcançados, o Estado remunera os investidores, através da entidade gestora do TIS, com a devolução do seu investimento social e um retorno financeiro ajustado ao risco do projeto e potencialmente ao nível de resultados sociais atingidos. Caso os resultados sociais não sejam alcançados, conforme um nível preestabelecido no contrato, o Estado não paga aos investidores, os quais assumem o risco de perder o seu investimento.” (Laboratório de Investimento Social, 2014:4).

Figura 9 Ranking mundial do ecossistema de inovação social (% ponderada)

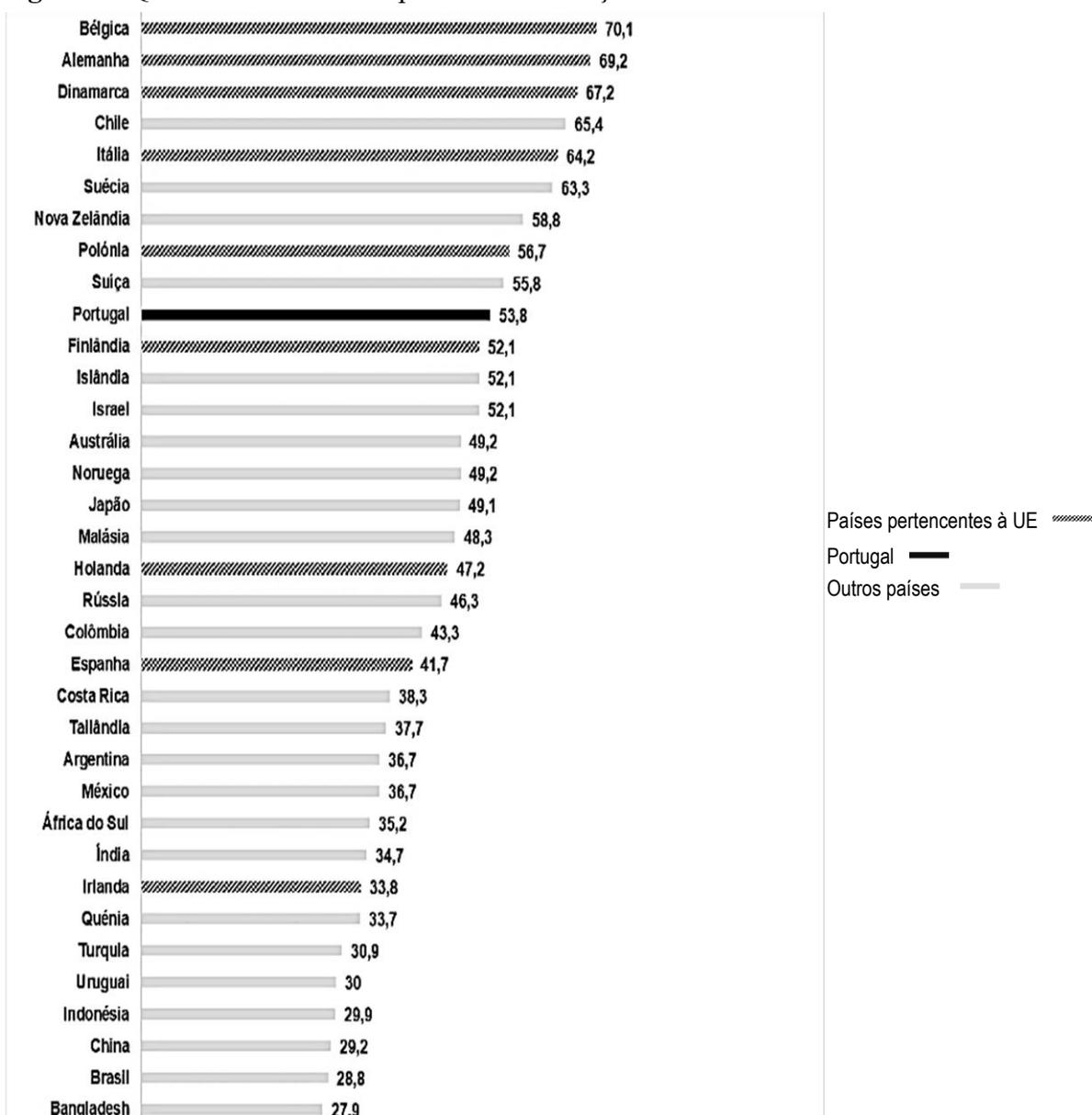
Fonte: Autor com base em dados do The Economist Intelligence Unit (2016:11).

Na construção deste ranking, os parâmetros avaliados e os indicadores são os seguintes: (i) Quadro institucional e político (peso: 44,44%); existência de política nacional de inovação social, pesquisa e impacto da inovação social, quadro jurídico para empresas sociais, eficácia do sistema na implementação da política, estado de direito. (ii) Financiamento (peso: 22,22%); disponibilidade financiamento do governo para promover a inovação social, facilidade de obtenção de crédito, total das despesas sociais públicas. (iii) Empreendedorismo (peso: 15%); mentalidade de assunção de riscos, atitude dos cidadãos perante o empreendedorismo, facilidade de começar um negócio, desenvolvimento de grupos (*clusters*).

(iv) Sociedade (peso: 18,33%); cultura de voluntariado, participação política, participação da sociedade civil, confiança social, liberdade de imprensa.

Destes parâmetros vamos destacar os padrões referentes ao (i) Quadro institucional e político e (ii) Financiamento pelo seu peso na análise realizada pelo *The Economist Intelligence Unit* (EIU), mas também porque pensamos que estes indicadores contribuem fortemente para a formação dos ecossistemas da inovação social. Assim, independentemente do peso atribuído dentro dos resultados globais, os parâmetros anteriores mostram contextos de análise mais finos que os referidos resultados globais.

Figura 10 Quadro institucional e político da inovação social



Fonte: Autor com base em dados do The Economist Intelligence Unit (2016:15).

Nota. Construído com os seguintes indicadores: Existência de política nacional de inovação social, Pesquisa e impacto em inovação social, Enquadramento legal para empresas sociais, Eficácia do sistema na implementação de políticas, Estado de direito.

A Figura 10 representa os dados relativos ao quadro institucional e político, avaliando os 45 países em termos de estruturas de enquadramento da inovação social com capacidade para desenvolver e estimular a inovação social. Portugal está no lugar 15 com 8 países da UE à sua frente, sendo o Reino Unido o primeiro país seguido da França, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Itália, Suécia e Polónia. A Holanda, Espanha, Finlândia estão classificados abaixo de Portugal, se bem que em situação diversa em termos de distância. Alguns dos países que de facto têm melhores resultados em termos de ecossistema de inovação social, têm o impulso governamental em termos de enquadramento de políticas para serem.

Neste indicador Portugal está presentemente bem classificado no grupo dos países que têm enquadradas estas políticas, mas que igualmente as implementam como o Canadá, França, Itália, Coreia do Sul e Estados Unidos.

A Figura 11 representa a capacidade dos países para desenvolver e estimular a inovação social através do financiamento público e privado. Em termos de inovação social, avaliando os dados relativos aos 45 países, Portugal está classificado no lugar 32 com todos os países da UE avaliados à sua frente. O país imediatamente pior classificado da UE a seguir a Portugal é a Espanha, a meio da tabela, no 24º lugar, 8 posições acima de Portugal. Este parâmetro tem uma natureza composta 50-50, isto é, o financiamento como indicador que é refletido no índice é formado por financiamentos públicos (ex. subsídios do governo para inovadores sociais) e privados (ex. existência de incubadoras com suporte financeiro para empreendedores sociais). É considerado neste indicador a facilidade de acesso a todos estes parâmetros.

Em termos conclusivos de análise de políticas, a informação coligida converge para um modelo com dois aspetos fundamentais: (i) Verifica-se a importância das políticas públicas nomeadamente como consequência e resultado dos quadros estratégicos. (ii) Os referidos quadros estratégicos, englobando entidades privadas na aplicação das políticas, com um peso apreciável, exigem um esforço do estado em dimensões transversais.

Em termos de aplicação no terreno de políticas públicas, depois do enquadramento legislativo, da nossa perspetiva, existe a necessidade de financiamento público de projetos, programas e instituições; financiamentos para iniciar ideias, investimento em I&D e incubação de projetos. Igualmente existe a necessidade de financiamento para ideias e projetos no âmbito das organizações públicas. Verifica-se que o poder executivo, na sua função de administrar os interesses públicos, há muito usa a inovação social como forma de melhorar os seus serviços. Por exemplo, a criação dos jardins-de-infância ou mesmo a criação do estado social foram inovações sociais de grande impacto.

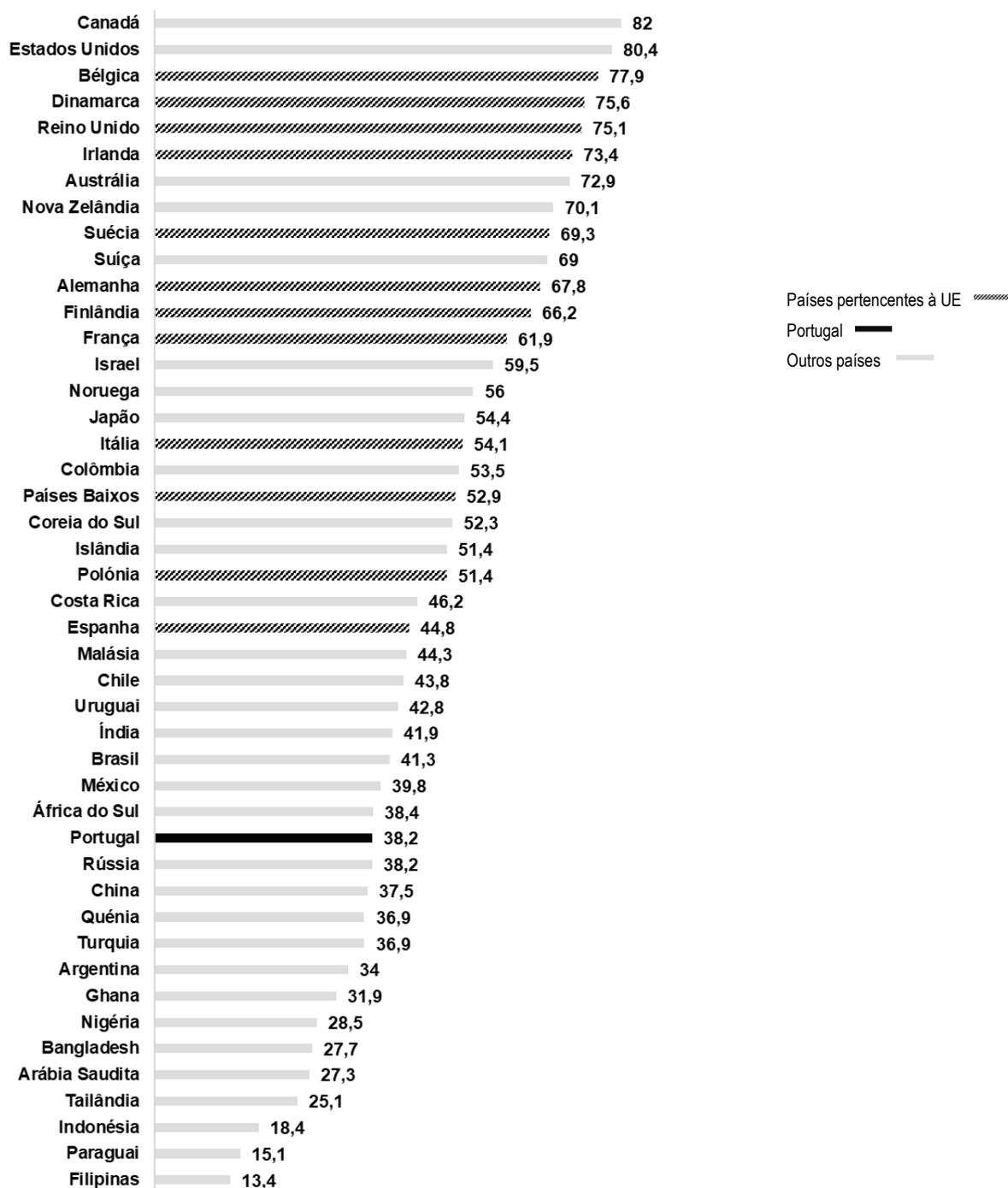
De acordo com The Economist Intelligence Unit (2016), o total das despesas sociais públicas em percentagem do PIB é indicado como elemento a considerar no índice de financiamento da inovação social. Igualmente a facilidade de obtenção de crédito é um dos fatores em consideração para a classificação dos países.

O estado em termos de financiamento para a inovação social também está presente, mesmo nos países com maior PIB, através de fundos de inovação social, subsídios do governo, e incubadoras de empresas e títulos de impacto social.

Como referido, Portugal tem uma “classificação 22.º no ranking mundial do ecossistema de inovação social e é um dos sete únicos países do mundo com uma política integrada de apoio à inovação social em implementação” (Santos, 2016a). Em termos de

financiamentos a posição modesta de Portugal possivelmente dever-se-á à questão da obtenção de crédito e ao fraco direcionamento de despesas sociais públicas para inovação social, nomeadamente sob a forma de prestações pecuniárias, aquisição direta de bens e serviços redução de impostos com fins sociais em percentagem do PIB do país.

Figura II Financiamento da inovação social



Fonte: Autor, com base em dados do The Economist Intelligence Unit Limited (2016:21).

Nota. Construído com os seguintes indicadores: Disponibilidade de financiamento governamental para promover a inovação social, Facilidade de obtenção de crédito, Despesas sociais públicas totais

3.6 Síntese

As políticas públicas de suporte e apoio à inovação ocorrem a vários níveis, europeu, nacional, regional e local. Demonstam, no entanto, uma elevada interdependência em termos institucionais. A inovação social necessita de um conjunto de instituições de variadas tipologias para assegurar a sua aplicação real. Essas instituições nas suas ações complementares, seja legislativa, financeira, de formação ou outra, fazem necessariamente parte de quadros estratégicos alargados de políticas públicas, sem os quais a IS dificilmente poderá ser corporizada.

A política da UE em termos de inovação social iniciou-se com o programa EQUAL de 2001 a 2009. Atualmente existe o novo programa da UE para a Mudança Social e Inovação (*Programme for Social Change and Innovation*, PSCI) de 2014-2020. Em termos de política de inovação social a UE procura abranger um espaço alargado, que vai desde a criação de redes, prémios, financiamento, ecossistemas, avaliação de impacto, incubação e exploração de novas ideias. Todas estas políticas de inovação social para funcionarem têm que ter nos países de destino um enquadramento favorável do poder político.

Em Portugal, a implementação da política de inovação social concretiza-se com a programação Portugal 2020, tendo sido criado o Portugal Inovação Social com o objetivo de financiar projetos de inovação assim como de empreendedorismo social. Em termos de índices de inovação social, Portugal está em 22º no ranking mundial do ecossistema de inovação social, sendo, no entanto, um dos sete países do mundo com uma política integrada de apoio à inovação social.

Capítulo 4 – Metodologia de investigação

Este capítulo visa identificar e descrever os instrumentos de investigação utilizados neste estudo, bem como identificar as principais definições e classificações utilizadas. O esclarecimento da metodologia de estudo é indispensável para a construção e clarificação do conhecimento abordado pela questão de investigação. Para que a metodologia alcance os objetivos a que se propõe, é necessário explicar os conceitos e classificações que descrevem a informação, o que é feito neste capítulo para uma melhor leitura dos resultados. Foram classificadas instituições e projetos de acordo com as seguintes categorizações: Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos, Outras tipologias de instituições presentes, Áreas de intervenção principal e Tipologia de financiamento dos projetos.

Neste trabalho, quando se pretende determinar e identificar a inovação social existente estamos a utilizar uma metodologia descritiva, pois assume a forma de levantamento, quer de dados quantitativos, quer de dados qualitativos, levanta opiniões, atitudes e intenções, procurando-se assim estabelecer o motivo que leva à realização dos projetos, que fatores intervêm no apoio e execução dos projetos, e que relações têm com outros fenómenos.

Sempre que se clarifica a dinâmica de ação da Fundação Eugénio de Almeida, estamos a atuar de acordo com um objetivo que pode ser classificado como explicativo. Quando estamos a demonstrar a forma de potencialização do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida, estamos a proceder de acordo com um objetivo exploratório.

Em termos de opção metodológica, esta dissertação assume um caráter misto, dedutivo e indutivo. Quando se explica o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida, procura-se de facto o estabelecimento de regras que possam ser generalizadas a um contexto mais alargado. Adota-se assim um cunho de investigação indutivo. De igual forma, ao trabalhar um conjunto alargado de dados (MIES e questionários às instituições parceiras da Fundação Eugénio de Almeida) está-se perante uma situação de dedução, tornando explícito conhecimento/informações já existentes, mas com a necessidade de serem trabalhadas e organizadas para a sua melhor compreensão.

Realizou-se observação direta e intensiva aquando da realização da entrevista semidirigida. A observação direta e extensiva concretizou-se com a utilização de um questionário, sendo este dirigido às instituições parceiras da FEA.

Neste trabalho utiliza-se o método de triangulação, sendo uma das formas mais práticas de analisar questões complexas. Quando se menciona técnica de triangulação, alude-se usualmente a situações em que uma hipótese é testada sob diversas formas (diversas teorias, diversas técnicas, espaços temporais diversos, diversos investigadores). Como afirmado, o conceito de triangulação pode ser empregue em dimensões diferenciadas, dependendo do contexto e técnicas utilizadas. No presente trabalho vamos utilizar o conceito, que de acordo com Burgess (1997:158), menciona que a triangulação pode ser usada para referir o recurso a várias fontes ou diversos relatos de acontecimentos. Essa triangulação introduz-nos nos aspetos relativos às técnicas que contribuem para a construção de um estudo de caso. No seguimento do contexto anterior, pode-se afirmar que os estudos de caso podem incluir várias técnicas de recolha de dados:

“A pesquisa num estudo de caso pode empregar vários processos de coleta de dados, tais como observação participante, análise de documentos, pesquisas, questionários, entrevistas, [...], e outros. O poder da pesquisa de estudo de caso é a capacidade de usar todas as metodologias dentro do processo de coleta de dados e comparar dentro do próprio caso e para além do caso para pesquisa e a sua validade” (Dooley, 2002:338).

Destaca-se ainda, e de acordo com Yin, que “Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2001:19).

A presente dissertação ao debruçar-se sobre a questão de atuação e relevância dos atores regionais/instituições na implementação de um modelo de inovação social, obrigatoriamente teria de utilizar este modelo de estudo pois permite apreender uma realidade presente e clarificá-la. O estudo de caso é um bom ensejo para destacar as características e singularidades de um projeto, modelo de ação, ou para chamar a atenção para um determinado desafio ou dificuldade. Igualmente é útil aquando da existência de dados exteriores complementares que depois de trabalhados podem oferecer uma imagem mais completa do contexto e das realidades institucionais, neste caso, da inovação social. Este facto da existência de importantes dados exteriores é igualmente abordado por Yin (2001:32), referindo que o investigador usará o método do estudo de caso “quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais - acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenómeno de estudo”.

A metodologia de estudo é formada pelas técnicas de investigação dos elementos documentais relativos à FEA e ao MIES; pela análise da entrevista a Henrique Sim-Sim, Coordenador da Área Social da Fundação Eugénio de Almeida, e do questionário aos responsáveis dos projetos oriundos e com parcerias com a FEA. No âmbito da pesquisa documental, optou-se pela pesquisa de documentação indireta sobre a Fundação Eugénio de Almeida, da qual foram analisadas várias tipologias de publicações que se julgaram pertinentes para o estudo.

4.1 Instrumentos de recolha de dados

4.1.1 Análise documental

A Análise documental é uma técnica qualitativa, que tem por base a observação e a análise de documentos já existentes que se relacionem com os fenómenos sociais em análise. Este tipo de pesquisa pode ser efetuado em documentos escritos ou não-escritos, possibilitando a formulação das hipóteses de trabalho e a sua posterior verificação empírica. É útil:

“(...) quando a fiabilidade das evidências recolhidas a partir de entrevistas ou questionários é verificada. Para outros [investigadores], será o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo. Será particularmente útil quando o acesso aos temas da pesquisa é difícil ou impossível (...)” (Bell, 2010:124, tradução do autor).

A análise documental apresenta vantagens concretas, principalmente porque há que se considerar que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados, porque subsistem ao longo do tempo. Outro atributo a realçar é que a pesquisa documental pode valer-se de

materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, sendo assim fontes de novos dados ou de informações ainda não enquadradas.

A análise documental teve como objetivo olhar para um conjunto de documentos selecionados de forma analítica, procurando apurar como se poderia proceder para tornar esses documentos inteligíveis, de acordo com os objetivos expressos desta dissertação. Teve como ponto de partida a reunião de todos os tipos de documentos que estivessem associados à ação da FEA com ligação à IS. Esta análise do conjunto de documentos foi a base de posteriores citações e conclusões. Da documentação estudada devem destacar-se:

- i. Publicações próprias da FEA relativas ao tema IS;
- ii. Estatutos, Relatórios e Contas;
- iii. Materiais não impressos: *site* institucional da FEA.

Foi construída uma tabela, que consta no Anexo B, das referências mais significativas das ações da FEA no âmbito da IS que constam nos Relatório e Contas.

4.1.2 Análise da base de dados MIES

Para se entender a IS praticada em Portugal é necessário considerar e interpretar as múltiplas relações institucionais existentes. A análise da base de dados MIES (Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social) teve como objetivo tornar visível a informação nela contida, sendo esta de difícil perceção senão com o suporte de ferramentas visuais. A tradução visual de dados facilita a sua interpretação e elimina a necessidade de um esforço considerável na sua perceção global devido à complexidade das relações no seu conjunto. Assim, identificaram-se:

- i. Áreas de intervenção;
- ii. Tipologia de financiamento;
- iii. Conjunto de relações de parceria estabelecidas entre instituições.

4.1.3 Entrevista com o coordenador da FEA

Relativamente à entrevista semiestruturada a escolha deve-se ao referido por Burgess (1997:112) de que este tipo de entrevista utiliza “uma série de temas e de tópicos em torno dos quais se constituem as questões no decurso da conversa”, dando aos entrevistados uma possibilidade de desenvolvimento fora de uma estrutura. Igualmente outra das vantagens encontradas é o facto de ao longo da entrevista poder-se complementar com novas questões de acordo com as respostas inicialmente obtidas, possibilitando o direcionamento para o tema-chave da entrevista ou temas importantes decorrentes ou relacionados. Da mesma forma, a entrevista semidirigida é importante para fornecer informações sobre significações e formas de pensar dos participantes institucionais, medindo comportamentos, valores e atitudes. Permite também a análise do sentido que os entrevistados dão às suas práticas, acontecimentos esporádicos e situações de contexto, captando as suas interpretações de um problema específico, possíveis situações conflituantes ou complexas. Também é importante para a reconstituição de processos de ação, sistemas de relações, experiências ou eventos no passado. Relativamente ao uso das entrevistas semiestruturadas, Burgess (1997:116) refere que estas raramente são conduzidas isoladamente, fazendo frequentemente parte de um programa de investigação, como é o caso deste estudo.

A entrevista com o coordenador da FEA teve como finalidade conhecer a realidade de atuação da FEA em termos de ação em IS. A entrevista possibilitou a escuta e conversação, clarificando questões importantes elencadas no seguinte guião de entrevista.

Tabela 5 Guião de entrevista semiestruturada com o Coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida Henrique Sim-Sim.

Enquadramento da entrevista no projeto de investigação	Explicar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida.
Definição dos objetivos da entrevista	De que forma perceciona a realidade da questão da IS, qual é o seu espaço de intervenção e os seus resultados concretos? O objeto de estudo está inserido dentro da realidade associativa e interventora das instituições como transformadoras de mundos e realidades. Porque o faz e como o faz? O objeto de investigação advém das interrogações. A entrevista servirá de técnica investigadora desta realidade. Explicar as forças causais de formação do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida. Identificar formas de intervenção e seus resultados práticos. Conhecer as atividades e experiências concretas dentro do tema Inovação Social na FEA.
Entrevistado	Henrique Sim-Sim
Entrevistador	António Carvalho
Condições logísticas	Gravador áudio.

Parte introdutória da entrevista	Objetivos específicos	Tópicos a discutir	Observações
- Informação sobre a entrevista e motivação - Perfil pessoal e profissional do entrevistado	- Explicar a necessidade da entrevista e motivar o entrevistado para a mesma, estabelecendo empatia entre as partes.	- Informar, em linhas muito gerais, o objetivo do estudo. - Explicar, em linhas gerais, qual vai ser o decurso da entrevista. - Assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos em entrevista - Solicitar para gravar a entrevista	- Uso de linguagem agradável, correta e adaptada ao entrevistado. - Local da entrevista, Fundação Eugénio de Almeida.

Blocos da entrevista	Objetivos específicos	Tópicos a discutir	Observações
Tópico A. Identificação das variáveis que rodeiam a ação da FEA	Explicar as forças causais de formação do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida.	Influências externas, internas experiências, motivações	
Questões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Já em 2007 é reconhecido no relatório e contas o grande potencial de intervenção e inovação da Fundação Eugénio de Almeida. Como se iniciou a ligação da Fundação à Inovação Social? 2. Nos estatutos está presente que os fins da instituição são de beneficência, espirituais, culturais e educativos. O fomento da Inovação Social é uma representação atual desses valores? 3. O passado de intervenção social, avançado para o seu tempo de Eugénio de Almeida foi uma motivação e consequência lógica para atualmente se abraçar processos ainda não completamente conhecidos e estabilizados como é o caso da Inovação Social? 		

- Pode-se fazer este paralelo?
4. A FEA pertence a alguma rede institucional? Qual?
 5. A FEA recorre a redes formais ou informais para realização dos seus objetivos, como foi construída essa rede? Contactos formais ... informais?
 6. Como se têm articulado os projetos sociais (objetivo desde sempre da Fundação) com as mudanças e as inovações deste setor? (Inovação Social, trabalho em rede)

Blocos da entrevista	Objetivos específicos	Tópicos a discutir
Tópico B. Atividades	Identificar formas de intervenção e seus resultados práticos. Conhecer as atividades e experiências concretas dentro do tema inovação social na FEA.	Áreas, formas, modos, futuro
Questões	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Fundação promove, mas penso que não dirige estas atividades como executante, socorre-se de entidades externas porquê considera ser mais enriquecedor? Ou está a ganhar know-how para futura liderança autónoma deste processo? 2. A inovação social na Fundação surge ligada às instituições de solidariedade social, a capacidade e experiência empresarial da Fundação não poderá levar a alargar o âmbito das suas ações numa perspetiva mais de sustentabilidade e visão empresarial da Inovação Social? 3. Como prevê a evolução futura das atividades da FEA? 	

4.1.4 Questionário a diretores dos projetos parceiros da FEA

Relativamente ao inquérito por questionário parte-se do pressuposto que o inquérito é a ação de procurar, investigar, interrogar, enquanto o questionário é um conjunto de perguntas que servem para fazer esse mesmo inquérito. Em termos da necessidade de utilização salientamos o referido por Ghiglione e Matalon (1995:13): “Somos [...] obrigados a recorrer a este método [questionário] para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões as preferências, as representações (...)”. O questionário é uma técnica de inquérito cuja recolha de informação se baseia na aplicação de um conjunto de perguntas estruturadas, de acordo com uma forma e uma ordem previamente programada, a um determinado número de indivíduos. O motivo da utilização do questionário passou igualmente pela facilidade com que se questionam as pessoas responsáveis pelos projetos, recolhendo informação num espaço de tempo relativamente curto e pela facilidade de análise posterior dessa informação. Os resultados dos questionários podem ser rapidamente e facilmente quantificados através da utilização de *software* apropriado. Igualmente, questões potencialmente mais melindrosas são mais facilmente respondidas através dos questionários. De igual forma a informação recolhida pode ser usada para comparar e contrastar com outros resultados. Relativamente ao enquadramento dos questionários (ver Figura 12) a diretores de projetos neste estudo, têm como objetivo conhecer o perfil dos projetos, os seus resultados, fazendo questões concretas sobre:

- i. Definição de inovação social;
- ii. Envolvimento simultâneo de cidadãos, instituições não lucrativas e empresas neste tipo de projetos;
- iii. Escolha dos parceiros neste tipo de projetos;
- iv. Aspetos motivadores da parceria com a Fundação Eugénio de Almeida;
- v. Questões específicas relativas aos projetos.

Foi aplicado o seguinte questionário aos diretores dos projetos parceiros da FEA.

Figura 12 Questionário Inovação social no Alentejo: o caso da Fundação Eugénio de Almeida

INOVAÇÃO SOCIAL no Alentejo: o caso da Fundação Eugénio de Almeida

Nome da instituição

Cargo da pessoa que responde

Grupo 1 Enquadramento/conceito

1. Qual a importância que atribui às seguintes afirmações para melhor definir inovação social?

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Visa melhorar a qualidade de vida da comunidade através de novos produtos e serviços sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve envolver principalmente os cidadãos individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve envolver principalmente as empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve envolver principalmente as instituições não lucrativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visa criar soluções para problemas sociais que o mercado não responde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve envolver principalmente as instituições não lucrativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São projetos de inclusão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cria mudanças políticas e sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É errado excluir o objetivo de obtenção de lucro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muda as regras e normas sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve ser orientada para o social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve ser orientada para o para o mercado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O envolvimento simultâneo de cidadãos, instituições não lucrativas e empresas é essencial para uma boa estrutura de um projeto de Inovação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. Refira a área geográfica de impacto da instituição

3. Refira a área geográfica de impacto do projeto

7. Relativamente a este projeto em concreto, em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações?

	Conc. totalm.	Conc.	Discordo	Discordo totalm.	Não tenho opinião
Todos os parceiros nesta parceria têm responsabilidades bem definidas	<input type="radio"/>				
Os beneficiários deste projeto são envolvidos nas decisões	<input type="radio"/>				
Existe um plano de trabalho concreto entre parceiros com ações, atribuições de tarefas, reuniões, etc.	<input type="radio"/>				
Todos os parceiros participam ativamente na execução estruturação e implementação do projeto	<input type="radio"/>				
A Fundação Eugénio de Almeida participa ativamente na execução estruturação e implementação do projeto	<input type="radio"/>				
Os parceiros são essencialmente catalisadores iniciais do projeto	<input type="radio"/>				
A entidade acolhedora do projeto tem um grau de autonomia elevado após a aprovação do projeto e dos seus objetivos	<input type="radio"/>				
Existe uma definição clara em termos de funções e responsabilidades de todos os parceiros	<input type="radio"/>				
Outras parcerias são necessárias	<input type="radio"/>				
Todos os parceiros são essenciais ao sucesso do projeto	<input type="radio"/>				
Há parceiros não fundamentais para a implementação do projeto	<input type="radio"/>				
O projeto tem capacidade para avançar autonomamente após a sua implementação	<input type="radio"/>				
O projeto foi bem estruturado	<input type="radio"/>				
O financiamento existente é suficiente para a execução do projeto	<input type="radio"/>				
Existe demasiada burocracia entre parceiros institucionais	<input type="radio"/>				
Os recursos humanos (na totalidade dos parceiros) são adequados em termos de competências para executar este projeto	<input type="radio"/>				
Os contactos são regulares sendo realizados através de reuniões, telefonemas, correio eletrónico, etc.	<input type="radio"/>				
Existe um sistema de acompanhamento eficiente ao longo do projeto	<input type="radio"/>				
O projeto teve origem na entidade de domiciliação do projeto	<input type="radio"/>				
O projeto seria realizável autonomamente sem os parceiros	<input type="radio"/>				

4. Indique a duração prevista do projeto

Menos de um ano

1 ano

2 anos

3 anos

Outra duração

Grupo 2 Parcerias

5. Qual a importância que atribui aos seguintes aspetos para a escolha dos parceiros neste tipo de projetos?

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Trazem competências específicas para o projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade de fatores culturais, crenças e valores entre parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade de objetivos sociais entre parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de metas estratégicas similares entre os parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minimização dos riscos de insucesso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Captação de competências, recursos e capacidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Qual a importância que atribui aos seguintes aspetos motivadores da parceria com a Fundação Eugénio de Almeida?

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Confiança institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fatores culturais, crenças e valores aproximados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proximidade de objetivos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elevado grau de conhecimento/experiência em projetos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Imagem institucional (regional/local)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade financiadora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade técnica específica para o projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura de inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Suprir necessidades de financiamento e de recursos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Experiência anteriores em projetos similares/outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.2 Instrumentos de análise de dados

Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram a entrevista, o questionário, a análise documental e a análise de conteúdo. O propósito da análise de dados é examinar, organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem compreender e responder às questões de investigação. Essa resposta será obtida após a aplicação dos distintos instrumentos de recolha de dados. A análise dos dados foi feita através de meios informáticos, empregando-se os *softwares* NVivo Pro, Microsoft Excel 2016 e Gephi 0.9.1, sendo este último utilizado para a construção de grafos. Este estudo adotou para pesquisa de texto e frequência de palavras, numa fase exploratória inicial, o programa NVivo Pro com o propósito de uma preliminar perscrutação dos dados do MIES, da documentação pública relativa à FEA e à entrevista, procurando-se constantes que pudessem ajudar no direcionamento da investigação.

O Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, de acordo com MIES (2013b) tem como objetivo “o mapeamento de iniciativas inovadoras e de criação de conhecimento, usando uma metodologia de proximidade com as comunidades locais, e focando a análise nos fatores de competitividade dos modelos de negócio inovadores identificados, e de divulgação e disseminação internacional de casos de sucesso e boas práticas nacionais”. Este mapeamento foi realizado através da metodologia ES+ desenvolvida pela IES - *Social Business School* com o propósito de reconhecer iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo social, “considerando empreendedorismo social como um processo de procura de soluções inovadoras e sustentáveis para a resolução de problemas importantes e negligenciados da sociedade” (MIES, 2015:43). Esta metodologia pressupõe quatro fases, sendo a primeira uma fase de contactos e entrevistas a observadores privilegiados, ou seja, “todos aqueles que, pela sua experiência profissional ou pessoal, tenham conhecimento ou contacto com iniciativas que promovam transformação social no âmbito geográfico do projeto” (MIES, 2013a). Numa segunda fase é realizada uma fase de despiste com o recurso a telefonemas para as instituições. A seleção das iniciativas é então realizada, sendo realizado um inquérito profundo, seguido de um tratamento de dados. O projeto MIES tem como campo de ação quaisquer iniciativas ou ações que se encaixam na aceção do conceito de inovação e empreendedorismo social, sendo “iniciativas que resolvem problemas sociais/ambientais negligenciados com elevado potencial de transformação positiva na sociedade, desafiando a visão tradicional e utilizando modelos de negócio inovadores com potencial de crescerem e/ou se replicarem noutra local geográfico” (MIES, 2013b).

Os dados suscetíveis de serem analisados, tendo como propósito a sua compreensão, foram inseridos num ficheiro Excel a fim de proceder ao tratamento estatístico descritivo e posterior análise. Igualmente foram construídos ficheiros com extensão.csv com resultados originários da análise em Excel 2016, para serem objeto de processamento e visualização em Gephi 0.9.1³⁰. Igualmente foi realizada a análise aos questionários realizados a estas instituições. A estatística descritiva forneceu nos casos acima referidos resumos simples, mas claros, permitindo “extrair sentido dos dados”.

³⁰ O *software* Gephi é um pacote de visualização e análise de redes. É *open-source* e gratuito, sendo escrito em Java. Pode-se retirar em <https://gephi.org/>

Deve-se referir que os projetos do MIES foram extensamente estudados, ocupando uma parte considerável deste estudo, tendo como objetivo declarado compreender a inovação social realizada nas áreas abrangidas.

A análise de conteúdo tem como objetivo analisar o que é explanado na entrevista semiestruturada com o coordenador da área social da Fundação Eugénio para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Sendo

“(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1977:42).

Este estudo da entrevista insere-se, como referido, na análise de conteúdo, um método muito utilizado no âmbito da investigação qualitativa. A entrevista em análise foi do tipo semiestruturada, o que permitiu colocar perguntas no decorrer da entrevista e que não estavam previstas no guião, e assim permitindo algumas respostas que o entrevistado considerou importantes. Na análise do recolhido, este é classificado em temáticas ou categorias que ajudam na perceção do que está subjacente ao discurso.

4.3 Definições e classificações

Aquando da seleção dos elementos descritivos para análise e classificação do tema verificou-se a necessidade de classificar os tipos de entidade. Verificou-se que grande número de instituições pertencia ao setor não lucrativo. Este facto por si originou desde logo a necessidade da classificação ser relacionada a este setor; assim usou-se a classificação das instituições não lucrativas com base na Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos, que utiliza a seguinte tipologia (ver Tabela 6): Cultura e Lazer, Educação e Investigação, Saúde, Serviços Sociais, Ambiente, Desenvolvimento e Habitação, Participação Cívica e Defesa de Causas, Intermediários Filantrópicos, Internacional, Religião (Salamon e Anheier, 1996:7). Esta classificação já foi tratada e transposta para a realidade portuguesa na obra “O sector não lucrativo português numa perspetiva comparada” por Franco *et al.*, (2005).

Como atributos definidores das organizações não lucrativas podemos apontar algumas características: são organizadas, podendo ser constituída por grupos informais como grupos formais, são privadas sendo institucionalmente separadas do governo, podendo receber apoio financeiro público, não distribuem lucros a diretores, acionistas ou gestores, são autogovernadas e voluntárias no sentido em que ser membro, contribuir com tempo e dinheiro não é obrigação legal (Franco *et al.*, 2005:5-6).

Tabela 6 Classificação internacional das organizações sem fins lucrativos

Grupo 1: Cultura e Lazer (<i>Culture and Recreation</i>) Cultura e artes, desportos, Outros clubes sociais e de recreio (<i>Culture and Arts, Sports, Other Recreation and Social Clubs</i>)
Grupo 2: Educação e Investigação (<i>Education and Research</i>) Educação Primária e Secundária, Educação Superior, Outros tipos de Educação, Investigação (<i>Primary and Secondary Education, Higher Education, Other Education, Research</i>)
Grupo 3: Saúde (<i>Health</i>) Hospitais e Reabilitação, Lares de idosos, Saúde Mental e Intervenção em Crises, Outros serviços de saúde (<i>Hospitals and Rehabilitation, Nursing Homes, Mental Health and Crisis Intervention, Other Health Services</i>)
Grupo 4: Serviços Sociais (<i>Social Services</i>) Serviços Sociais, Emergência e Socorro, Suporte e Manutenção de Rendimento (<i>Social Services, Emergency and Relief, Income Support and Maintenance</i>)
Grupo 5: Ambiente (<i>Environment</i>) Ambiente, Proteção Animal (<i>Environment, Animal Protection</i>)
Grupo 6: Desenvolvimento e Habitação (<i>Development and Housing</i>) Desenvolvimento Comunitário, Económico e Social, Habitação, Emprego e Formação (<i>Economic, Social and Community Development, Housing, Employment and Training</i>)
Grupo 7: Participação Cívica e Defesa de Causas (<i>Law, Advocacy and Politics</i>) Organizações civis e advocacia, Lei e serviços jurídicos, Organizações políticas (<i>Civic and Advocacy Organizations, Law and Legal Services, Political Organizations</i>)
Grupo 8: Intermediários Filantrópicos (<i>Philanthropic intermediaries and Voluntarism promotion</i>)
Grupo 9: Internacional (<i>International</i>)
Grupo 10: Religião (<i>Religion</i>)
Grupo 11: Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos (<i>Business and Professional Associations, Unions</i>)
Grupo 12: Outros (<i>Not elsewhere classified</i>)

Fonte: Salamon e Anheie (1996:7, tradução do autor).

Ao realizar-se a prévia classificação das instituições verificou-se a existência de instituições que não se enquadravam na classificação anterior, sendo incorreta a sua classificação de acordo com a Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos. Assim sendo, o quadro classificativo foi complementado com classificações que identificassem corretamente a tipologia de instituições presentes (ver Tabela 7). Foram então por nós adicionadas as seguintes classificações:

Tabela 7 Classificação de outras tipologias de instituições presentes

Entidades do estado
Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia
Empresas sociais
Empresas privadas

Fonte: Autor.

Para tratar os dados que constam no MIES tornou-se necessário sumariar os conceitos agregadores através dos quais a informação contida nos dados foi trabalhada. Seguidamente, como elemento caracterizador dos projetos presente nos referidos dados, consta a área de intervenção principal do projeto (ver Tabela 8), isto é, a área mais relevante intervencionada; assim foram as seguintes áreas mencionadas no MIES.

Tabela 8 Áreas de intervenção principal dos projetos do MIES

Apoio a portadores de deficiência	Desenvolvimento comunitário, agrícola e indústria alimentícia
Mobilização de recursos	Iniciativa lúdica e/ou cultural e/ou desportiva
Saúde	Alívio da pobreza
Combate ao abandono, absentismo e/ou insucesso escolar	Comportamentos de risco e integração social e/ou profissional,
Educação ambiental ou educação para a cidadania	Envelhecimento ativo e/ou apoio ao idoso vulnerável e/ou combate ao isolamento
Violência doméstica	Apoio a famílias ou pessoas em risco ou famílias problemáticas
Empregabilidade e/ou empreendedorismo	Desenvolvimento de jovens
Turismo	Voluntariado
Ambiente	Preservação e reciclagem
Animais	Atração e retenção de jovens em meio rural
Desenvolvimento da 1ª infância	Desenvolvimento de competências
Desenvolvimento económico	Integração de grupos étnicos (comunidade cigana ou outras)
Proteção social da criança	Outras

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Nos projetos existe, como foi referido, a área de intervenção principal, mas também outras áreas que podemos designar de forma pouco rigorosa como secundárias. Essas áreas são áreas de intervenção complementares, que são intervencionadas no decorrer da execução dos projetos, visto que é quase impossível qualquer projeto ter uma dimensão única e um espaço interventivo único, rigorosamente delimitado nos seus efeitos. Essas referidas áreas são identificadas como *Outras*, tendo uma valoração em termos de dimensão de intervenção e âmbito de projeto mais limitada.

Em termos de fontes de financiamento dos projetos, estas podem-se classificar de acordo com a tipologia definida na Tabela 9.

Tabela 9 Tipologia de financiamento dos projetos do MIES

Financiamento municipal	Financiamento através das autarquias
Financiamento (fundos privados)	Financiamento privado que tem como objetivo obtenção de lucro.
Financiamento estatal	Financiamento estatal existe quando o estado financia a instituição, tendo expectativas relativamente à prestação de certos serviços públicos.
Fontes de cash flow	Fontes de “Cash flow” existe quando a entidade detém ou realiza formas de gerar disponibilidades financeiras (ligados a projetos específicos), através de atividades temporárias ou permanentes em termos de vida institucional.
(Filantropia) ou Financiamento institucional	Financiamento através de doações de particulares. Este financiamento engloba o financiamento através de instituições, doações particulares e filantropia.
Financiamento a fundo perdido	Financiamento a Fundo Perdido engloba normalmente financiamentos comunitários dirigidos a atividades específicas
Autofinanciamento	Financiamento próprio é o financiamento através de recursos financeiros detidos pela instituição.
Voluntariado	Voluntariado é uma forma de financiamento pois acrescenta valor às instituições ao evitar despesa.

Crowdfunding	Obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento.
Quotização	Contribuição de cada uma das partes ou indivíduo de um grupo para um certo fim.
Financiamento externo não discriminado	Não identificado pela entidade.
Autossustentável	Quando os projetos se autofinanciam.

Fonte: Autor.

Capítulo 5 – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social

O MIES é um projeto iniciado e desenvolvido pelo IES – Social Business School e pelo IPAV– Instituto Padre António Vieira, foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, programa Compete e tem como parceiros o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e a RHmais, e parceiros internacionais a SIX - Social Innovation Exchange, e o Euclid Network.

“O MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, é um projeto de investigação, que tem como objetivo mapear iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo social no Norte, Alentejo e Centro do País utilizando como base a metodologia ES+” (MIES, 2013b).

Segundo MIES (2013b), esta metodologia está focada na “análise de competitividade dos modelos de negócio inovadores identificados, e na divulgação e disseminação, nacional e internacional, de casos de sucesso e boas práticas nacionais”. Esta análise, e de acordo com os seus objetivos, sendo um mapeamento, não engloba o conjunto de relações que se formam entre instituições. As múltiplas ligações institucionais em termos de partenariado, como promotoras ou de parceria não são descritas de forma perceptível de forma a construir padrões clarificadores. A questão do financiamento pelas suas diversificadas formas e múltiplas origens também não está claramente percecionada na exaustiva informação apresentada no MIES. Podemos inferir que os objetivos do mapeamento são essencialmente um projeto de levantamento, tendo como objetivo identificar iniciativas de elevado potencial no âmbito da IS e empreendedorismo social. Tendo como foco principal a área de intervenção e os problemas sociais abordados pelos projetos.

O objetivo deste capítulo é o estudo da tipologia de instituições e das relações entre elas que constam no MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (ver Tabela 10), nomeadamente quanto à identificação da área de intervenção principal dos projetos e a tipologia de financiamento, classificando-as de acordo com o estabelecido anteriormente. As relações entre instituições pela sua relevância (sejam relações como promotoras ou de parceria) serão objeto de análise neste capítulo. O MIES é importante para o presente estudo, na medida em que mapeia de uma forma exaustiva as iniciativas de IS no país, fornecendo informação relevante. Esse mapeamento necessita de uma abordagem analítica que relacione as interações entre instituições, o que é em última instância a forma como a IS se materializa no terreno.

5.1 Entidades estudadas no MIES

A classificação das entidades promotoras dos projetos de inovação social é fundamental, pois permite-nos identificar a origem institucional das inovações sociais. Será este o primeiro passo para conhecer o contexto onde as iniciativas se desenvolvem. É importante referir que todos os projetos são realizados em parceria, no entanto existem nessas parcerias uma divisão entre entidades que na realidade são as promotoras de projeto, e outras que se limitam a apoiá-lo. Esta hierarquia de parceiros é perceptível nos termos em que os dados do MIES estão apresentados. A identificação da entidade promotora surge claramente identificada assim como a das entidades parceiras.

A análise detalhada dos dados constantes da base de dados do MIES visa identificar a existência de um padrão da inovação social em Portugal, nomeadamente quanto às entidades promotoras e parceiras nos projetos de inovação social, assim como às características das parcerias estabelecidas. Os dados do MIES não são dados nacionais, não se referem à totalidade do território continental, pois não abrangem o Algarve. É uma limitação, que não nos parece impeditiva do estabelecimento de padrões e tendências observáveis gerais. Assim é possível descrever a conjuntura institucional dos projetos e entidades, num âmbito geográfico que quase abrange a totalidade de Portugal.

A Tabela 10 é a nossa classificação das entidades que constam no Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social como entidades promotoras de projetos de inovação social classificando-as de acordo com a Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos e demais classificações entendidas necessárias, elencadas na Tabela 6 e na Tabela 7. A Tabela 10 pretende dar uma visão inicial dos valores respeitantes às classificações e do número de projetos de Inovação e Empreendedorismo Social mapeados.

<i>Entidades promotoras</i>		<i>Cultura e Lazer</i>	<i>Educação e Investigação</i>	<i>Saúde</i>	<i>Serviços Sociais</i>	<i>Ambiente</i>	<i>Desenvolvimento e Habitação</i>	<i>Participação Cívica e Defesa de Causas</i>	<i>Intermediários Filantrópicos</i>	<i>Internacional</i>	<i>Religião</i>	<i>Empresariais e Profissionais, Sindicatos</i>	<i>Outras</i>	<i>Entidades do estado</i>	<i>Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia</i>	<i>• Empresas sociais</i>	<i>• Empresas privadas</i>
TERRIUS – Agrupamento de Agricultores																	
Formatus - Associação para a Formação Individual e Integração Profissional					•												•
AICVN – Associação de Intervenção Comunitária de Vendas Novas																	
Total Alentejo	29	2	1	0	4	0	5	0	1	1	2	0	1	3	3	2	4
Total Norte	57	4	5	7	15	2	4	1	1	1	3	2	0	2	7	0	3
Total Centro	48	4	1	1	12	4	3	1	1	0	2	0	3	3	7	0	6
Total Alentejo	29	2	1	0	4	0	5	0	1	1	2	0	1	3	3	2	4
Total	134	10	7	8	31	6	7	2	3	2	7	2	4	8	17	2	13

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

A Tabela II resume a importância relativa das entidades analisadas. No que respeita às entidades promotoras dos projetos de IS, verifica-se que nas três regiões estudadas existe uma maioria significativa classificada, como entidades de “Serviços Sociais” (23,0%). As entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” (13,0%) e “Empresas privadas” (10,0%), surgem em segundo e terceiro lugares em termos percentuais (ver Tabela II).

A região Norte apresenta 15 projetos de “Serviços Sociais” (26% do total de projetos desta região), a região Centro 12 (25%) e a região Alentejo 4 (14%). Em termos globais, as entidades de “Serviços Sociais” nas três regiões representam cerca de 23,13% da totalidade de entidades promotoras de projetos de inovação social. As entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” (13,0%) e “Empresas privadas” (10,0%), surgem em segundo e terceiro lugares em termos percentuais.

Tabela II Entidades promotoras de IS – Classificação

Entidades promotoras do projeto	Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos												Outro tipo de entidades promotoras de IS			
	Cultura e Lazer	Educação e Investigação	Saúde	Serviços Sociais	Ambiente	Desenvolvimento e Habitação	Participação Cívica e Defesa de Causas	Intermediários Filantrópicos	Internacional	Religião	Empresarias e Profissionais, Sindicatos	Outras	Entidades do Estado	Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia	Empresas sociais	Empresas privadas
Total Norte 57	4	5	7	15	2	4	1	1	1	3	2		2	7		3
	7%	9%	12%	26%	4%	7%	2%	2%	2%	5%	4%		4%	12%		5%
Total Centro 48	4	1	1	12	4	3	1	1		2		3	3	7		6
	8%	2%	2%	25%	8%	6%	2%	2%	0%	4%		6%	6%	15%		13%
Total Alentejo 29	2	1		4		5		1	1	2		1	3	3	2	4
	7%	3%		14%		17%		3%	3%	7%		3%	10%	10%	7%	14%
Totais 134	10	7	8	31	6	12	2	3	2	7	2	4	8	17	2	13
	7,5%	5,0%	6,0%	23,0%	4,0%	9,0%	1,0%	2,0%	1,0%	5,0%	1,0%	3,0%	6,0%	13,0%	1,0%	10,0%
	Total 70,15%												Total 29,85%			

Fonte: Autor, com base na Tabela 10.

Por sua vez, surge um grupo de entidades com valores percentuais totais entre 4% e 9%, que inclui as áreas da “Cultura e Lazer” (7,5%), “Educação e Investigação” (5,0%), “Saúde” (6,0%), “Ambiente” (4,0%), “Desenvolvimento e Habitação” (9,0%), “Religião” (5,0%), “Entidades do Estado” (6,0%). As “Empresas Sociais” apenas estão presentes na região Alentejo, representando 7% do total de entidades nessa região, sendo que representam 1% no

total das regiões Norte, Centro, Alentejo (ver Figura 14). Salienta-se que o conjunto das entidades de “Serviços Sociais”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, “Desenvolvimento e Habitação” e “Empresas privadas” representam cerca de 55% do total de entidades promotoras de IS.

Sendo a Tabela II uma representação da última linha da Tabela 10, a Figura 13 representa a linha dos dados relativos ao Alentejo daquela tabela.

Figura 13 Entidades promotoras de projetos - Alentejo (%)



Fonte: Autor, com base na Tabela 10.

É necessária alguma reserva quanto à interpretação dos resultados, visto necessitarem de confirmação através de metodologias de questionamento a todas estas entidades, o que está para além dos objetivos deste trabalho. Contudo, não podemos deixar de levantar hipóteses admitindo a limitação da nossa interpretação.

Assim relativamente aos projetos verifica-se o seguinte: as entidades de “Desenvolvimento e Habitação” com 5 (17%) estão no topo das iniciativas na região Alentejo, as “Empresas Privadas” 4 (14%), as “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” 3 (10%), as “Empresas Sociais” 2 (7%) representam as tipologias de entidades absoluta e percentualmente imediatas (ver Figura 13). Na região Alentejo as entidades de “Desenvolvimento e Habitação” são essencialmente associações de desenvolvimento comunitário.

A nível de totais das regiões Norte, Centro e Alentejo têm 9,0%. Este facto poderá estar relacionado com as seguintes causas:

- i Tipologia de entidades presentes de forma ativa na região Alentejo;
- ii Capacidade associativa com objetivos ligados ao desenvolvimento;
- iii Diminuta diversidade institucional.

A relevar outro facto, as entidades “Serviços Sociais”, com 14% na região Alentejo, têm uma percentagem inferior aos totais das regiões Norte, Centro e Alentejo, com 23%. Poderá

advir das causas seguintes:

- i Estarem mais presentes em zonas de maior concentração populacional;
- ii As entidades de serviço social terem como objetivo a satisfação de serviços sociais de uma natureza mais imediata e premente;
- iii Não estarem direcionadas, ou não terem capacidade para uma atuação resolutive dos problemas ao longo prazo.

De referir igualmente a relativa homogeneidade dos resultados relativos da “Cultura e Lazer” com 7,0% e 8% nas diversas regiões, tendo o resultado na região Alentejo de 7,5%. Estes resultados podem traduzir a capacidade das entidades culturais de terem uma contribuição para promoção da IS estável ao longo da diversidade institucional e regional do país.

Sobressaem igualmente as entidades de “Religião” com um valor superior na região Alentejo (7%) relativamente à média nas três regiões (5%). Este é um facto com evidências não facilmente observáveis, tendo em atenção as perceções e generalizações relativas à região Alentejo, contudo poderá advir das seguintes causas:

- i A tipologia de entidades presentes de forma ativa na região Alentejo deixou espaço interventivo para as referidas entidades;
- ii Este tipo de entidades “Religião” tem um passado e experiência de intervenção na sociedade, longo, estável e presente ao longo do tempo, se bem que em moldes diversos.

Figura 14 Importância relativa do tipo de entidades promotoras de projetos – regiões Norte, Centro e Alentejo (%)



Fonte: Autor, com base na Tabela 10.

Nas regiões Norte, Centro e Alentejo, as entidades de “Serviços Sociais”, com 23%, são as entidades mais presentes. Este facto poderá estar relacionado com as seguintes causas:

- i Elevado de número de entidades deste tipo presentes em grande parte do território;
- ii Elevada capacidade mobilizadora para novos projetos;
- iii Utilização efetiva dos projetos para resolução dos problemas sociais

iv Forma de manutenção, crescimento e evolução institucional.

A relevar outro facto, as entidades “Empresas privadas”, com 14%, e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, com 13%. Esta diversidade institucional é interessante do ponto de vista da análise. Poderá advir das seguintes causas:

- i As “Empresas privadas” procuram novas formas de atuação nas diversas formas de inovação, sendo a IS uma delas;
- ii As entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” entendem a IS como forma interventiva válida na sua área geográfica de atuação, possivelmente devido aos resultados de transformação da realidade social pretendidos pelos projetos.

Os totais das regiões Norte, Centro e Alentejo relativamente a “Desenvolvimento e Habitação”, com 9,0%, é igualmente um resultado a considerar. Poderá estar relacionado com a seguinte causa: as entidades de “Desenvolvimento e Habitação” são direcionadas para atividades progresso e a evolução dos territórios. A sua atuação verifica-se ao nível de desenvolvimento comunitário, económico e social, Habitação, Emprego e formação. Este vasto leque de atuação permite as referidas entidades terem uma presença estável nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

5.2 Projetos em parceria

A inovação em geral não deve ser um processo estanque e isolado, sendo que para os projetos inovadores é vantajoso ter parcerias, quer no âmbito da conceção, quer no âmbito da sua efetivação e replicação. Trazer novas competências e experiência para os projetos é genericamente vantajoso. Neste contexto, as entidades promotoras ao estabelecerem relações com outras entidades procuram plataformas comuns de entendimento e de atuação mutuamente proveitosas.

O objetivo da presente análise é identificar a relação entre entidades parceiras do MIES na implementação de projetos de inovação social, não sendo possível neste universo de análise aprofundar as questões particulares de cada parceria; nomeadamente identificar as inerentes dificuldades de execução dos projetos e os problemas singulares, comuns neste tipo de processos. Estas questões estão fora do âmbito desta análise. Igualmente a valoração das relações ao longo da parceria pelas próprias entidades não pode ser caracterizada através dos dados disponíveis. Nos dados do MIES verifica-se a existência de uma variabilidade nas parcerias estabelecidas em termos de número de parceiros e de entidades que formam essas parcerias. O nosso trabalho incidirá sobre as seguintes questões em particular: número de parcerias estabelecidas, com quem são realizadas, quais as tipologias de entidades que mais estabelecem parcerias. De salientar que as entidades podem ser promotoras de projeto ou apenas parceiras. O nosso trabalho incidirá igualmente sobre quais são as tipologias de entidades que não sendo entidades promotoras de projeto mais estabelecem parcerias, e se existe similaridade em termos de tipologia de entidade com a qual se realiza a parceria. Para analisar os dados utilizou-se os *softwares* Microsoft Excel 2016 e Gephi 0.9.1, para a construção de grafos.

As considerações apresentadas como interpretação dos dados encontrados têm pela sua natureza uma necessidade de confirmação nomeadamente através de um trabalho de questionamento a estes projetos, através de questionários e entrevistas, o que não cabe no

âmbito deste trabalho. Assim depois dos dados apresentados realizou-se uma interpretação sumária, de acordo com o que se conhece das relações das entidades.

Ao serem realizados os projetos, as entidades promotoras estabelecem no âmbito de cada projeto *per si* um conjunto de relações de parceria com entidades da mesma ou de outra tipologia. Para descrever estas relações foram construídas duas tabelas, sendo a primeira relativa às regiões Norte, Centro e Alentejo (Tabela 12) e a segunda relativa à região Alentejo (Tabela 13). Destas tabelas podemos extrair o seguinte:

- i Número de ocorrências (e percentagem) de parceiros envolvidos nas parcerias (projetos de IS) promovidas por cada tipo de entidade promotora (leitura em linha).
- ii Número de ocorrências (e percentagem do total) que as entidades de cada tipo participaram nas parcerias (projetos de IS) em análise enquanto parceiros não promotores (leitura em coluna).

Tabela 12 Número de ocorrências (e respetiva percentagem) das relações de parceria estabelecidas pelas entidades promotoras e parceiras nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

Entidades Promotoras Norte, Centro e Alentejo	Entidades Parceiras														Número de ocorrências	Percentagem de ocorrências	
	Cultura e lazer	Educação e investigação	Saúde	Serviços sociais	Ambiente	Desenvolvimento e habitação	Participação cívica e defesa de causas	Intermediários filantrópicos	Internacional	Religião	Associações empresariais e profissionais, sindicatos	Outras	Entidades do estado	Câmara municipal e/ou Junta de freguesia			Empresas sociais
Cultura e lazer	1			1				1	1	1		1	7	9	4	26	7,1%
Educação e investigação	1			3	1			2	1		4	1	5	4	4	26	7,1%
Saúde		1		2	1	1		2	1		1	2	3	2	3	19	5,2%
Serviços sociais	3			11				7		1	3		18	16	12	82	22,3%
Ambiente			1	2	1			4			1	2	1	3	3	19	5,2%
Desenvolvimento e habitação		1	2	4		2	1	2			1	7	7	7	4	38	10,4%
Participação cívica e defesa de causas				1			1	2				1	1	1	1	8	2,2%
Intermediários filantrópicos				1								2	2	2	1	8	2,2%
Internacional	1												1	2		4	1,1%
Religião			2	2					1	2		3	4	3	2	19	5,2%
Associações empresariais e profissionais, sindicatos			1										1	1	2	5	1,4%
Outras				2				1		1			4	3	3	14	3,8%
Entidades do Estado		1	2	3								1	6	4	2	19	5,2%
Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia	3	1	2	5	1			2		1		8	11	12	3	49	13,4%
Empresas sociais						1								1		2	0,5%
Empresas privadas		1		2				1			1	3	7	7	7	29	7,9%
Número de ocorrências	9	5	13	39	4	4	3	25	3	6	11	39	78	77	51		100%
Percentagem de ocorrências	2,5%	1,4%	3,5%	10,6%	1,1%	1,1%	0,8%	6,8%	0,8%	1,6%	3,0%	10,6%	21,3%	21,0%	13,9%		

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Em termos percentuais, verifica-se que as entidades classificadas como “Serviços Sociais” (como promotoras) são as que mais estabelecem parcerias com outras entidades parceiras (não promotoras), 22,3%. Em termos de análise, alguns factos surgem relativamente

a estas entidades como promotoras: “Serviços Sociais” participam como promotoras ligando-se em parceria a “Entidades do estado”, 18 parceiros, “Câmara municipal e/ou Junta de freguesia”, 16 parceiros, “Serviços Sociais”, 11 parceiros, “Empresas privadas”, 12 parceiros. Esses 82 parceiros representam 22,3% do total de parceiros não promotores envolvidos nas parcerias (projetos de IS) em análise.

Os “Serviços Sociais” ao ligarem-se aos “Serviços Sociais” existe uma similitude de objetivos institucionais globais, formas de trabalhar idênticas e linguagem institucional comum.

A ligação dos “Serviços Sociais” a “Câmara municipal e/ou Junta de freguesia” poderá estar relacionada com a sua área de intervenção social procurando um melhor entendimento das necessidades de um espaço geográfico concreto, procurando o suporte de uma entidade com responsabilidades relativas a esse mesmo espaço.

Enquanto promotores nas parcerias, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, com 13,4% e 49 parceiros, e “Desenvolvimento e Habitação”, com 10,4% e 38 parceiros, formam o núcleo imediato do tipo de entidades que mais estabelecem parcerias para realizar projetos de inovação social com outras entidades. “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” participam como promotoras ligando-se em parceria a “Entidades do estado”, com 11 parceiros, e a “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, com 12 parceiros.

A considerar o facto de as entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Desenvolvimento e Habitação” serem entidades que ao trabalharem quer com questões de âmbito municipal, quer de facilitação do desenvolvimento, têm noção do papel do estado como entidade que tem uma permanência e atuação no terreno, digamos de forma não rigorosa que “permanente”. Assim, estas entidades promotoras ligam-se com entidades que têm essas características.

Verifica-se que as “Entidades do estado” e “Câmara municipal e/ou Junta de freguesia” tiveram 78 e 77 participações, respetivamente enquanto parceiros não promotores, o que representa 21,3% e 21,0% das ocorrências do total dos parceiros não promotores. Esta participação elevada de entidades estatais e municipais é relevante. Prende-se, quanto a nós, com o papel das entidades estatais e por similitude das municipais, mas com menos intensidade, que como elementos de suporte da sociedade cível exercem a sua ação concreta.

Enquanto parceiros não promotores “Ambiente”, 4 participações (1,1%), “Desenvolvimento e habitação”, 4 participações (1,1%), “Participação cívica e defesa de causas” 3 participações (0,8%) e “Internacional”, 3 participações (0,8%), são as entidades parceiras, não promotores, com um número de ocorrência menor nas parcerias, no entanto como entidades parceiras promotoras nas parcerias tem os seguintes resultados “Ambiente”, 19 participações (5,2%), “Desenvolvimento e habitação”, 38 participações (10,4%), “Participação cívica e defesa de causas”, 8 participações (2,2%), e “Internacional”, 4 participações (1,1%). Relativamente a estes factos, verifica-se a tendência existente nas entidades “Ambiente” e “Desenvolvimento e habitação” para serem promotoras ao invés de serem entidades parceiros não promotoras. A justificativa desta situação prende-se, quanto a nós, com o facto de esta tipologia institucional estar ligada à ação concreta e a realização de projetos, quer nos temas ligados à ecologia quer nos temas do desenvolvimento em si. Esta tipologia de entidades normalmente é criada com objetivos e agendas de ação muito bem definidas em termos do que devem concretizar.

Destaca-se na Tabela II o facto de as “Empresas sociais” terem como promotoras a percentagem diminuta de 0,5% com 2 parcerias e de não se encontrarem entre as entidades que parceiras não promotoras, não tendo participações como tal. Este facto, bastante relevante, prende-se com o facto da diminuta existência de empresas sociais, daí a não relevância em termos de IS.

Por último cabe-nos registar um núcleo de entidades que participam como promotoras, com valores próximos; “Empresas privadas (7,9%), “Educação e Investigação” (7,1%), “Cultura e Lazer” (7,1%), “Entidades do estado” (5,2%), “Religião” (5,2%), “Saúde” (5,2%), “Ambiente” (5,2%) estabelecem com entidades não promotoras.

Tabela 13 Número de ocorrências e percentagem das relações de parceria estabelecidas pelas entidades promotoras e parceiras na região Alentejo

Entidades promotoras	Entidades Parceiras												Número de ocorrências	Percentagem de ocorrências			
	Cultura e Lazer	Educação e Investigação	Saúde	Serviços Sociais	Ambiente	Desenvolvimento e Habitação	Participação Cívica e Defesa de Causas	Intermediários Filantrópicos	Internacional	Religião	Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos	Outras			Entidades do Estado	Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia	Empresas sociais
Cultura e Lazer													1	2	1	4	4,9%
Educação e Investigação	1									1			1	1		4	4,9%
Saúde																	
Serviços Sociais	1			1			1					2	3	2	1	11	13,4%
Ambiente																	
Desenvolvimento e Habitação		2		4			1					3	5	4	3	22	26,8%
Participação Cívica e defesa de Causas																	
Intermediários Filantrópicos				1									1		1	3	3,7%
Internacional														1		1	1,2%
Religião		1							1			1	2		1	6	7,3%
Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos																	
Outras				1									1	1		3	3,7%
Entidades do estado				2									2	1		6	7,3%
Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia	1	1	1									3	3	2	11	13,4%	
Empresas sociais					1									1		2	2,4%
Empresas privadas							1					2	2	3	1	9	11,0%
Número de ocorrências	3	4	10	1	3	1	1	12	21	18	8						100%
Percentagem de ocorrências	3,7%	4,9%	12,2%	1,2%	3,7%	1,2%	1,2%	14,6%	25,6%	22%	9,8%						

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

A Tabela 13 mostra o número de ocorrências (e respetiva percentagem) das relações de parceria estabelecidas pelas entidades promotoras na região Alentejo, identificando os tipos de

entidades com as quais são feitas parcerias. Verifica-se que em termos percentuais as entidades (promotoras) classificadas como “Desenvolvimento e habitação” são as que mais estabelecem parcerias/ocorrências, 22 que corresponde a 26,8%. Em termos de análise, alguns factos surgem relativamente a este tipo de entidade como promotora:

As entidades “Desenvolvimento e habitação” participam como promotoras ligando-se em parceria a “Saúde” 2 parceiros, “Serviços Sociais” 4 parceiros “Intermediários Filantrópicos” 1 parceiro, “Outras” 3 parceiros, “Entidades do Estado” 5 parceiros, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” 4 parceiros “Empresas privadas” 3 parceiros.

Sendo a tipologia de entidade promotora com maior número de ocorrências, verifica-se uma ligação quantitativamente mais elevada com a “Serviços Sociais” e “Entidades do Estado” e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”. Este facto é revelador do enquadramento dos projetos de IS realizados. Entidades de desenvolvimento surgem ligadas a entidades do estado e Câmaras Municipais e aos Serviços sociais.

Se fizermos o cruzamento com a Tabela 12 relativamente à totalidade das regiões, Norte, Centro e Alentejo, verificamos que as ocorrências mais elevadas de “Desenvolvimento e habitação” são realizadas com “Entidades do Estado” e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” seguida de “Serviços Sociais” e “Empresas privadas”. Existe um padrão de ligações detetável relativamente a entidades ligadas ao estado e municipais que carece de investigação, contudo podemos colocar a hipótese de estar ligada ao conceito de desenvolvimento defendido por estas entidades, e às ligações que estas devem fazer para tal alcançar. “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Serviços Sociais”, ambas com 11 parcerias/ocorrências, que corresponde a 13,4%, formando o núcleo imediato em número de ocorrências.

Estas entidades promotoras têm uma ligação quantitativamente mais elevada com “Outras” e “Entidades do Estado” com 3 parceiros e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com 2 parceiros.

Se fizermos o cruzamento com a Tabela 12 relativamente à totalidade das regiões Norte, Centro e Alentejo verificamos que as ocorrências mais elevadas de “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” são igualmente com “Entidades do Estado” com 11 parceiros e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com 12 parceiros. Assim existe uma similitude no padrão de ocorrências de parcerias nesta entidade, quer na região Alentejo que na totalidade das regiões.

Na região Alentejo as “Empresas privadas” como promotoras são de destacar como resultado 11% com 9 parceiros. A sua ocorrência mais elevada na região Alentejo é com “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com 3 parceiros, com 2 parceiros está a “Entidades do Estado” e “Outras”. Na totalidade das regiões Norte, Centro e Alentejo (Tabela 11), o maior número de ligações é igualmente com “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com 7 parceiros. Igualmente com 7 parceiros estão “Entidades do Estado” e “Empresas privadas”. Na totalidade das zonas (Tabela 12) verifica-se uma similitude relativamente as ligações com entidades municipais, no entanto salienta-se a ligação das “Empresas privadas” com “Empresas privadas”. A Tabela 13 mostra igualmente o número de ocorrências (e respetiva percentagem) das relações de parceria estabelecidas pelas entidades não promotoras, identificando o tipo de entidade com a qual é feita a parceria na zona Alentejo. Relativamente a estas entidades

verifica-se que “Entidades do Estado” (25,6%) são as que mais estabelecem parcerias, seguindo-se “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” (22,0%).

Em termos conclusivos podemos afirmar que relativamente aos totais das regiões Norte, Centro, Alentejo em termos de entidades promotoras, estas são essencialmente “Serviços Sociais”, ocupando-se de questões centrais tais como: serviços à infância, serviços à juventude, serviços às famílias, serviços aos deficientes. Estas entidades buscam o bem-estar social da comunidade de acordo com o interesse comum, combatendo a pobreza, desigualdades e exclusão social. As entidades “Desenvolvimento e Habitação” são essencialmente organizações comunitárias e de vizinhança, organizações de desenvolvimento local, consultadoria técnica e de gestão, assistência ao desenvolvimento rural e desenvolvimento social (Franco et al., 2005:36). Temos o perfil das entidades promotoras de inovação social respeitante ao MIES (2015), Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, traçado.

No que respeita às entidades não promotoras que fazem parte das parcerias, revelam à partida solidez institucional pois são “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Entidades do Estado”. As “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” estão em elevado número de parcerias sendo entidades promotoras e entidades parceiras não promotoras.

Na região Alentejo verifica-se que as entidades de “Desenvolvimento e habitação”, tendo a percentagem mais elevada como entidades promotoras, revelam a capacidade de as associações locais surgirem como motor da inovação social. Este facto revela um dinamismo da capacidade de mobilização associativa na região Alentejo, podendo assumir uma função estratégica no desenvolvimento da inovação social. As entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Entidades do Estado”, se consideradas em conjunto somando as respetivas percentagens, representam quase metade 47,6% da totalidade dos parceiros não promotores nos projetos de IS na região Alentejo.

Como entidades parceiras não promotoras temos com valores mais elevados “Entidades do Estado” seguindo-se “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”. Verifica-se mais uma vez a necessidade de solidez institucional na escolha dos parceiros.

Ao fazerem parte das parcerias esta tipologia de entidades contribui com solidez institucional. Ao serem entidades que trabalham para a comunidade; ao serem parceira em projetos, e ser ativas nas parcerias, e não simplesmente parceiros formais, têm um conhecimento concreto do meio em que os projetos são implementados.

5.3 Densidade das redes e parcerias

As entidades são responsáveis por um determinado número de parcerias estabelecidas, sendo promotoras de projeto ou simplesmente parceiras. Essas ligações são sintomáticas do grau de iniciativa dessas entidades como atores de inovação social. A informação produzida sobre as parcerias pode ser apresentada de várias formas. Pode ser apresentada através de dados quantitativos e através de formas gráficas. Esta última forma permite uma perceção mais imediata e global dos dados, extraindo-lhes o seu sentido de uma forma quase imediata.

As arestas dos grafos direcionados da Figura 15 têm como origem entidades com o prefixo Ent_promotora, são as entidades promotoras dos projetos de IS. Igualmente estão representadas entidades sem este prefixo que representam as entidades parceiras dos projetos.

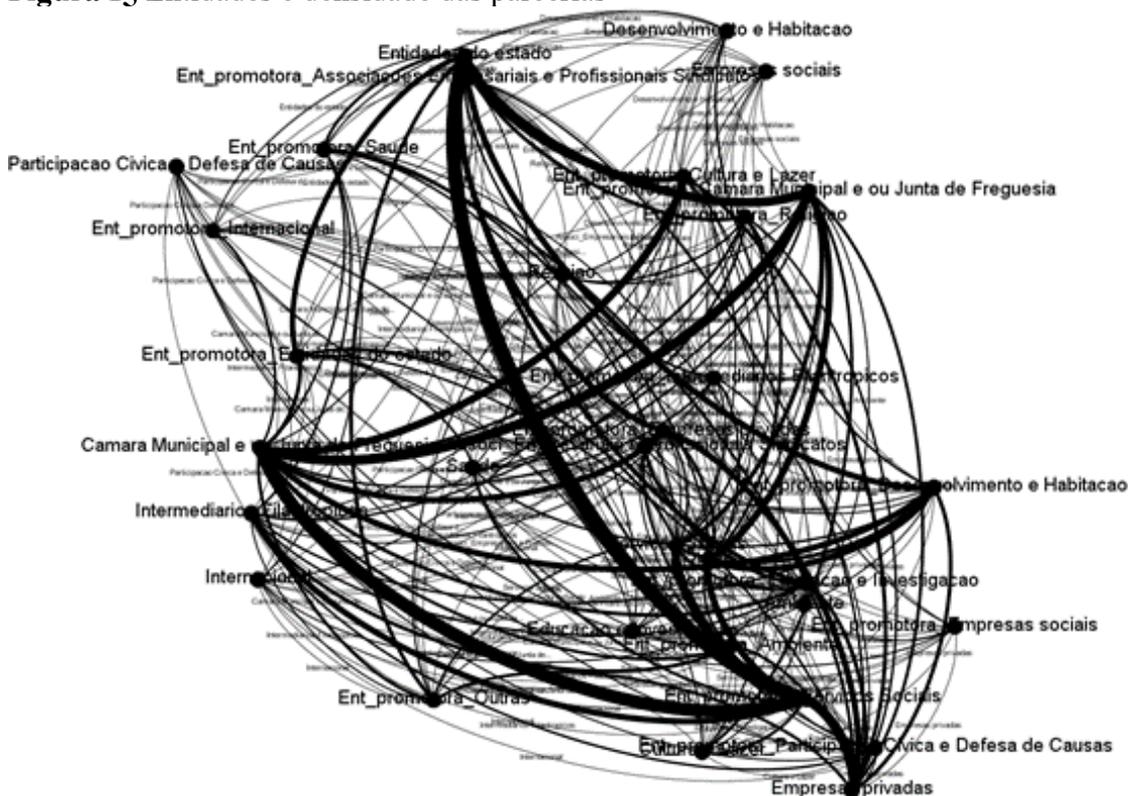
A largura dos traços procura representar o número das ocorrências das ligações de parceria; quanto mais largo, maior o número de parcerias entre as entidades.

Ao observar a Figura 15, que representa um grafo de visualização total de relações, permitindo-nos observar a totalidade das parcerias em análise (o programa Gephi 0.9.1 permite visualizações em menor percentagem de ligações para melhor perceber os dados) verifica-se a existência de alguns nós e arestas com maior densidade de relações, evidenciando a existência de eixos relacionais principais. Por exemplo ao observar-se a Ent_promotora Serviços Sociais (parte inferior da figura) verifica-se o grande número de ligações de parceria com Entidades do estado (parte superior da figura). Existem ocorrências com valores muito reduzidos, ou inexistentes, que proporcionalmente não se conseguem visualizar, sendo, no entanto, importantes pela sua insignificância para a correta descrição do que ocorre em termos de ligações de parceria.

Verifica-se em termos gerais a existência de eixos importantes pelo grande número de ocorrências que se verificam, nomeadamente:

- Ent_promotora_Serviços Sociais com Entidades do estado;
- Ent_promotora_Serviços Sociais com Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia;
- Ent_promotora_Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia com Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia.

Figura 15 Entidades e densidade das parcerias



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

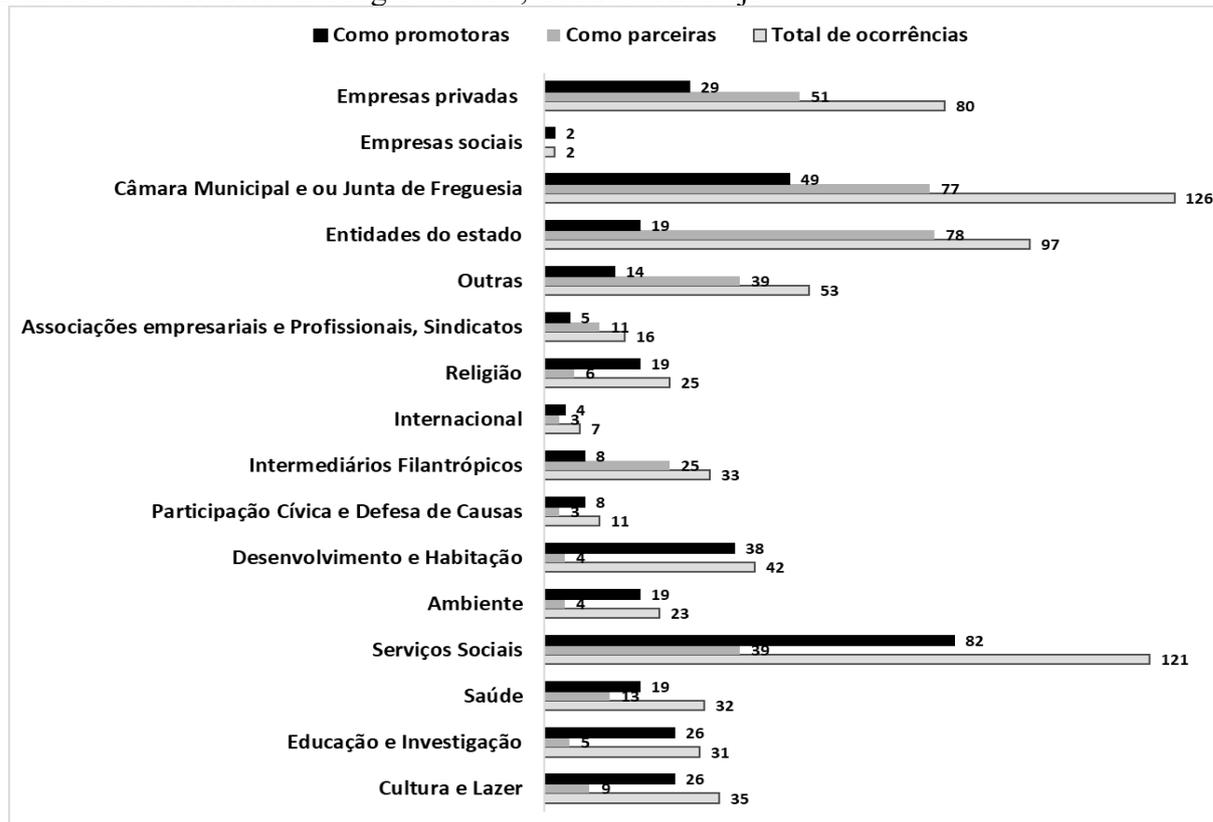
Para além da representação gráfica global é necessário expor os dados quantitativos com uma representação mais perceptível e individualizada em termos de tipologia de entidades.

As entidades estão classificadas de acordo com a tipologia proposta na Classificação

Internacional das Organizações Não Lucrativas e Outras instituições presentes em concordância com a classificação por nós atribuída, conforme explicado anteriormente.

Demonstra-se a tendência expressa através dos dados de certo tipologia de entidades terem um maior número de ocorrências como promotoras, mais precisamente “Serviços Sociais”. Como entidades com um maior número de ocorrências como parceiras salientamos as “Entidades do estado” (ver Figura 16).

Figura 16 Tipo de envolvimento das entidades nas parcerias em que estiveram presentes - número de ocorrências nas regiões Norte, Centro e Alentejo



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

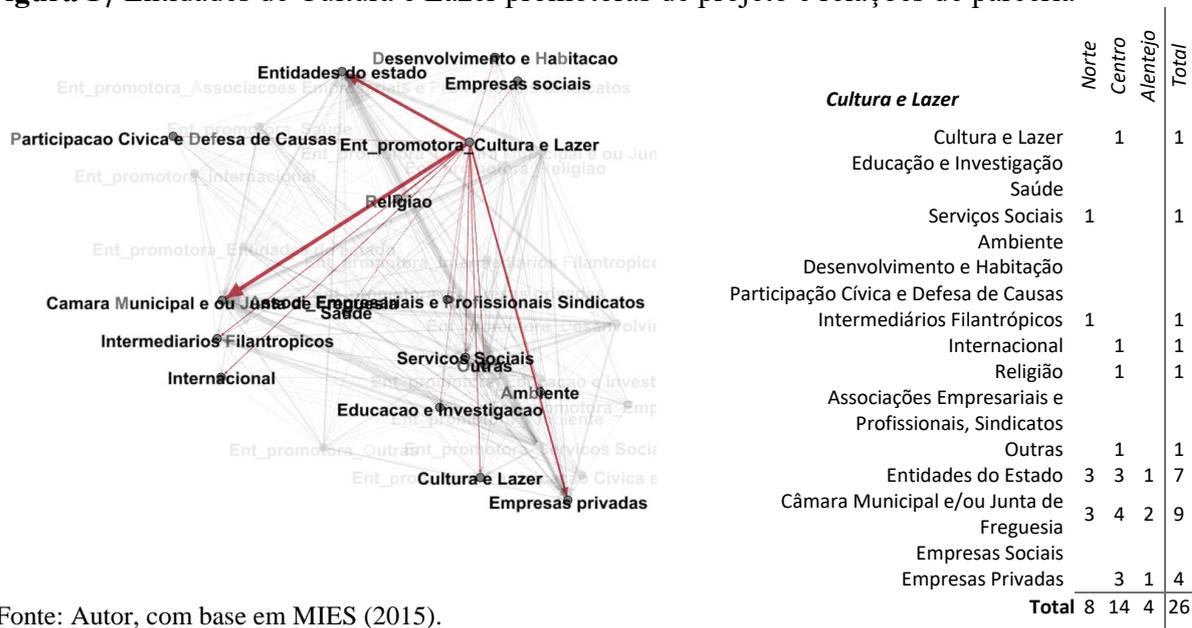
Nas ligações realizadas como promotoras de projeto e parceiras de projeto sublinha-se o maior número de ligações das entidades classificadas como “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”. Numa segunda linha encontram-se as tipologias de entidades “Serviços Sociais” e “Entidades do estado” (ver Figura 16).

Para uma melhor compreensão das relações estabelecidas nos projetos de IS em parceria MIES (2015) foram elaborados grafos específicos para cada tipo de entidade, sendo às entidades promotoras dos projetos aumentado o prefixo Ent_promotora, para melhor identificação e visualização das relações de parceria. As restantes entidades sem o prefixo referido representam as outras entidades parceiras que não são promotoras dos projetos.

Os grafos são dirigidos, isto é, as chamadas arestas ou vértices que saem dos nós têm um sentido e um significado. Partem da entidade promotora do projeto para as demais entidades parceiras. Contudo, devido à densidade de arestas, a origem algumas vezes não se torna

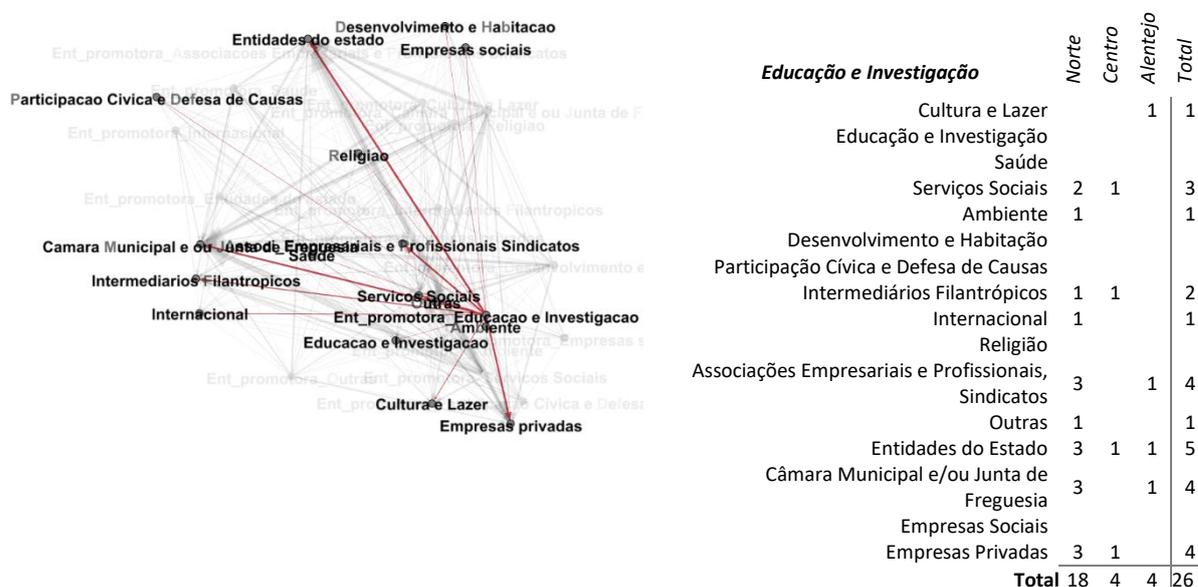
claramente visível, sendo então necessário para melhor visualização o já mencionado prefixo Ent_promotora.

Figura 17 Entidades de Cultura e Lazer promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Figura 18 Entidades de Educação e Investigação promotoras de projeto e relações de parceria

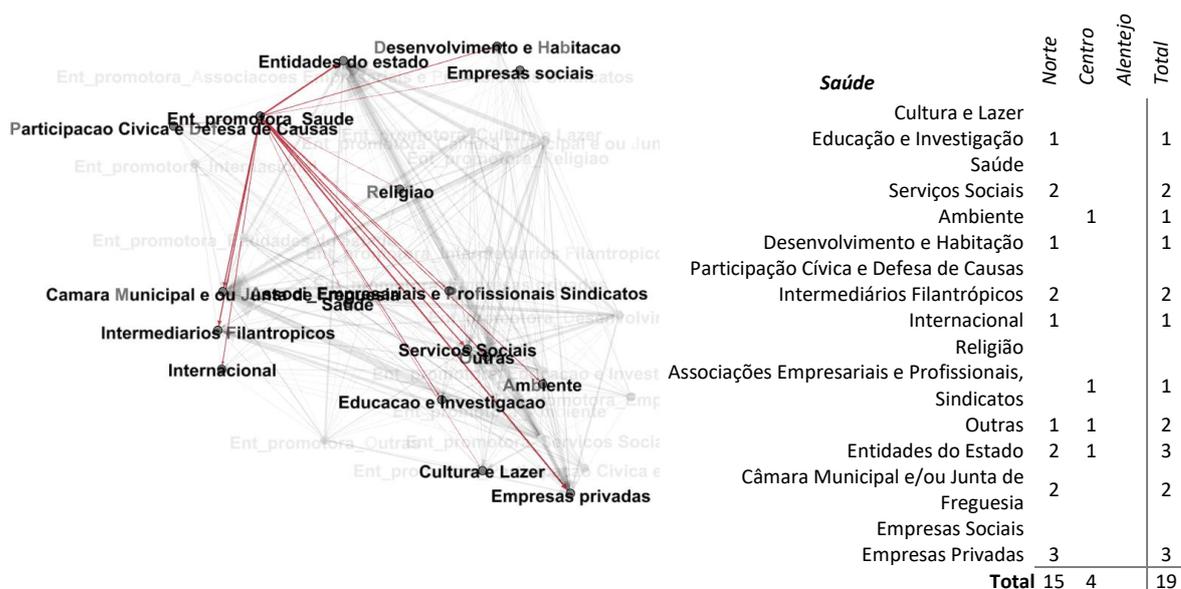


Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As instituições de “Cultura e Lazer” enquanto entidades promotoras de projetos são responsáveis por 7,1% das parcerias (ver Figura 17). Destacam-se as entidades “Entidades do estado” e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com 7 e 9 relações de parceria, respetivamente. Só estas entidades estabeleceram parcerias nas regiões Norte, Centro e Alentejo simultaneamente. As entidades “Empresa privada” estabeleceram 4 relações de parcerias. 7 entidades não estabelecem parcerias com a entidade promotora.

As instituições classificadas como entidades de “Educação e Investigação” (Figura 18) sendo entidades promotoras de projeto são responsáveis por 7,1% das parcerias. De considerar que estabelecem com o grupo de Entidades do estado, 5 parcerias. “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos”, 4 parcerias. O tipo de entidade promotora de projeto analisada estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com “Entidades do estado”.

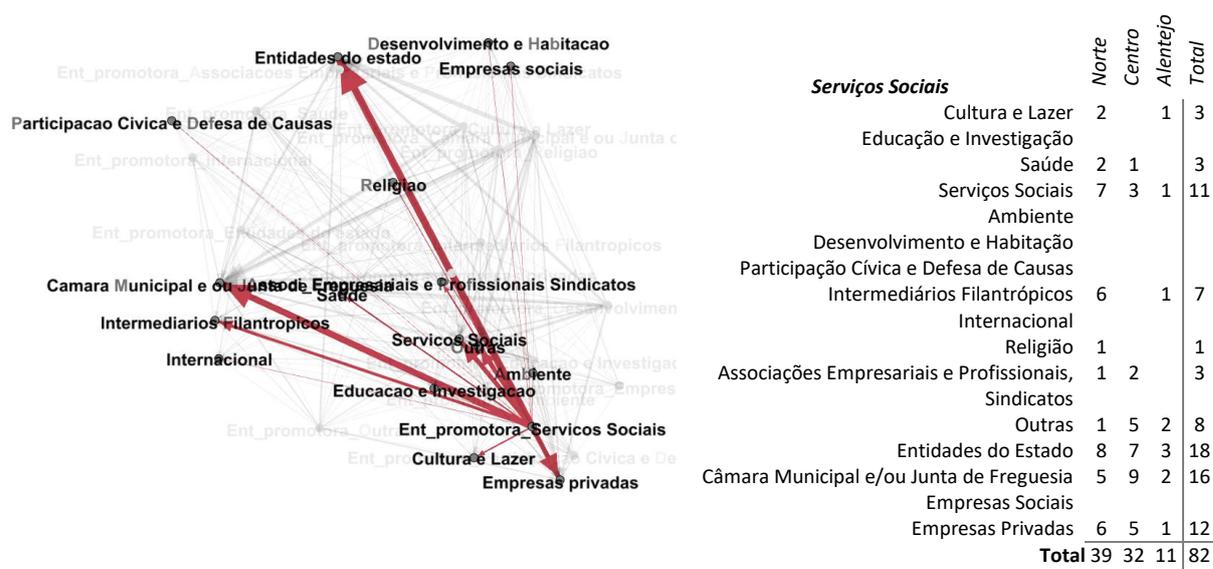
Figura 19 Entidades de Saúde promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As entidades de “Saúde” (

Figura 19) como entidades de promotoras de projeto são responsáveis por 5,2% das parcerias. Com “Entidades do estado” e “Empresas privadas” estabeleceram 3 parcerias. Estabeleceram 2 parcerias com “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, “Outras”, “Intermediários Filantrópicos”, “Serviços Sociais”. Com 1 parcerias as entidades “Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos”, “Internacional”, “Desenvolvimento e Habitação”, “Ambiente”, “Educação e Investigação”. Com “Religião” e “Serviços Sociais” não foram estabelecidas parcerias. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, não estabeleceu parcerias com qualquer tipo de entidade concomitantemente no Norte, Centro e Alentejo.

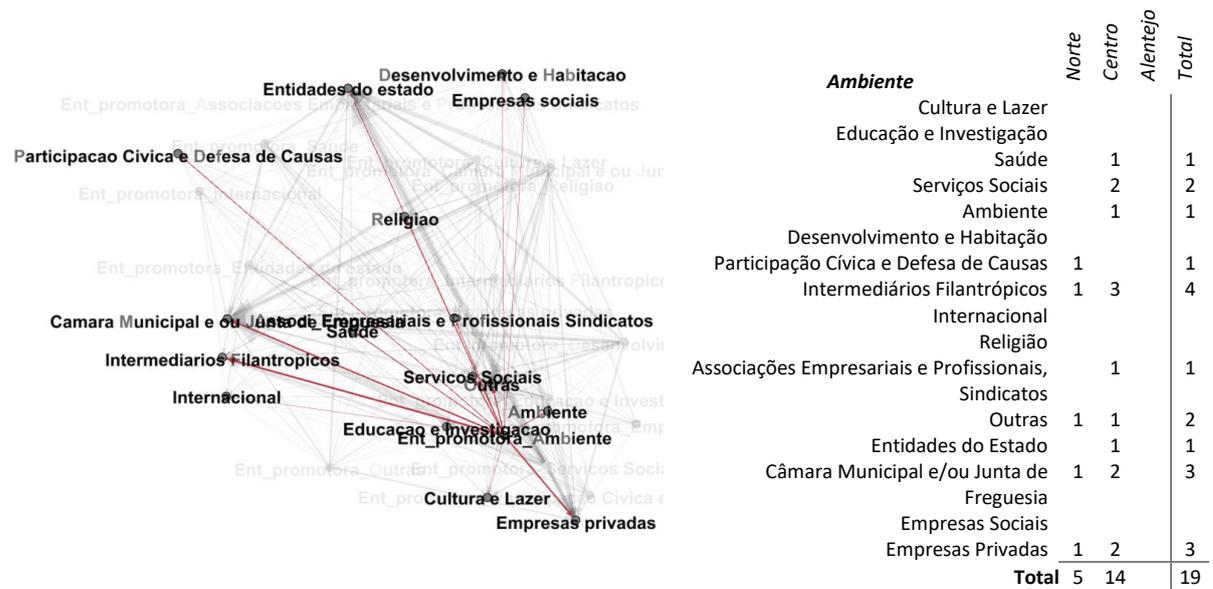
Figura 20 Entidades de Serviços Sociais promotoras de projeto e relações de parceria

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

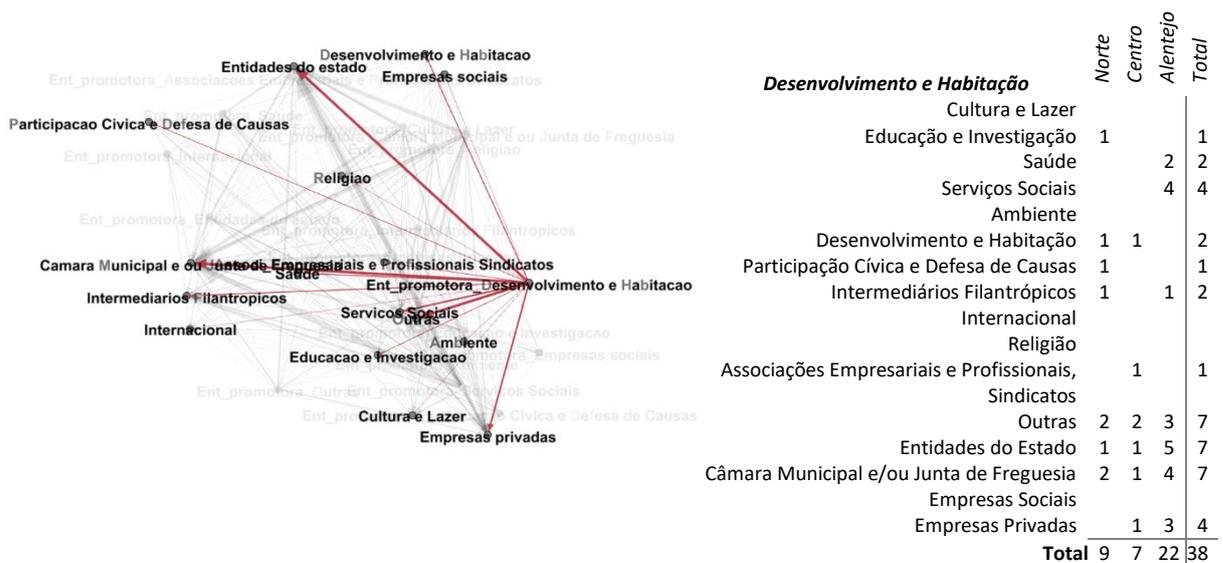
As entidades de “Serviços Sociais” (Figura 20) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 22,3% das parcerias. Com “Entidades do estado” estabelecem 18 parcerias. Com 16 parcerias, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, com Empresas privadas estabelecem 12, com Serviços Sociais II, 7 com Intermediários Filantrópicos e 2 com “Outras”. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, estabeleceu parcerias com outros tipo de entidades concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, “Outras” e “Serviços Sociais”.

As entidades de “Ambiente” (Figura 21) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 5,2% das parcerias. Estão presentes na região Norte com 1 parceria com as seguintes entidades. Com “Participação Cívica e Defesa de Causas”. “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, Intermediários Filantrópicos, “Outras” e “Empresas privadas”. Não estão presentes parcerias estabelecidas na região Alentejo. Na região Centro, sendo o valor máximo apresentado, “Intermediários Filantrópicos” estabelecem 3 parcerias. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, não estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

As entidades de “Desenvolvimento e Habitação” (Figura 22) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 10,4% das parcerias. De considerar as parcerias com “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, e “Outras” sendo 7 parcerias, o mais elevado valor nas relações de parceria com esta entidade promotora.

Figura 21 Entidades de Ambiente promotoras de projeto e relações de parceria

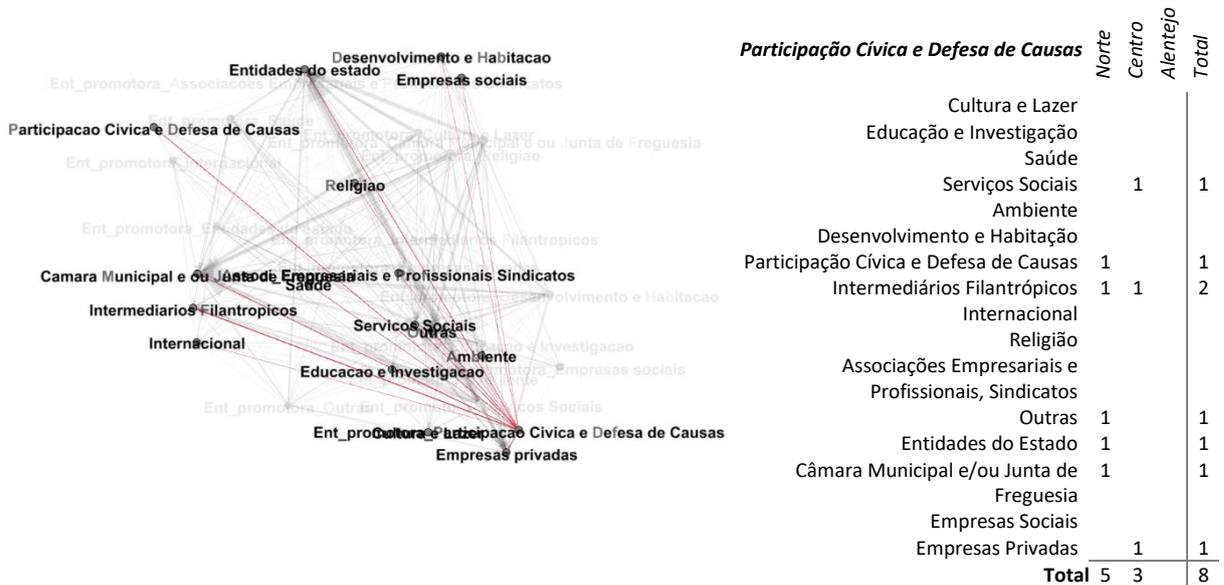
Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Figura 22 Entidades de Desenvolvimento e Habitação promotoras de projeto e relações de parceria

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

De salientar na região Alentejo o estabelecimento de parcerias com uma variabilidade de entidades: “Saúde”, “Serviços Sociais”, “Intermediários Filantrópicos”, “Outras”, “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, O Alentejo é a zona com mais elevado número de parceria com esta entidade. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”.

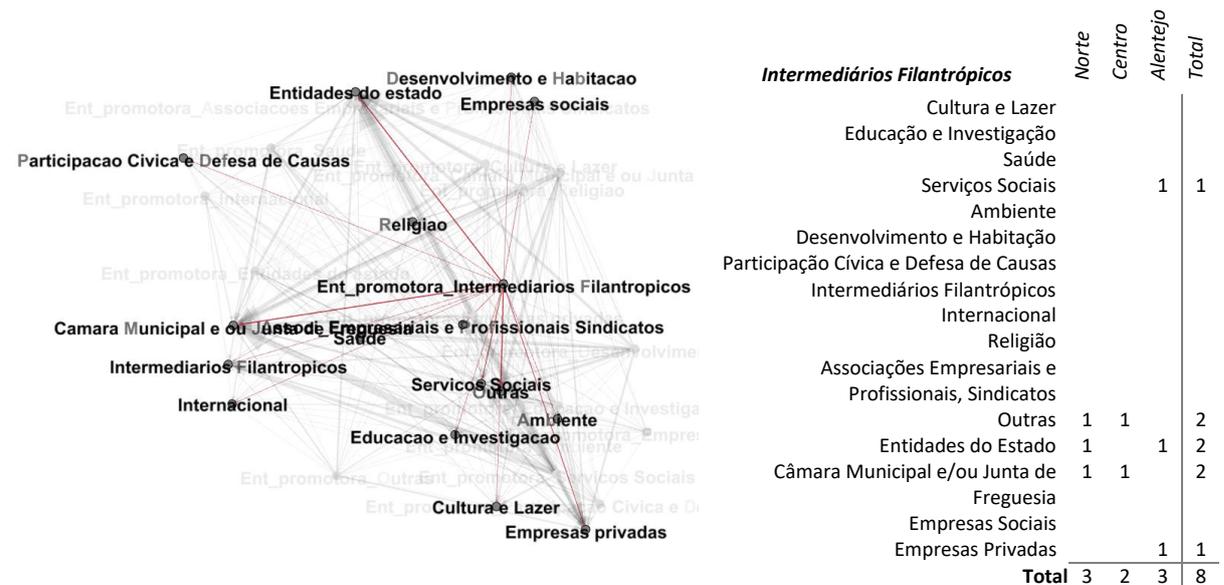
Figura 23 Entidades de Participação Cívica e Defesa de Causas promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As entidades de “Participação Cívica e Defesa de Causas” (Figura 23) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 2,2% das parcerias. Com as entidades “Intermediários Filantrópicos” estabelecem 2 parcerias no tal das zonas. Com o grupo “Participação Cívica e Defesa de Causas”, “Intermediários Filantrópicos”, “Outras”, “Entidades do estado”, “Empresas privadas”, estabelece 1 parceria cada na região Norte. Não existem parcerias na região Alentejo.

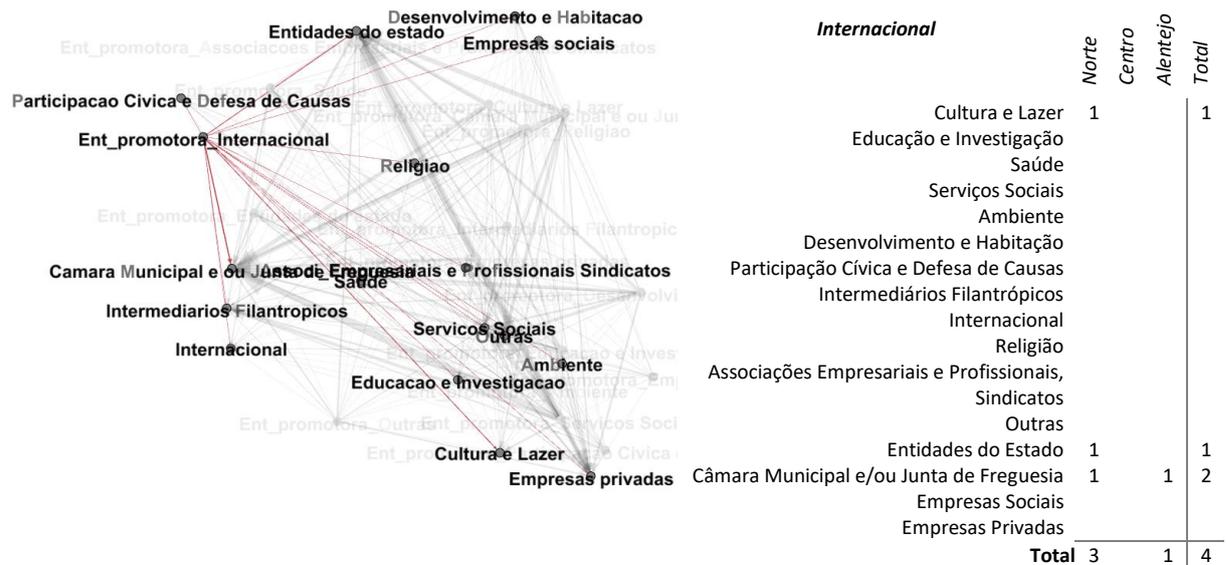
Figura 24 Entidades de Intermediários Filantrópicos promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As entidades “Intermediários Filantrópicos” (Figura 24) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 2,2% das parcerias. De considerar o grupo, “Outras”, “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, todas com 2 parcerias nas zonas Norte, Centro e Alentejo. “Serviços Sociais”, “Empresas privadas” com apenas 1 parceria na região Alentejo. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, não estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo.

Figura 25 Entidades de Internacional promotoras de projeto e relações de parceria

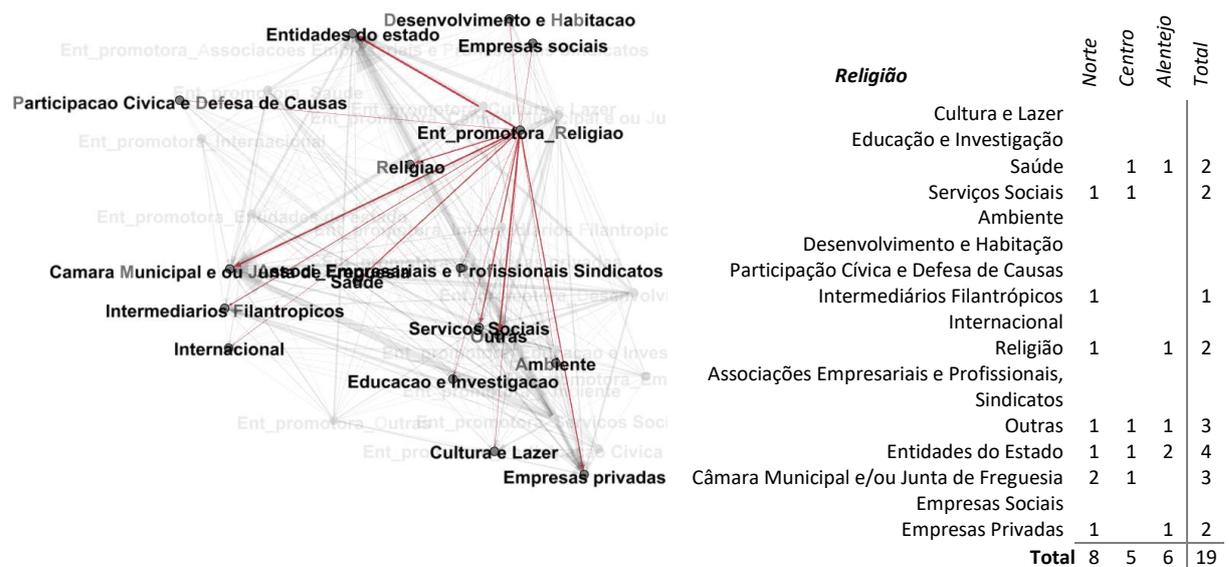


Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As entidades “Internacional” (Figura 25) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 1,1% das parcerias. De considerar o grupo “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, “Cultura e Lazer” com 1 parceria na região Norte com esta entidade promotora. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, não estabeleceu parcerias na região Centro.

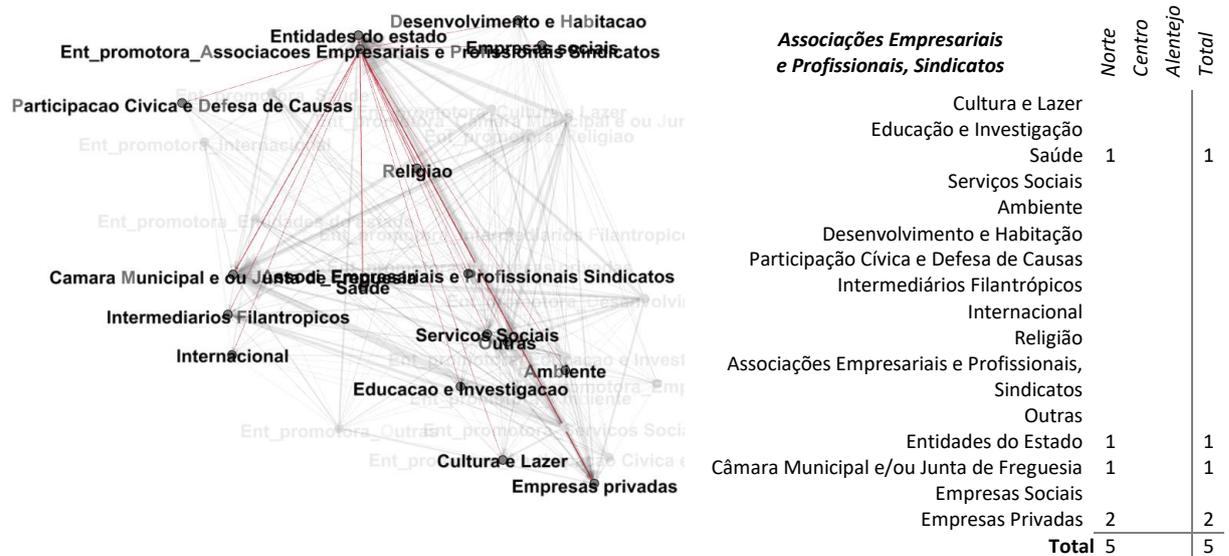
As “Religião” (Figura 26) como entidades de promotoras de projeto são responsáveis por 5,2% das parcerias. Estabeleceu com “Entidades do estado” 4 parcerias, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e Outras 3 parcerias. Com 2 parcerias as entidades “Saúde”, “Empresas privadas”, “Religião”, “Serviços Sociais”. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com as “Entidades do estado” e “Outras”.

Figura 26 Entidades de Religião promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

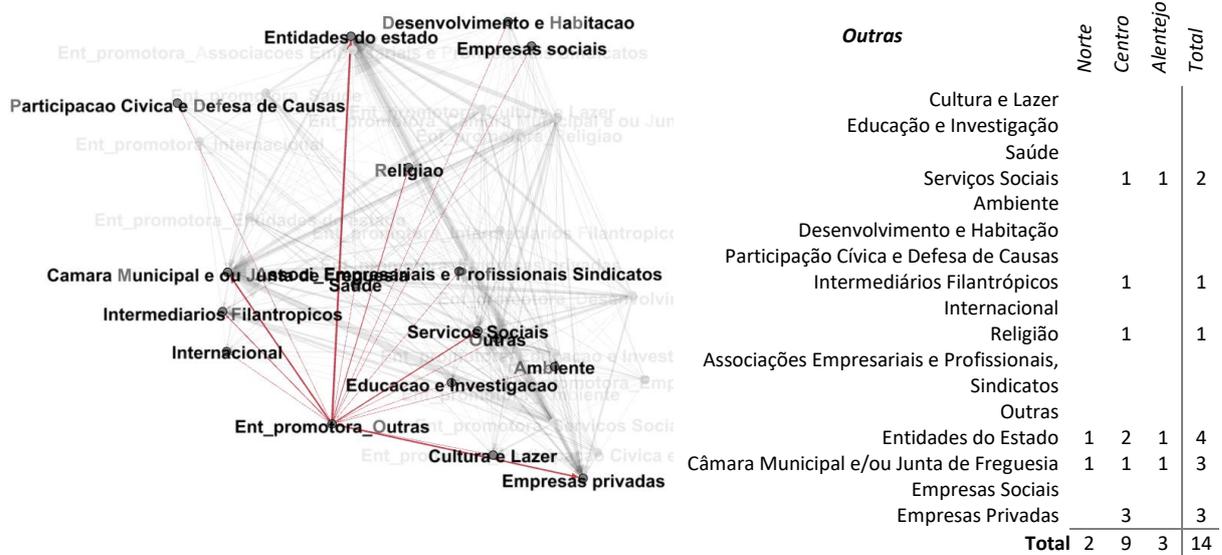
Figura 27 Entidades de Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As “Associações Empresariais e Profissionais, Sindicatos” (Figura 27) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 1,4% das parcerias. De relevar a baixa percentagem de parcerias estabelecida por esta tipologia de entidade. “Empresas privadas” encontram-se nas parcerias com o valor quantitativo 2, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Entidades do estado” apenas com 1. O baixo valor numérico das parcerias traduz-se em que no grafo se notem linhas que são valores baixos aproximados, neste caso 0 e 1. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, estabeleceu unicamente parcerias na região Norte.

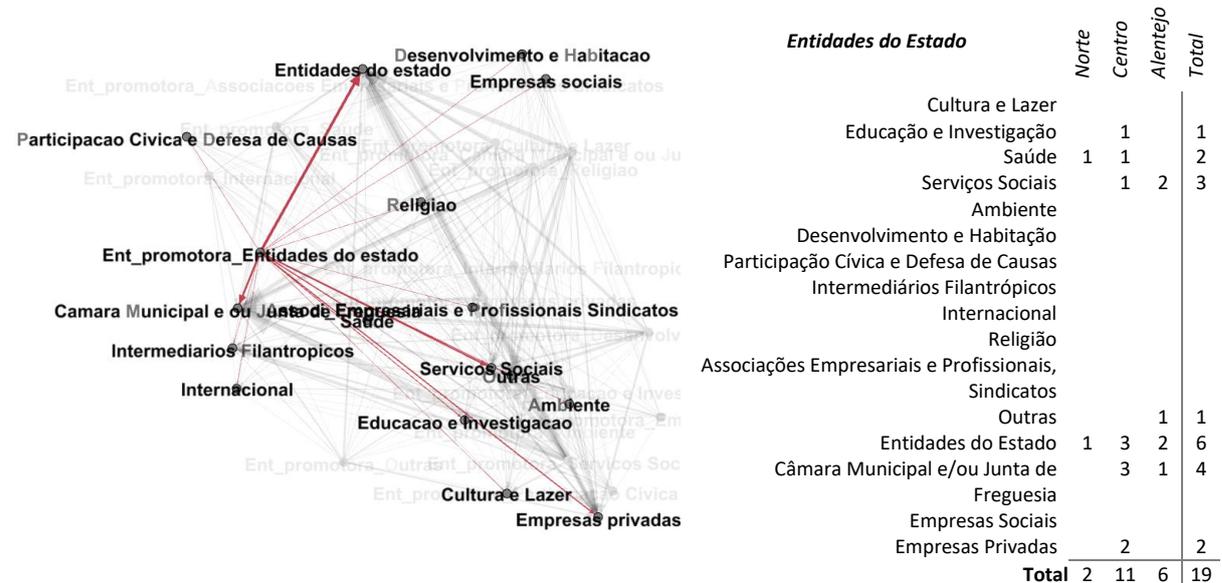
Figura 28 Outras entidades como promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As “Outras” (Figura 28) como entidades de promotoras de projeto são responsáveis por 3,8% das parcerias. De considerar estabelecimento de parcerias com o grupo “Entidades do estado”, com 4 parcerias, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Empresas privadas” com 3 parcerias. O tipo de entidade promotora de projeto analisada, estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com as “Entidades do estado” e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”.

Figura 29 Entidades do Estado promotoras de projeto e relações de parceria



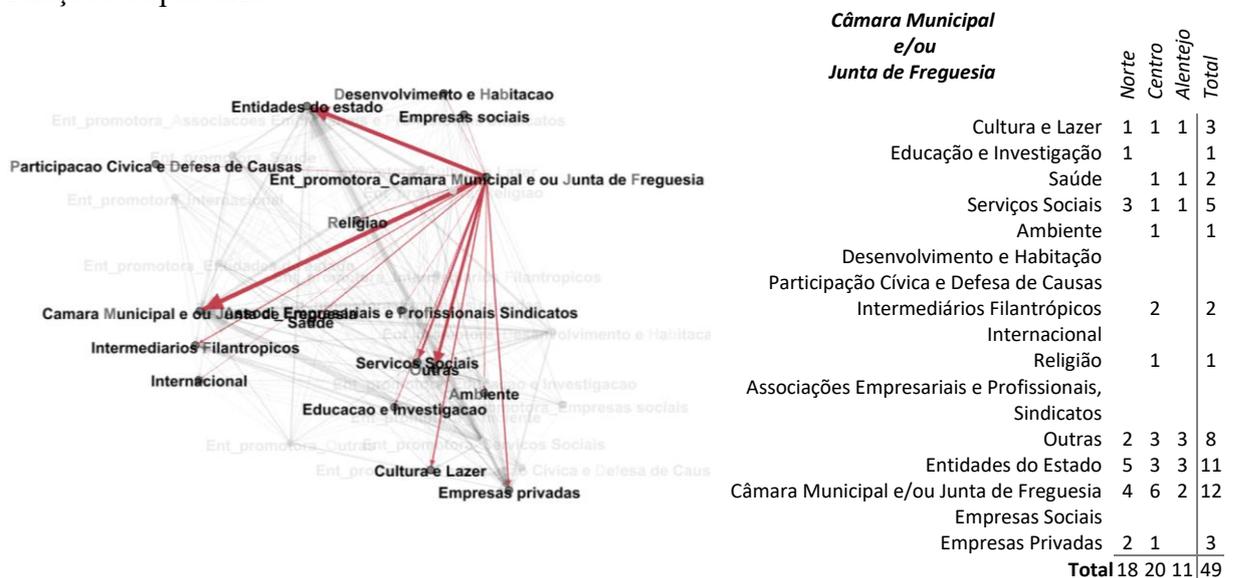
Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As “Entidades do Estado” (Figura 29) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 5,2% das parcerias. De considerar as parcerias estabelecidas com o grupo

“Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, 6 e 4 parcerias respetivamente. “Serviços Sociais” e “Empresas privadas” com respetivamente 3 e 2 parcerias. As “Entidades do estado” enquanto promotoras de projeto estabelecem parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com entidades da mesma tipologia.

As entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” (Figura 30) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 13,4% das parcerias. De considerar “Câmara Municipal e ou Junta de Freguesia” (entidades da mesma tipologia), com a qual foram realizadas 12 parcerias. “Entidades do estado”, com a qual foram realizadas 11 parcerias, e “Outras” com 8 parcerias. A entidade promotora analisada estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com as entidades “Cultura e Lazer”, “Serviços Sociais”, “Outras”, “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”.

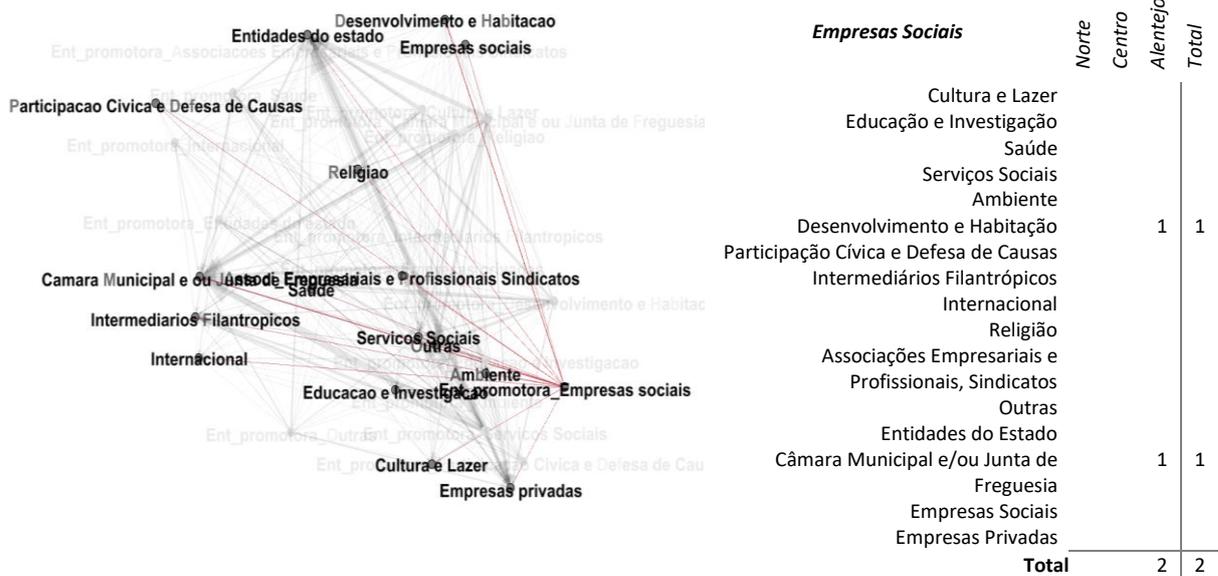
Figura 30 Entidades de Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

As “Empresas sociais” (Figura 31) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 0,5% das parcerias. Apenas estão presentes na região Alentejo através de parcerias com “Desenvolvimento e Habitação” 1 parceria e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” 1 parceria.

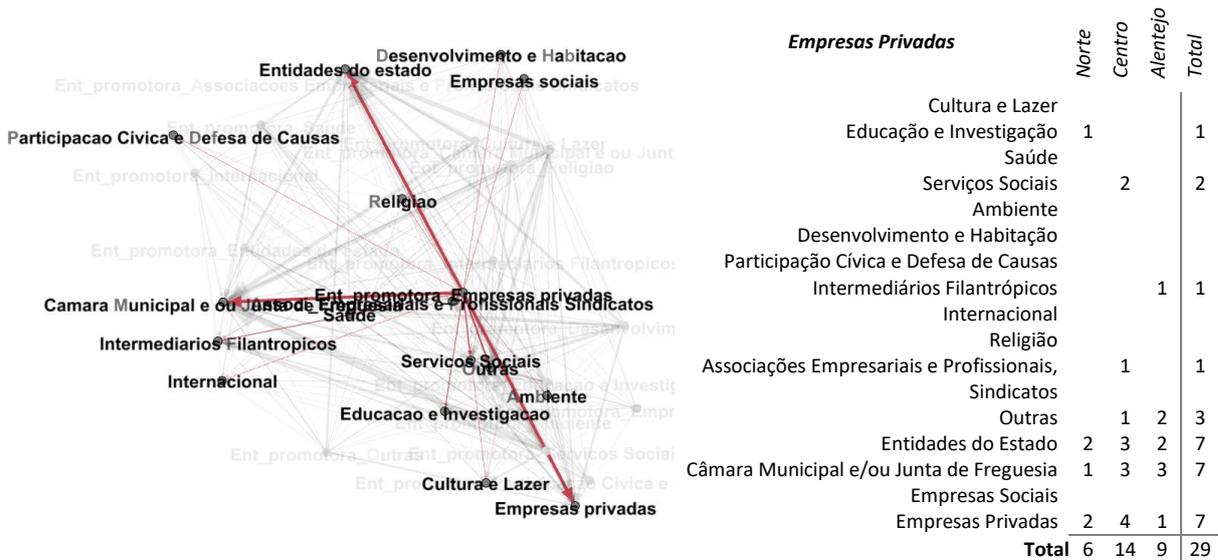
Figura 31 Entidades de Empresas Sociais promotoras de projeto e relações de parceria



Fonte: Autor, com base em MIES (2015)

As instituições classificadas como entidades de “Empresas privadas” (Figura 32) como entidades promotoras de projeto são responsáveis por 7,9% das parcerias. De considerar as parcerias com “Empresas privadas” (entidades da mesma tipologia), “Entidades do estado” e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” 7 parcerias. As entidades “Outras” estabeleceram 3 relações de parceria. A entidade promotora analisada estabeleceu parcerias concomitantemente nas regiões Norte, Centro e Alentejo com as “Entidades do estado”, “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Empresas privadas” (entidades da mesma tipologia).

Figura 32 Entidades de Empresas Privadas promotoras de projeto e relações de parceria

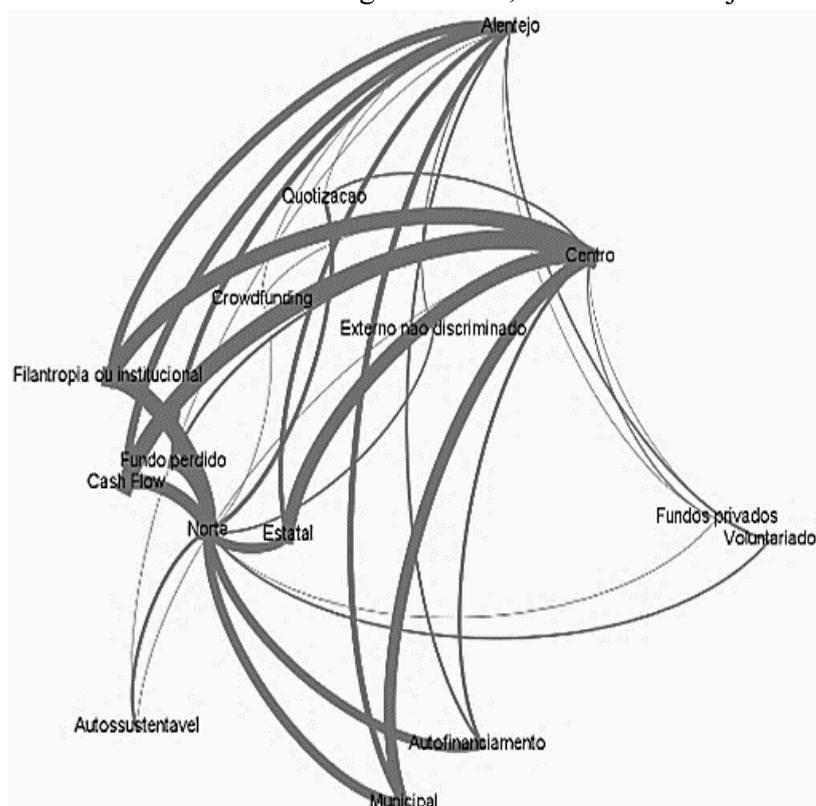


Fonte: Autor, com base em MIES (2015)

5.4 Financiamento das entidades

Pretendemos com a abordagem seguinte dar a conhecer a informação relativa a fontes de financiamento (ver como grafo geral a Figura 33). Apresenta-se neste subcapítulo a identificação dos tipos de financiamento que as entidades referem utilizar nos seus projetos³¹. Igualmente será descrita a frequência de tipologias de financiamento presentes nos projetos. Comumente cada projeto tem várias formas de se financiar. Essas ocorrências de tipologia de financiamento serão identificadas e quantificadas, sendo demonstradas e apoiadas em grafos, gráficos e quadros permitindo melhor conhecer a estrutura das fontes de financiamento.

Figura 33 Relações de financiamento nas regiões Norte, Centro e Alentejo.



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

De seguida vão ser descritas as relações que os tipos de financiamento estabelecem com os diversos tipos de entidades.

Em termos de ocorrências totais de tipologias de financiamento na região Norte, Centro e Alentejo verifica-se que “(Filantropia) ou financiamento institucional”, com 21,9%, é maioritária em situações de financiamento, seguido de “Cash flow” com 20,6%, “Financiamento municipal” com 14,6% e o “Financiamento estatal” com 15,0%. De relevar a não existência de financiamentos do tipo “Crowdfunding” (ver totais na Tabela 14).

³¹ O MIES não refere informação quantitativa acerca do financiamento dos projetos. Os entrevistados apenas referem tipologias de financiamento e algumas percentagens. Sendo apenas consideradas as tipologias para matéria de análise.

Em termos de financiamento, a região Norte (ver linha respetiva na Tabela 14) apresenta relações de financiamento maioritariamente do tipo “(Filantropia) ou financiamento institucional”, com 23 casos. No mesmo grupo de valores aproximados temos: “Cash flow” com 17, “Financiamento a fundo perdido”, com 14, e “Financiamento municipal” com 12 casos. De relevar a não existência de financiamentos de dois tipos: “Fundos privados” e “Crowdfunding”. A região Centro apresenta um financiamento maioritariamente do tipo “Cash flow”, com 23 casos, seguido de “(Filantropia) ou financiamento institucional”, com 21 casos, “Financiamento estatal” com 18 situações e “Financiamento municipal” com 16 casos. De relevar a não existência na região Centro de financiamentos dos tipos do tipo “Voluntariado”, “Crowdfunding”, “Autossustentável” e “Financiamento externo não discriminado”. Em termos de financiamento a região Alentejo (ver linha respetiva na Tabela 14) apresenta um financiamento maioritariamente do tipo “Cash flow” com 11 situações de financiamento. Com 10 situações está o financiamento “(Filantropia) ou financiamento institucional”. O “Financiamento estatal” com 8 situações e “Financiamento municipal” igualmente com 8 são de seguida os mais relevantes. De relevar a não existência de financiamentos dos tipos “Financiamento (fundos privados)”, “Crowdfunding”, e “Autossustentável”.

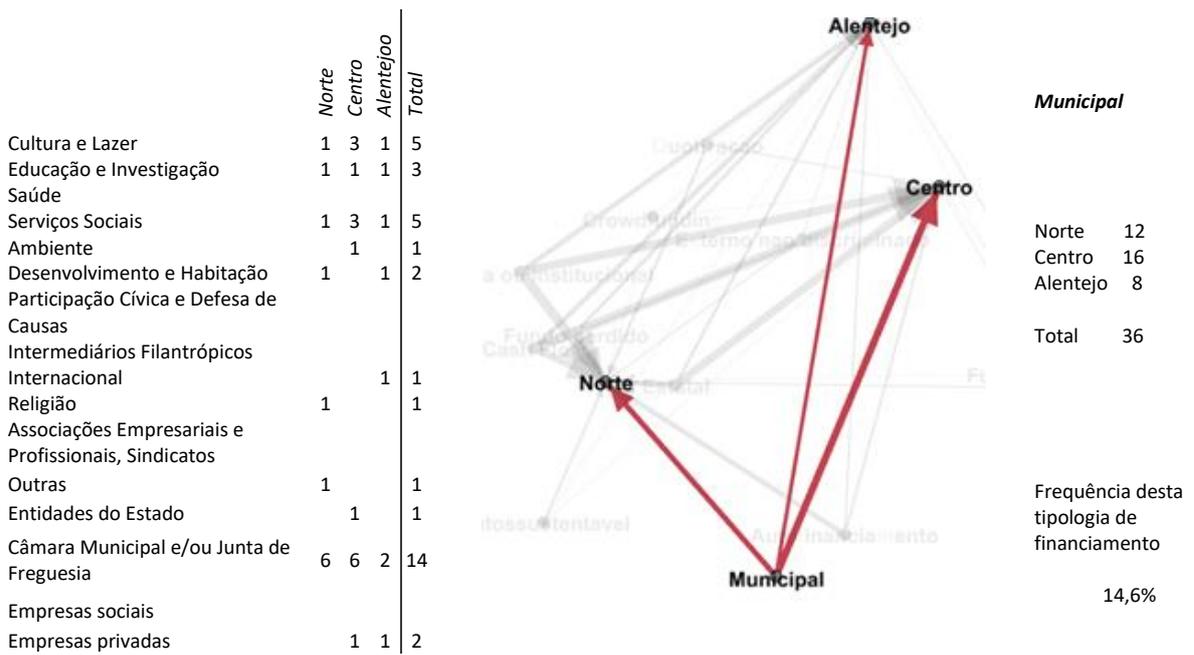
Tabela 14 Frequência de tipologias de financiamento das entidades promotoras de projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo

Tipologias de financiamento das entidades promotoras dos projetos													
	<i>Financiamento municipal</i>	<i>Financiamento (fundos privados)</i>	<i>Financiamento estatal</i>	<i>Fontes de cash flow</i>	<i>(Filantropia) ou financiamento institucional</i>	<i>Financiamento a fundo perdido</i>	<i>Autofinanciamento</i>	<i>Voluntariado</i>	<i>Crowdfunding</i>	<i>Quotização</i>	<i>Financiamento externo não discriminado</i>	<i>Autossustentável</i>	
Norte	12	...	11	17	23	14	12	3	...	5	3	4	
Centro	16	1	18	23	21	3	5	4	
Alentejo	8	...	8	11	10	8	3	2	...	1	1	...	
Totais	36	1	37	51	54	25	20	5	...	10	4	4	
	14,6	0,4	15,0	20,6	21,9	10,1	8,1	2,0	0,0	4,0	1,6	1,6	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

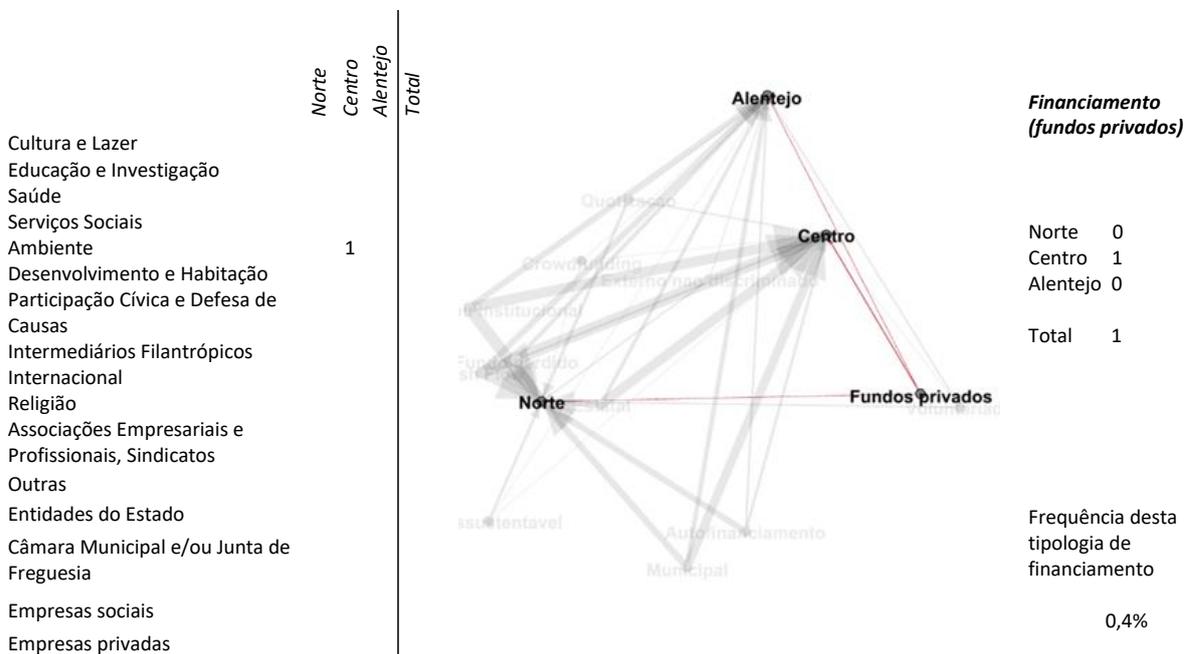
O financiamento “Municipal” (Figura 34) ocorre maioritariamente na região Centro, com 16 ocorrências encontradas, sendo de referir que financia entidades do tipo “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, com 14 ocorrências no total das zonas. Pode-se afirmar que o “Financiamento municipal” suporta essencialmente projetos oriundos das entidades do tipo “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”. Os “Serviços Sociais”, “Educação e Investigação e “Cultura e Lazer” apresentam ocorrências de financiamentos menores que os referidos anteriormente, mas igualmente nas 3 zonas.

Figura 34 Fontes de financiamento de IS: Municipal, n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

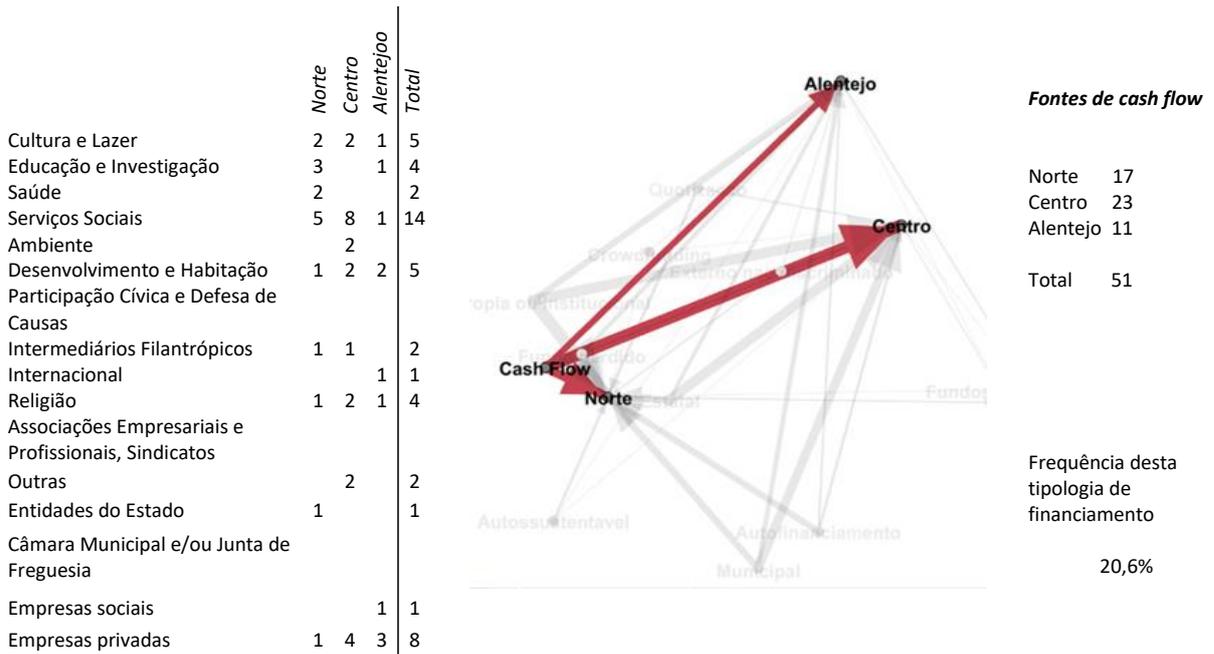
Figura 35 Fontes de financiamento de IS: Financiamento (fundos privados), n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

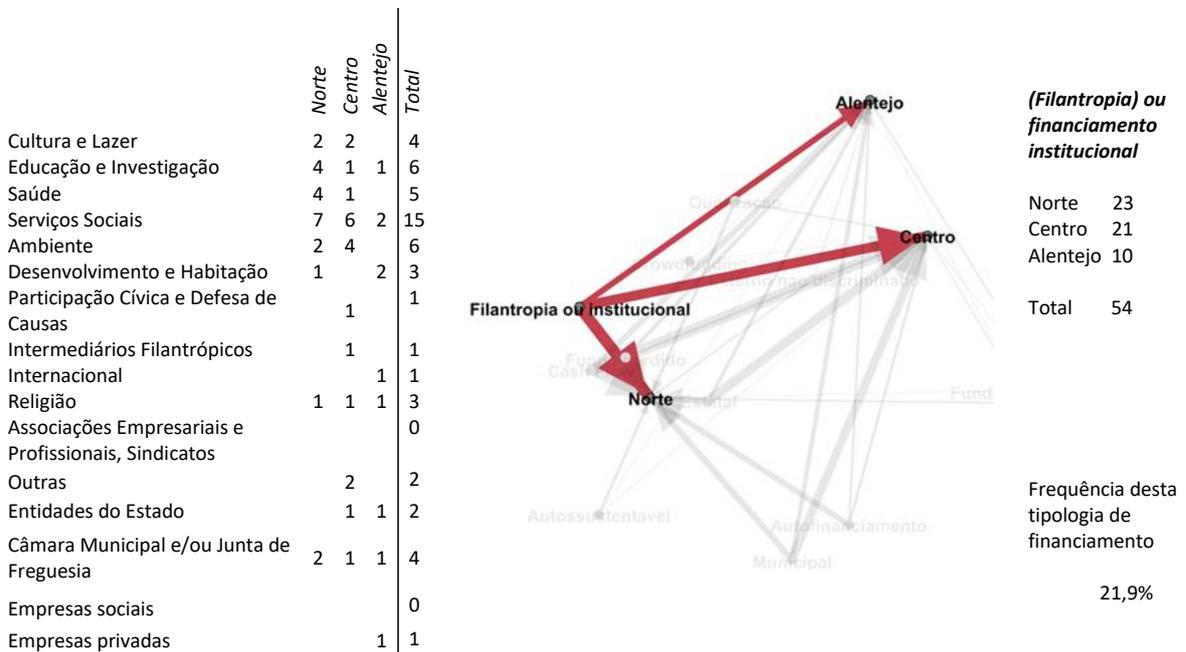
O “Financiamento (fundos privados)” (Figura 35) foi identificado unicamente na região Centro, a uma entidade de ambiente. As demais tipologias de entidades não exibem ocorrências de financiamento.

Figura 37 Fontes de financiamento de IS: Cash flow, n.º de casos por região

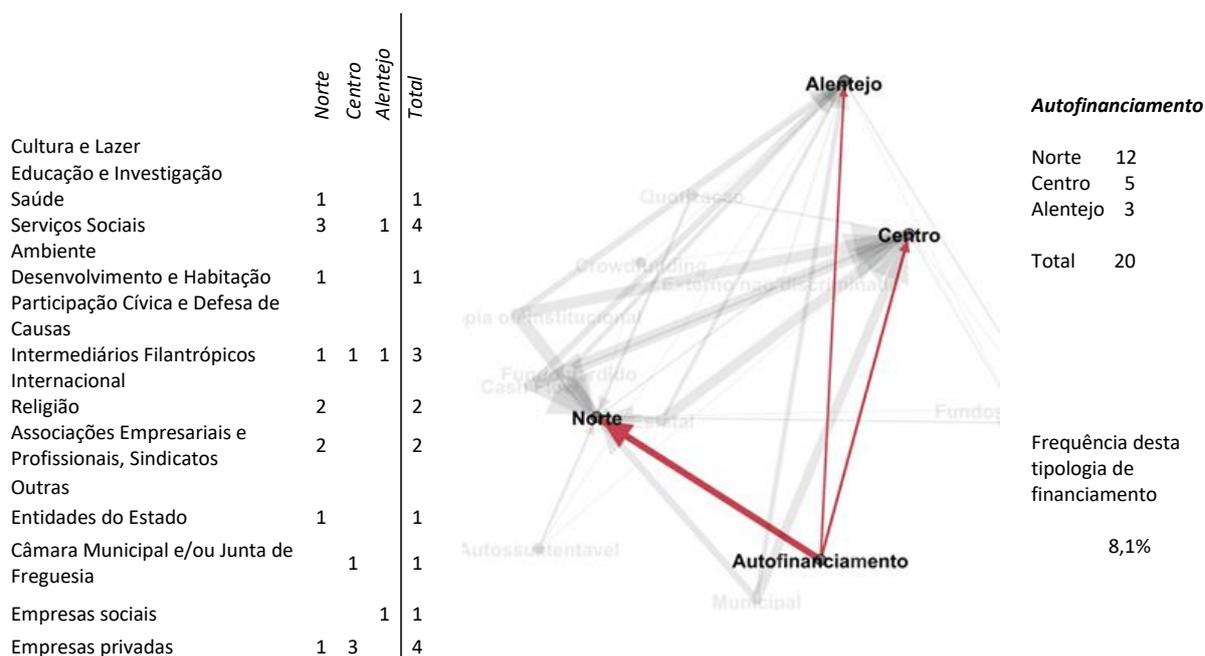


Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

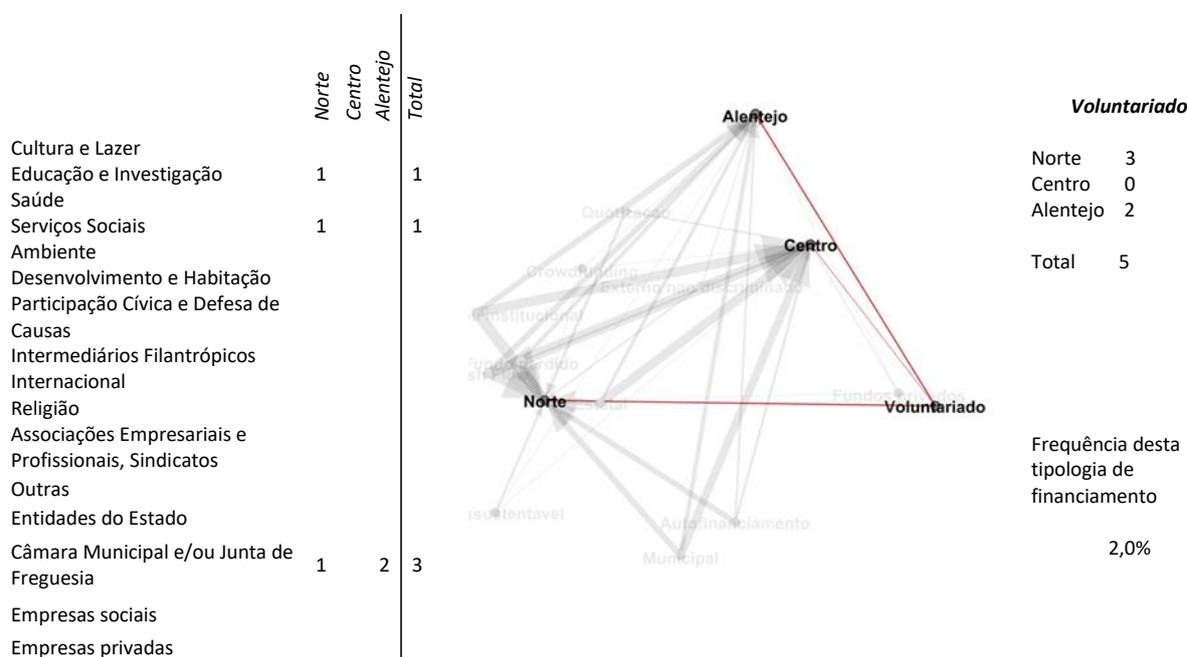
Figura 38 Fontes de financiamento de IS: (Filantropia) ou financiamento institucional, n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Figura 40 Fontes de financiamento de IS: Autofinanciamento, n.º de casos por região

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

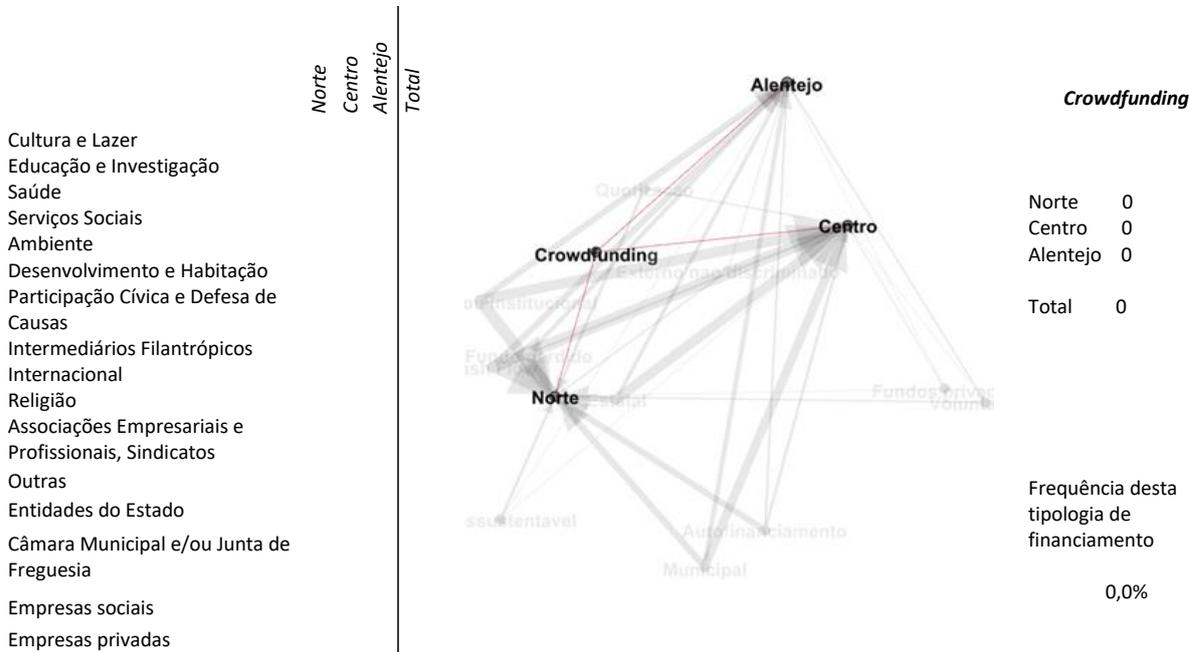
Figura 41 Fontes de financiamento de IS: Voluntariado, n.º de casos por região

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

O “Voluntariado” (Figura 41) ocorre na região Norte com 3 entidades Educação e Investigação e “Serviços Sociais”; e “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com o valor 1. Na região Alentejo, em entidades de Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia com o valor 2. As demais tipologias de entidades não exibem financiamentos deste género.

O “Crowdfunding” (Figura 42) não é forma de financiamento nas zonas mapeadas pelo MIES (2015).

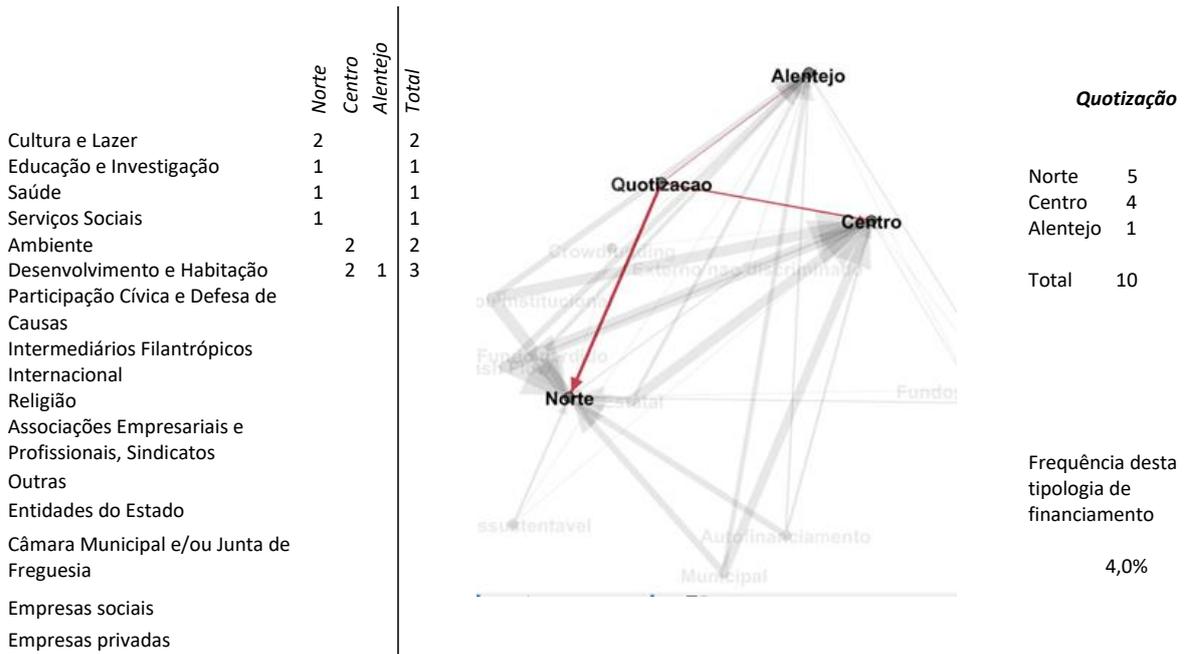
Figura 42 Fontes de financiamento de IS: Crowdfunding, n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

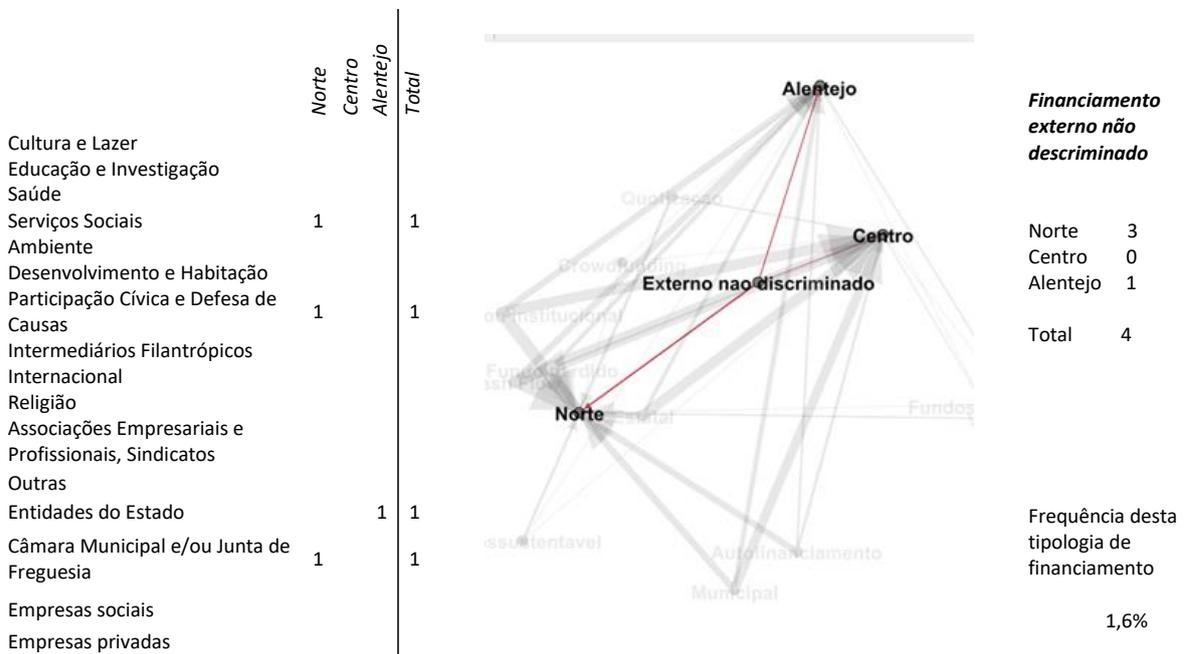
A “Quotização” (Figura 43) teve ocorrências de financiamento maioritariamente na região Norte, 5 sendo 4 na região Centro e na região Alentejo I. Os valores máximos por entidades promotoras de projetos são de 2 valores, sendo de referir que estes valores ocorrem em entidades da tipologia “Cultura e Lazer” na região Norte e Ambiente e “Desenvolvimento e Habitação “ na região Centro.

Figura 43 Fontes de financiamento de IS: Quotização, n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Figura 44 Fontes de financiamento de IS: Financiamento externo não discriminado, n.º de casos por região

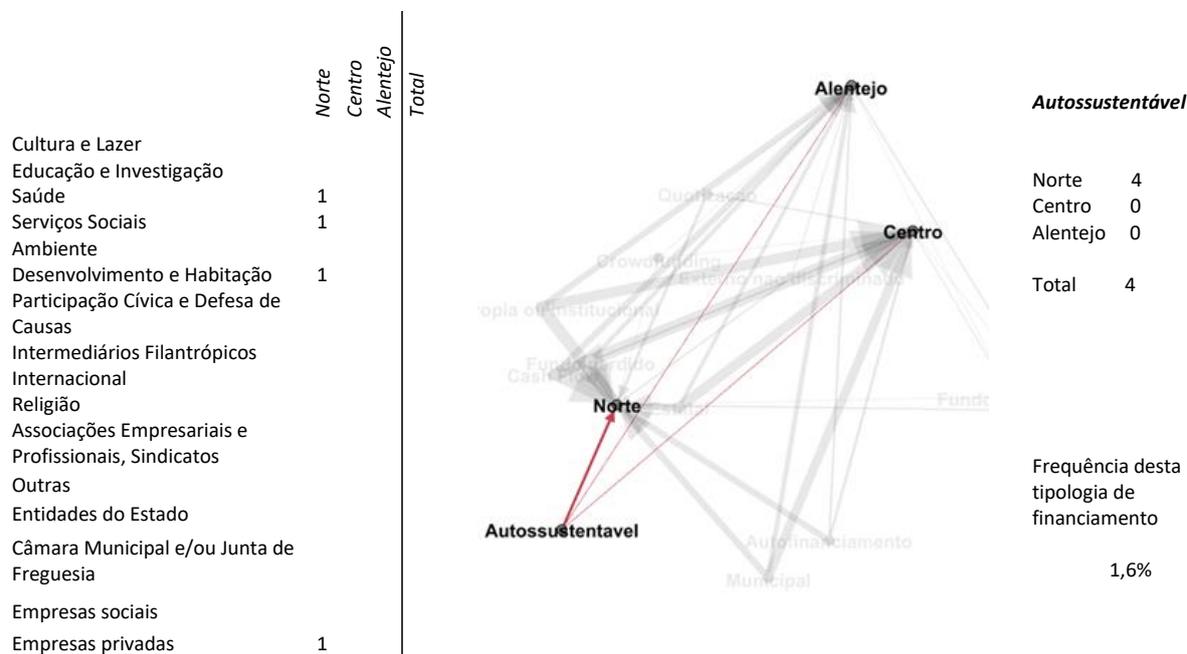


Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

“Financiamento externo não discriminado” (Figura 44) assume apenas 3 ocorrências, 2 na região Norte e 1 na região Alentejo.

“Autossustentável” (Figura 45) assume apenas três ocorrências, 4 na região Norte. De relevar a existência de financiamentos desta tipologia apenas na região Norte.

Figura 45 Fontes de financiamento de IS: Autossustentável, n.º de casos por região



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

5.5 Área de intervenção principal dos projetos

A área de intervenção principal dos projetos é onde tematicamente está focalizada a ação. Isto é, em que direção as entidades promotoras aplicam os seus esforços de forma que haja resultados mais significativos. Os projetos normalmente são abrangentes, tocando várias áreas com diferentes temáticas, contudo existe sempre uma área principal.

A Figura 46 mostra as áreas de intervenção principal dos projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo, em número e percentagem. Verificando-se que as áreas mais intervencionadas nos projetos são (i) “Apoio a portadores de deficiência”, com 12,0%, (ii) “Envelhecimento Ativo e/ou Apoio ao Idoso Vulnerável e/ou Combate ao Isolamento”, com 7,0%, (iii) “Iniciativa Lúdica e/ou Cultural e/ou Desportiva”, com 8,0%, e (iv) “Saúde”, com 10,0%.

Figura 46 Área de intervenção principal dos projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo - Nº de projetos e percentagens totais

	Norte	Centro	Alentejo	Total	%
Alívio da Pobreza	3		2	5	4%
Ambiente, Preservação e Reciclagem.	7	4		11	8%
Animais	1	1		2	1%
Apoio a Famílias ou Pessoas em Risco ou Famílias Problemáticas		1	1	2	1%
Apoio a Portadores de Deficiência	2	11	3	16	12%
Atração e Retenção de Jovens em Meio Rural		1		1	1%
Combate ao Abandono, Absentismo e/ou Insucesso Escolar	4	2	2	8	6%
Comportamentos de Risco e Integração Social e/ou Profissional	3	2	2	7	5%
Desenvolvimento Comunitário, Agrícola e Indústria Alimentícia	1	1	4	6	4%
Desenvolvimento de Competências	5	4		9	7%
Desenvolvimento de Jovens	3	1	1	5	4%
Desenvolvimento Económico	1	2		3	2%
Educação Ambiental ou Educação para a Cidadania	3	2	2	7	5%
Empregabilidade e/ou Empreendedorismo	4	4		8	6%
Envelhecimento Ativo e/ou Apoio ao Idoso Vulnerável e/ou Combate ao Isolamento;	4	4	2	10	7%
Iniciativa Lúdica e/ou Cultural e/ou Desportiva	4	4	3	11	8%
Integração de Grupos Étnicos (Comunidade cigana ou outras)	1	1		2	1%
Mobilização de Recursos	1			1	1%
Proteção Social da Criança	1			1	1%
Saúde	8	3	2	13	10%
Turismo			2	2	1%
Violência Doméstica			2	2	1%
Voluntariado	1		1	2	1%

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

Em termos de área de intervenção principal dos projetos na região Alentejo (Figura 47) verifica-se o “Desenvolvimento Comunitário Agrícola” e “Indústria Alimentícia” como área de intervenção principal na maior parte dos projetos. Este facto aparentemente surpreendente apoia-se nos projetos ligados ao turismo, aproveitamento de produtos alimentares de recolha no campo (micológicos) e agricultura biológica. Devendo-se acrescentar que alguns projetos não tipificados como os anteriores, também têm uma forte componente agrícola, mas estão ligados, a áreas de intervenção principal mais específicas das entidades de “Serviço social”

Figura 47 Área de intervenção principal dos projetos, percentagem na região Alentejo



Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

5.6 Síntese

No MIES, as entidades promotoras dos projetos de inovação social nas regiões Norte, Centro, Alentejo são em maior número entidades classificadas de acordo com a Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos. As entidades de “Serviços Sociais” nas três regiões são 23,13% da totalidade das entidades. As entidades de “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Empresas privadas” correspondem a 12,69% e 9,70% do total, respetivamente. Na região Alentejo as entidades de “Desenvolvimento e Habitação” representam o maior número de entidades promotoras.

As entidades promotoras dos projetos de “Serviços Sociais” são as que mais estabeleceram parcerias 22,3%. “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” 13,4%, e “Desenvolvimento e Habitação” 10,4% nas regiões Norte, Centro e Alentejo. Na região

Alentejo os resultados revelam que as entidades de “Desenvolvimento e habitação” são as que mais estabelecem parcerias 26,8%, em seguida “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Serviços Sociais” ambas com 13,4%. As “Empresas privadas”, com 11%, são igualmente de relevar.

Relativamente ao financiamento nas regiões Norte, Centro e Alentejo constata-se que “(Filantropia) ou financiamento institucional” é a fonte mais importante, com 21,9% dos casos, seguido de “Fontes de cash flow”, com 20,6%, “Financiamento estatal”, com 15,0 %, “Financiamento municipal”, com 14,6% de situações verificadas. Não existem financiamentos do tipo “Crowdfunding”.

A região Alentejo apresenta ocorrências de financiamento maioritariamente do tipo “Cash flow”. Seguidamente encontra-se o financiamento “(Filantropia) ou financiamento institucional”. De destacar a não existência de financiamentos dos tipos “Financiamento (fundos privados)”, “Crowdfunding”, e “Autossustentável”.

Relativamente à área de intervenção principal dos projetos, sendo as áreas mais intervencionadas e principais nos projetos, constata-se que nas regiões Norte, Centro e Alentejo em primeiro lugar está a área de “Apoio a portadores de deficiência” 12,0% seguido de “Saúde” 10,0%, em terceiro lugar “Iniciativa Lúdica e/ou Cultural e/ou Desportiva” 8,0%, e “Envelhecimento Ativo e/ou Apoio ao Idoso Vulnerável e/ou Combate ao Isolamento” 7,0%.

Capítulo 6 - A ação da FEA no fomento da inovação social

O propósito deste capítulo é em primeiro lugar explicar o modelo de ação em inovação social da Fundação Eugénio de Almeida. Esta assume pela sua ação e declarações de responsáveis, que o fomento da inovação social é um dos objetivos atuais da instituição dentro do quadro de valores institucionais que a norteiam.

Este capítulo é sustentado por uma entrevista ao coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida, Henrique Sim-Sim, e pela análise dos projetos apoiados pela Fundação Eugénio de Almeida para e inovação social.

A ação da Fundação Eugénio de Almeida nas atividades de inovação social tem aspetos essenciais que necessariamente têm que ser abordados no âmbito do tema deste capítulo, incluindo o conceito de inovação que norteia a sua ação e questões relativas às parcerias que estabelece. Nomeadamente a proveniência dos projetos, o produto ou serviço gerado, os destinatários dos projetos, entidades envolvidas, motivação para o projecto, entre outras.

Trataremos neste capítulo a perspetiva institucional de inovação social, visto permitir-nos estabelecer uma ligação entre o seu conceito orientador e a sua prática concreta. Esta prática está relacionada com a integração em redes regionais ou mais alargadas. Relativamente aos projetos apoiados, os seus aspetos do financiamento, a área de intervenção e objetivos serão igualmente objeto de tratamento neste capítulo. Compreender-se-á assim a ótica das entidades apoiadas em variados aspetos relativos às questões da IS.

Fará parte deste capítulo uma delimitação dos contextos dos projetos, do seu conceito de inovação social e motivações para os projetos. Na parte final deste capítulo abordaremos os benefícios comuns do estabelecimento das parcerias e finalizaremos com uma síntese do capítulo onde estarão descritos aspetos conclusivos relativos à Fundação Eugénio de Almeida e às entidades parceiras de projeto. Em suma, Esta análise será fundamental para, no final, identificar os principais elementos que caracterizam o modelo de inovação social da Fundação Eugénio de Almeida.

6.1 A perspetiva institucional de inovação social

Para entender o conceito institucional de inovação social da Fundação Eugénio de Almeida, é necessário em primeiro lugar considerar que é pública a sua ação no campo social, tendo uma “genealogia” de intervenção na sociedade local, naturalmente circunscrita às suas estruturas, capacidades, contexto regional e naturais conjunturas nacionais de natureza sociopolítica.

É recomendável neste tipo de análise considerar a existência de um passado sempre que se procuram explicações sobre atuações presentes. Nesta linha, segundo Henrique Sim-Sim, coordenador da área social (ver Anexo A, Análise da entrevista ao coordenador da área social FEA) - relativamente às forças causais de formação do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida -, inicia-se com Vasco Maria Eugénio de Almeida, sendo na altura um caso de empreendedorismo e inovação, na medida em que "(...) em 1963 criar uma Fundação com estes fins, foi em suma um processo de inovação.

(...) nascida num contexto em que já "(...) a família toda ela sempre foi empreendedora e inovadora em diversos domínios (...)". Por consequência, pode-se inferir que desde o início, embora obviamente sem se utilizar esse conceito, foi desenvolvido "(...) no passado mais recente tivemos o processo de divisão de uma herdade em São Manços em pequenas courelas para... um processo muito interessante de inovação social, porque promoveu de facto um desenvolvimento social na freguesia de São Manços muito interessante (...)". Ao que tudo indica, podemos afirmar, que foi tentado por Vasco Maria Eugénio de Almeida um processo de mudança social ao nível micro, isto é, um processo para incrementar localmente a mudança para dar sustentabilidade e equilíbrio a toda uma estrutura social. A este aspeto de mudança social realizado pela Fundação Eugénio de Almeida não tem sido dada a atenção devida, pois com frequência salientam-se os aspetos mais institucionais, como por exemplo o seu apoio a diversas áreas, com destaque obviamente para a cultura e a área social relativa ao voluntariado.

Atualmente a Fundação Eugénio de Almeida tem procurado favorecer dinâmicas de inovação social através de diversas atividades, tendo um papel de suporte, intervindo no contexto e nas circunstâncias da ação. As Referências a IS nos Relatório e Contas a partir de 2008 são disso testemunho (ver Figura 48).

Figura 48 Referências a “inovação social” nos Relatório e Contas 2008-1015



Fonte: Autor, com base nos Relatório e Contas da Fundação Eugénio de Almeida 2008-1015

De acordo com o coordenador da área social, a Fundação Eugénio de Almeida "(...) tem procurado ser mais um catalisador de processos de desenvolvimento do que propriamente responder a problemas muito específicos, para públicos muito específicos, portanto, (...) a Fundação entende que o seu papel é um papel de *background* (...)". Os motivos apontados para este tipo de intervenção são o de pretender ter um papel de complementaridade entre organizações "(...) porque existem “n” organizações no nosso território que fazem isso no dia-a-dia e fazem isso bem feito. Portanto, elas existem... as organizações para a deficiência que trabalham bem a deficiência, existem organizações para os idosos que trabalham bem os idosos, para a infância (...)".

Para além de todo o trabalho social exercido desde a sua Fundação e do reconhecimento da importância dos aspetos passados, como já referido, atualmente a FEA desempenha um papel que procura inovar, sem contudo se afastar dos valores estatutariamente consagrados. Este aspeto resulta numa interpretação atualizada e

transposta para o tempo presente dos valores constantes nesses mesmos estatutos (Fundação Eugénio de Almeida, 2016b). A Fundação Eugénio de Almeida não permaneceu estática na interpretação desses valores; essa interpretação é dinâmica na forma como assume o tempo presente, os seus dinamismos sociais e a forma como interpreta o seu papel atual. Esta perceção é determinada pela presunção que existe uma continuidade em termos de valores, numa perspetiva de aprendizagem organizacional.

Dawson defende que as aprendizagens organizacionais são correntemente associadas a mudança radical, referindo que:

“Noções de mudança radical são frequentemente associadas com o que se tornou conhecido como aprendizagem organizacional. Isso se relaciona com a proposição de que, assim como os indivíduos podem ‘aprender’ novas formas de ver e fazer as coisas e ‘desenvolver’ um senso de importância para novos valores, então as organizações, sendo coletividades de pessoas, podem também aprender e desenvolver através da criação de novos conjuntos de valores, normas, pressupostos e histórias” (Dawson, 1992:230).

A prática da Fundação Eugénio de Almeida não se apresenta como um caso paradigmático em termos de mudança valores, em contraste com o acima citado. As aprendizagens organizacionais da FEA por certo foram realizadas num contexto delimitado pelas condições estatutárias. Condições estatutárias essas, que com a prática inovadora e socialmente evolutiva de Eugénio de Almeida permitiram o estado presente da Fundação. Desta forma, os naturais limites estatutários funcionaram como balizas direcionais das aprendizagens e da ação da organização, impedindo a mudança radical e assim como o imobilismo institucional.

Acresce aos aspetos referidos no parágrafo anterior a prática reiterada da Fundação Eugénio de Almeida em gerir e mobilizar recursos para áreas que requerem inovação (áreas agrícola, cultural e social). Relativamente a esta postura organizacional, com o fim de maximização dos impactos da organização no seu contexto de atuação presente e futuro, observe-se o seguinte:

“A organização moderna deve ser capaz de mudar. Na verdade, deve ser capaz de iniciar a mudança, ou seja, a inovação. Deve ser capaz de mover recursos escassos e dispendiosos de conhecimento de áreas de baixa produtividade e que não geram frutos para as oportunidades de realizações e contribuições. Organização é um dispositivo de maximização. A organização moderna é nosso instrumento para maximizar esse recurso humano único, o conhecimento. Isto, no entanto, exige a capacidade de parar de fazer aquilo que desperdiça recursos, ao invés de maximiza-los” (Drucker, 2011:193).

Na existência funcional da instituição em análise é possível observar práticas que apresentam uma focagem na aprendizagem organizacional. Para sustentar esta afirmação, elencamos em forma de síntese a tipologia de ações realizadas pela Fundação Eugénio de Almeida, algumas por meio de parcerias, que denotam uma focagem no progresso do conhecimento e na aprendizagem enquanto organização através de uma perspetiva prática e teórica. A FEA:

- i Elabora estudos (construção de conhecimento teórico);
- ii Realiza *Workshops* (trabalha a capacitação);
- iii Apoia Projetos (aconselha e acompanha);
- iv Realiza projetos (efetua um processo de autoaprendizagem).

Para caracterizarmos o conceito de inovação social que rege a ação da Fundação Eugénio de Almeida podemos qualificá-la como tendo a sua área de origem no

desenvolvimento local e comunitário. Pensamos que a instituição tem como enfoque e objeto a comunidade local e as suas necessidades. Bignetti - como consta na Tabela I Principais definições de inovação social, o foco de cada conceito e as linhas de origem (Áreas de origem) - ao identificar a área de origem dos conceitos de inovação social define o conceito originário do desenvolvimento local da seguinte forma:

“A inovação social é aqui definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral” (Bignetti, 2011:4).

Sob o mesmo ponto de vista, esta afirmação pode ser completada com o apontado por Martins (2016:54) que refere que “Quando se fala de local, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida quotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Verifica-se pelas suas ações que a Fundação Eugénio de Almeida se socorre de diversas entidades externas provenientes de espaços geográficos que não da sua área de atuação para cumprir as diversas atividades por nós referenciadas, sejam de formação, sejam sob a forma de relacionamentos institucionais. Relativamente a este ponto, devemos considerar a seguinte afirmação, produzida no contexto do desenvolvimento territorial:

“(…) a inovação social nunca pode ser analisada como pertencente apenas ao seu lugar, o lugar onde ela foi gerada, mas sim como ocorrendo dentro de uma complexa rede de interconexões espaciais” (MacCallum *et al.*, 2009:7).

Em analogia com o acima defendido, salientamos que a Fundação Eugénio de Almeida pratica localmente inovação social numa linha de origem próxima do desenvolvimento local. Ainda assim os meios a que recorre, nomeadamente os seus contactos e entidades externas com que colabora com o intuito de desenvolver as suas atividades, podemos seguramente afirmar que se trata tal-qualmente de inovação social territorial.

6.2 Da integração em redes a parceiro regional da política de IS

Utilizamos como ponto de partida o referido por Henrique Sim-Sim sobre influências externas recentes. Identifica na entrevista algumas das principais e mais marcantes influências, numa análise retrospectiva da dinâmica do processo institucional em inovação social, referindo que "(...) em 2006, iniciámos um projeto, acho que foi o 1.º passo, (...) de uma forma não consciente foi o desenvolvimento de um projeto financiado pela iniciativa comunitária EQUAL que era uma iniciativa que documentava muito a questão da inovação e tinha com ela uma metodologia muito bem estruturada (...)". Adicionalmente a esta afirmação que identifica o Programa EQUAL como o “iniciador” de práticas inovadoras nomeadamente nas questões para a intervenção social, podemos afirmar que este programa foi um meio inicial de aprendizagem das questões relativas à inovação social. Aceita-se igualmente que foi uma tomada de consciência da iniciação do processo de inovação social" (...) é aí que começa (...) de uma forma não consciente, vá lá, a trabalhar o tema da inovação social. E, quando no final desse projeto (...) a Fundação toma consciência que está ela própria também a fomentar processos de inovação social a nível do território da nossa região." Esta atividade “(...) se concretiza no projeto

voluntariado de proximidade que é reconhecido pela iniciativa comunitária EQUAL como um produto de inovação social e, aliás, recebe no final desse programa um prémio para inovação social - *empowering your future (...)*". Em conformidade, iniciam-se então realizações diversas no âmbito da inovação social para o exterior, e a Fundação Eugénio de Almeida "(...) começa a realizar os cursos, as formações, os laboratórios (...)".

Em virtude da prática efetiva do conceito de inovação social da Fundação Eugénio de Almeida, esta constitui e integrou-se em três níveis de redes: nível internacional, nível bilateral e outro nível de áreas específicas, como é referido em entrevista: “ (...) nós... nas redes institucionais... a Fundação tem, vá lá, 3 grandes níveis de redes. Temos as redes internacionais, temos um Centro Europeu de Fundações, estamos no Centro Europeu de Voluntariado, estamos noutras redes bilaterais com fundações, com outras organizações internacionais em diversas áreas. Depois, temos um conjunto de redes mais nacionais, como sendo o Centro Português de Fundações, a Confederação Portuguesa de Voluntariado, outras redes... outras redes temáticas que existem. ". Nesse sentido, é de particular importância a pesquisa de redes assim como é importante a escolha de redes a que se quer pertencer. Em conformidade é afirmado que "(...) nós também fazemos o nosso trabalho de pesquisa, de benchmarking, de identificação de redes onde queremos estar presentes e aí trabalhamos diretamente com essas entidades, quer seja, como lhe disse, bilateralmente. Verificámos, por exemplo, que uma Young Foundation... no início, identificámos que é um líder europeu e, portanto, fizemos o contacto com eles (...)". Inquestionavelmente a Fundação considera o conhecimento e a informação necessários para o surgimento de oportunidades, afirmando que "(...) a importância que nós atribuímos a estas redes é fundamental, quer o conhecimento que delas adquirimos, quer a informação atualizada, portanto, todo esse capital de surgimento de oportunidades... (...)". As atividades da Fundação consistem em três grandes programas nesta área: voluntariado, voluntariado cultural³², qualificação de líderes, empreendedorismo social. "(...) temos o programa de voluntariado, continuamos a desenvolvê-lo e a criar algumas novas iniciativas que deem respostas às necessidades que vamos encontrando. Neste momento, ... estamos a iniciar um trabalho com as escolas secundárias da cidade (...), continuamos a fazer aquilo que entendemos que é preparar líderes para as organizações do futuro. E no projeto de inovação e empreendedorismo social, estamos a tentar que ele seja mais sólido, mais denso e mais visível e que prepare rapidamente as organizações também para as oportunidades que neste momento existem no território".

Como resultado da sua prática em inovação social, a Fundação Eugénio de Almeida assinou em outubro de 2016 um protocolo com o Governo para a dinamização da inovação social na região do Alentejo, resultado e consequência da sua atuação em termos da promoção do empreendedorismo e inovação social. Este protocolo, em articulação com as entidades de política pública nacional e regional, é relativo a ações de identificação de iniciativas de inovação social de elevado potencial de impacto, divulgação na região do Alentejo dos programas públicos de financiamento à inovação social e o desenvolvimento de um centro de incubação de iniciativas inovadoras.

³² Entenda-se voluntariado e o voluntariado cultural como um único programa.

6.3 Financiamento, área de intervenção e objetivos dos projetos

Um dos objetivos fundamentais deste ponto consiste na descrição concisa dos projetos de inovação social que têm origem nos *bootcamps* (campos de treino) da Fundação Eugénio de Almeida e de outros por ela apoiados, como meio de explicar o seu modelo de ação. O processo de identificação e descrição dos parâmetros mais significativos dos projetos é provavelmente um dos elementos fundamentais caracterizadores da ação da Fundação, dos seus contextos e problemáticas de intervenção. Trata-se de um recurso de investigação por nós elaborado, e que é assente em questionários realizados aos elementos responsáveis dos projetos e contactos telefónicos visando o registo de informação disponível e sua interpretação.

Relativamente aos aspetos motivadores da parceria com a Fundação Eugénio de Almeida, surge-nos a importância que as questões de financiamento têm no conjunto dos aspetos motivadores para a parceria, cerca de metade das respostas. Nesse sentido, temos de relevar este facto; entidades com apoio estatal procuram apoio em entidades de “Filantropia/financiamento institucional” e “Fundos privados”. As entidades parceiras em projetos concretos de IS são essencialmente entidades que recebem apoios estatais.

Os projetos oriundos das atividades Fundação têm financiamentos tipificados como “Filantropia/financiamento institucional” ou de “Fundos privados”. Nesses mesmos projetos surgem outras formas de financiamento com menor relevância: “Quotização”, “Voluntariado”, “Financiamento a Fundo Perdido”, “Financiamento estatal” e “Municipal”. Salienta-se a importância deste facto considerando que são entidades do tipo “Serviços sociais”. Verifica-se a busca de variadas formas de financiamento, contrariando o lugar comum de que o “social” procura apenas ser financiado através de financiamentos estatais.

Nas entidades estudadas no âmbito do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social em termos de financiamento de entidades, verifica-se que o “Financiamento estatal” está presente maioritariamente em projetos oriundos das entidades do tipo “Serviços Sociais”. Especificamente neste contexto Martinelli afirma que:

“Com base na literatura e evidência empírica, acredito que a inovação social no serviço social não pode ser sustentada fora ou em alternativa ao estado, como é frequentemente implicitamente ou explicitamente assumido, mas devem ser promovidas no estado e com o estado. Mesmo experiências socialmente inovadoras frequentemente desenvolvidas fora do estado, precisam ser sustentadas e escaladas e isto só pode ser assegurado pelo Estado” (Martinelli, 2012:177).

De referir que algumas entidades presentes como parceiras da Fundação Eugénio de Almeida têm financiamento estatal nas suas atividades correntes extra projeto, ou seja, para o funcionamento regular.

A Tabela 15 apresenta informação sobre a proveniência do projeto (quase exclusivamente laboratórios), o produto ou serviço gerado pelo projeto, os seus destinatários e entidades envolvidas no projeto, assim como o estado de execução. Estes dados foram compilados com base nas diversas fontes de informação utilizadas, no entanto existe alguma informação a que não tivemos acesso por dificuldade de contacto com as entidades promotoras.

Tabela 15 Projetos de IS com parceria com a Fundação Eugénio de Almeida

<i>Proveniente de...</i>	<i>Nome do projeto</i>	<i>Produto ou serviço gerado pelo projeto</i>	<i>Destinatários</i>	<i>Entidades envolvidas no projeto/iniciativa</i>	<i>Motivo da não execução</i>
Curso de Empreendedorismo da Fundação Eugénio de Almeida, Edição 2015	Sociedade do bem	Programas de desenvolvimento de competências emocionais e sociais aliados à cidadania.	Crianças do Pré-Escolar, do 1.º ciclo e também crianças e jovens em instituições.	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Évora, Agrupamento de Escolas n.º 3 de Évora, Agrupamento de Escolas n.º 4 de Évora, Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, Associação Coração Delta, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas n.º 4 de Évora, Câmara Municipal de Évora, CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora, IES – Social Business School Instituto de Emprego e Formação Profissional, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Eugénio de Almeida, Núcleo Empresarial da Região de Évora, Sociedade Recreativa e Dramática Eborense	
Lab.For.Évora 2014	Crowd access report	Aplicativo gratuito para situações de inacessibilidade no espaço urbano	Utentes do espaço público, entidades decisoras	Fundação Eugénio de Almeida	Dificuldades na execução técnica do projeto
Parceria estabelecida pela FEA fora de Cursos ou Labs	Cantinho do cuidador, Unidade de Cuidados na Comunidade de Évora (UCC)	Satisfazer as necessidades de apoio, encaminhamento e formação dos Cuidadores Informais do concelho de Évora	Cuidadores e familiares de pessoas com doença crónica e/ou incapacitante	Fundação Eugénio de Almeida, Cáritas Diocesana de Évora	
Parceria estabelecida pela Fundação Eugénio de Almeida fora de Cursos ou Labs	Lavandarias, Loja Mó, Horta dos Sonhos, ASCTE - Associação Sociocultural Terapêutica de Évora	Serviço de duas lavandarias Promoção da autossustentabilidade e o intercâmbio com outros produtores	Público em geral (lavandarias) Utentes que são crianças em idade escolar e aos seus familiares (Horta dos Sonhos)	Fundação Eugénio de Almeida	
foi uma das vencedoras da primeira edição do Lab.For.Évora - Laboratório para Apoio a Novas Ideias Sociais em 2014.	Projeto raízes, Cercidiana - (resultantes do) Lab.For.Évora - Laboratório para Apoio a Novas Ideias Sociais, Edição 2014	Horta biológica e uma estufa	Utentes	Fundação Eugénio de Almeida	

<i>Proveniente de...</i>	<i>Nome do projeto</i>	<i>Produto ou serviço gerado pelo projeto</i>	<i>Destinatários</i>	<i>Entidades envolvidas no projeto/iniciativa</i>	<i>Motivo da não execução</i>
Edição Lab.For.Évora 2014	Saltos altos	Promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência doméstica através da criação de uma incubadora de negócios sociais e da promoção do empreendedorismo junto destas mulheres.	Mulheres vítimas de violência doméstica	Associação PédeXumbo, lar de Santa Helena	Sem informação
Edição Lab.For.Évora 2015	Travesseiro	Minimizar a solidão e a insegurança noturna subjetiva dos idosos que vivem sozinhos	Idosos	Fundação O Século Associação Agir no Tempo, Cáritas Diocesana de Beja, Um particular	Dispersão geográfica das entidades
Edição Lab.For.Évora 2015	TradForMar	Promover a cultura tradicional, nomeadamente a música e a dança junto das crianças e jovens	Crianças e jovens	Associação Pé de Xumbo, CENDREV, Bloco Oxalá	Construído apenas ao nível das ideias principais
Edição Lab.For.Évora 2016	“Food Friendly”	Conjunto de materiais pedagógicos sobre saúde e segurança alimentar destinados à comunidade escolar e às famílias, abordando a problemática das alergias alimentares, sobretudo nas crianças e jovens	Comunidade escolar	Organizações do Alentejo uma organização de Coimbra	Sem informação
Edição Lab.For.Évora 2016 (menção honrosa)	Alentejo de Oportunidade	Criação de serviços de apoio à fixação de empresários, como forma de combater o desemprego jovem qualificado no Alentejo	Empresários	Sem informação	Sem informação
Edição Lab.For.Évora 2016 (menção honrosa)	Recupedra	A criação de certificados ambientais e a criação de oficinas criativas para o aproveitamento dos resíduos	Sem informação	Sem informação	Sem informação

Fonte: Autor, com base em questionários, contactos telefónicos e páginas web institucionais.

A Fundação Eugénio de Almeida nas suas atividades estabeleceu parcerias com os tipos de entidades identificadas na Tabela 16. Como se pode verificar, as entidades e projetos patrocinados são genericamente de apoio social.

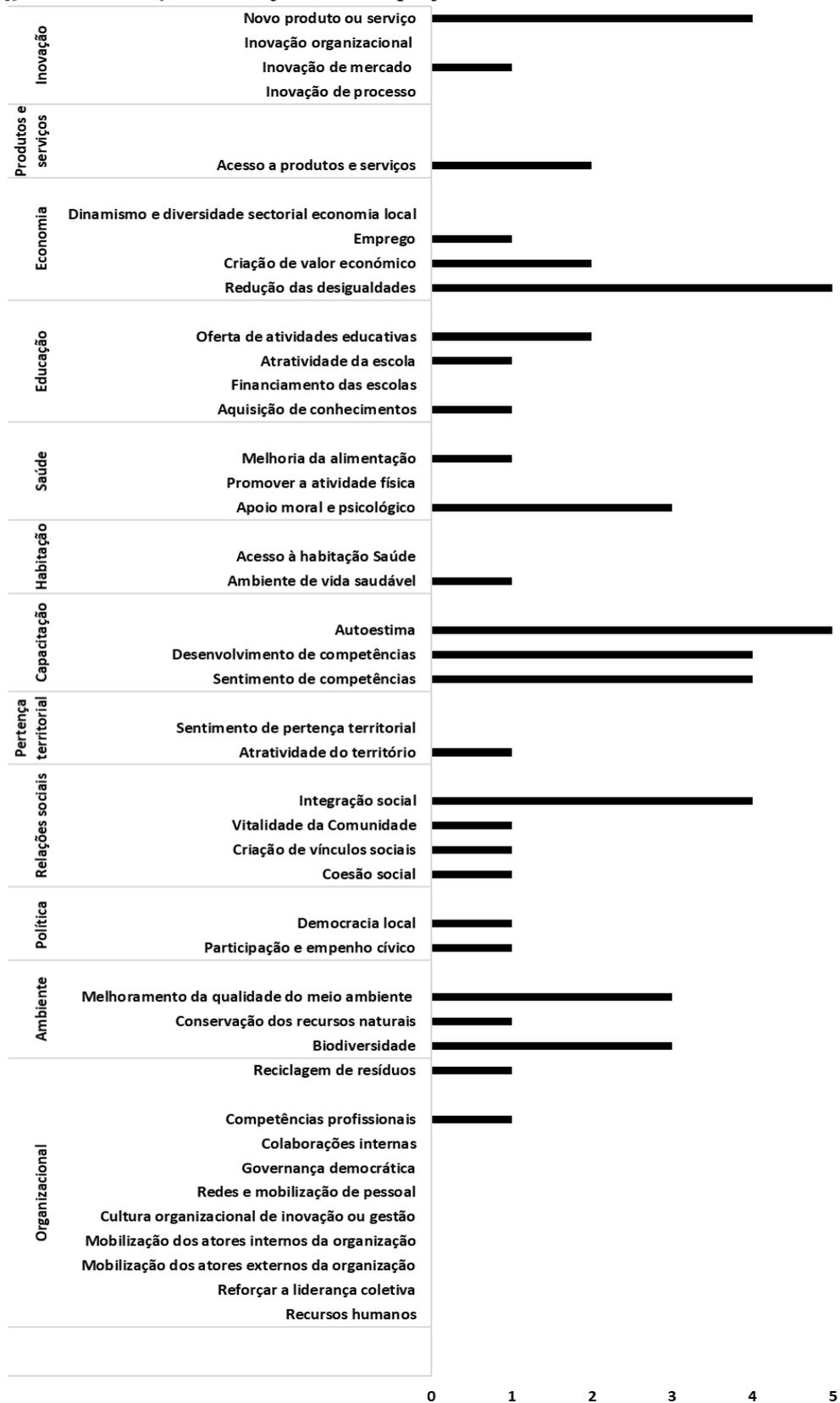
Tabela 16 Classificação das entidades objeto de questionário

<i>Tipo de entidade</i>	<i>Nº de entidades</i>	<i>Projeto</i>	<i>Área de intervenção principal das entidades</i>
Educação e Investigação	1	Crowd access report	Apoio a portadores de deficiência
Participação Cívica e Defesa de Causas	1	Sociedade do bem	Educação Ambiental ou Educação para a Cidadania
Saúde	1	Cantinho do cuidador	Saúde
Serviços Sociais	2	ASCTE – Associação Sociocultural Terapêutica de Évora Lavandaria, Loja Mó, Horta dos Sonhos Cercidiana, Projeto raízes	Apoio a portadores de deficiência

Fonte: Autor, com base em questionário.

A materialização dos objetivos dos projetos são os resultados pretendidos por áreas e indicadores específicos. No topo dos objetivos que se pretendem concretizar pelos projetos parceiros da FEA (ver Figura 49), estão a dimensão “económica” com a subcomponente “redução das desigualdades”, e a dimensão “capacitação” com a subcomponente “aumento da autoestima”. A dimensão “relações sociais” com a subcomponente integração social, dimensão “capacitação” com as subcomponentes “sentimento e desenvolvimento de competências”, surgem de seguida. Com a mesma valoração está a dimensão “inovação” com a subcomponente “novo produto ou serviço”.

Figura 49 Materialização dos objetivos dos projetos



Fonte: Autor, com base em questionário.

A área de intervenção principal dos projetos do MIES foi maioritariamente, “Apoio a portadores de deficiência”, seguindo-se “Saúde”, “Iniciativa Lúdica e /ou Cultural e/ou Desportiva”, “Envelhecimento Ativo e/ou Apoio ao Idoso Vulnerável e/ou Combate ao Isolamento”. Em termos percentuais nas zonas Norte, Centro, Alentejo verifica-se que as entidades classificadas como “Serviços Sociais” são as que mais estabelecem parcerias. Os parceiros da Fundação Eugénio de Almeida são entidades classificadas como “Serviços Sociais” (o diminuto número de projetos não releva estatisticamente, sendo apenas indiciador de uma realidade local), seguindo-se “Educação e Investigação”, “Participação Cívica e Defesa de Causas”, “Saúde”. A área de intervenção principal destas entidades inquiridas é maioritariamente “Apoio a portadores de deficiência”, seguindo-se “Saúde” e “Educação Ambiental” ou “Educação para a Cidadania” (ver Tabela 17).

Apesar da irrelevância estatística dos dados, há uma leitura dos factos que não pode deixar de se fazer, que revela um padrão característico das entidades de “Serviços Sociais”. Na sua atividade de gerar bens e serviços de carácter público, revelam uma propensão para novos projetos e atividades e parcerias que resolvam os problemas com que se defrontam.

Tabela 17 Área de intervenção principal dos projetos MIES (2015) e dos projetos proveniente dos laboratórios de inovação da Fundação Eugénio de Almeida

<i>Projetos MIES (2015)</i>	<i>Projetos parceiros da Fundação Eugénio de Almeida</i>
Apoio a portadores de deficiência (12%)	Apoio a portadores de deficiência 3 (60%)
Saúde (10%)	Saúde 1 (20%)
Iniciativa Lúdica e/ou Cultural e/ou Desportiva (8%)	Educação Ambiental ou Educação para a Cidadania 1 (20%)
Envelhecimento Ativo e/ou Apoio ao Idoso Vulnerável e/ou Combate ao Isolamento (7%)	

Fonte: Autor, com base em MIES (2015).

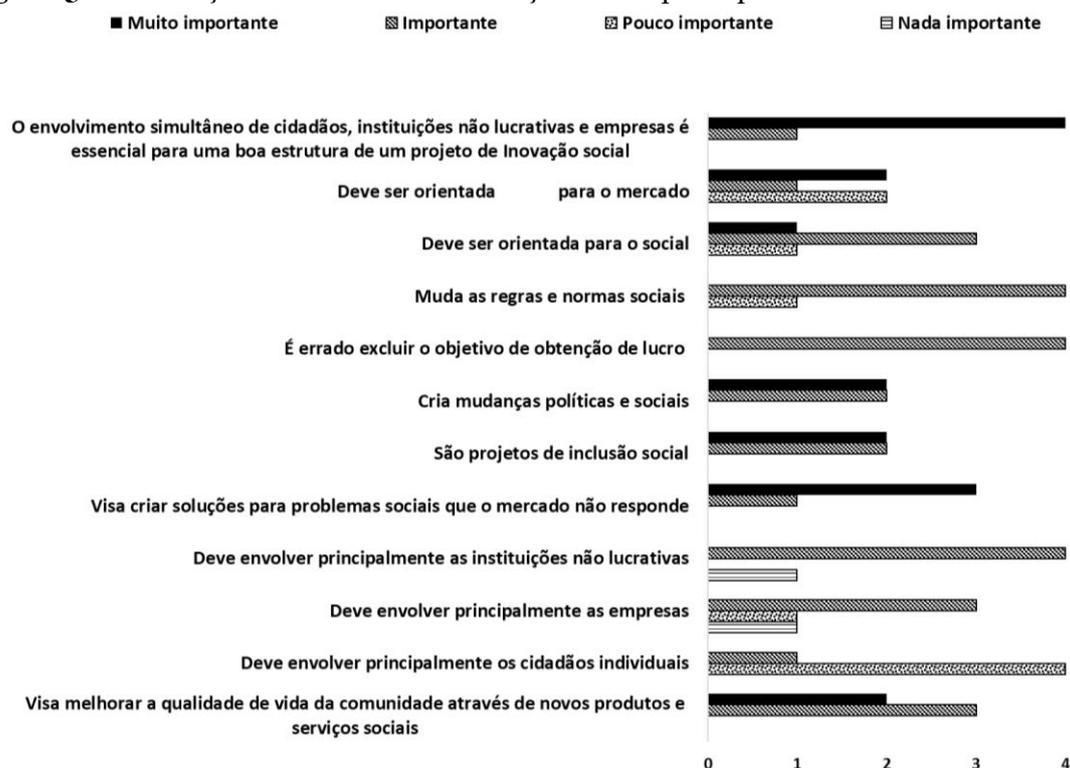
A diminuta dimensão numérica e a dimensão local dos projetos parceiros da Fundação Eugénio de Almeida, quanto a nós, reflete uma realidade mais vasta, sendo a realidade de entidades como as entidades de “Serviços sociais”. Consideramos o universo aqui estudado como um exemplo de um contexto mais alargado. Através das suas atividades estas entidades procuram em colaboração com outras a resolução de problemas concretos. Procuram igualmente diversificar os apoios de modo a encontrarem formas de sustentação alternativas. Também ao participarem nestes projetos procuram atividades criativas e inovadoras que maximizem o seu poder interventivo.

6.4 Contexto, conceito de inovação e motivações para os projetos

O conceito de inovação social tem aceções distintas, sendo utilizado com objetivos distintos, como tal é relevante compreender as representações que as entidades têm implícitas sobre este conceito. Assim podemos desintrincar alguns dos aspetos motivadores das ações das entidades parceiras da Fundação Eugénio de Almeida (ver Figura 50). Verificou-se que em termos de representações que contribuem para este conceito, se considera “muito importante” que o envolvimento simultâneo de cidadãos, instituições não

lucrativas e empresas é essencial para uma boa estrutura de um projeto de inovação social. Salienta-se em segundo lugar que é igualmente “muito importante” a intenção expressa de criar soluções para problemas sociais que o mercado não responde. Em seguida surge-nos a noção de que é “importante” envolver principalmente as instituições não lucrativas, sendo errado excluir o objetivo de obtenção de lucro, a mudança das regras e normas sociais é igualmente “importante”.

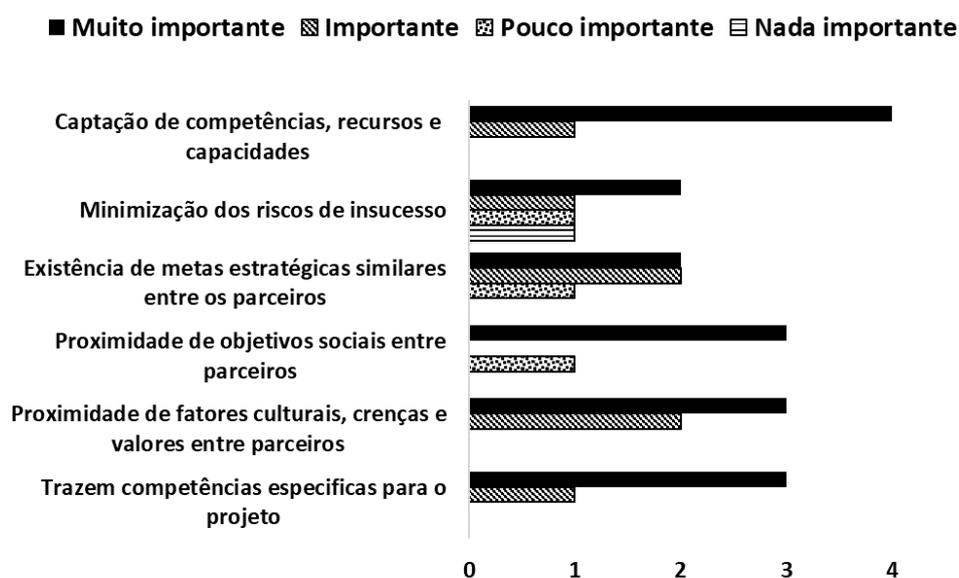
Figura 50 Construção do conceito de inovação social pelos parceiros da FEA



Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 1).

A área geográfica de intervenção das entidades apoiadas pela Fundação Eugénio de Almeida é o Concelho de Évora, sendo naturalmente a área geográfica de abrangência dos projetos analisados. A duração prevista dos projetos é a seguinte: três estão a decorrer sem prazo de finalização, dois não estão ativos por questões financeiras e de recursos humanos.

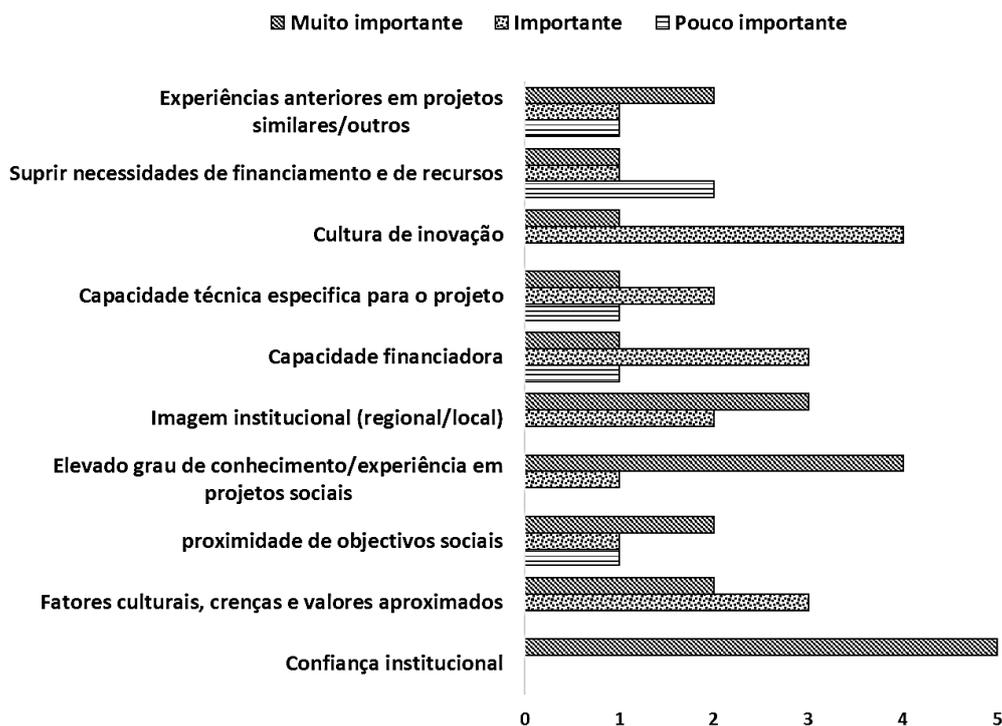
Quanto à importância que as entidades parceiras da FEA atribuem aos aspetos relativos à escolha dos parceiros neste tipo de projetos, podemos afirmar em termos introdutórios o seguinte: a escolha dos parceiros é fundamental para o sucesso do projeto, as motivações para se estabelecerem parcerias são identificativas e clarificadoras de um futuro processo evolutivo com determinada direção (ver Figura 51). Igualmente é sintomático das necessidades institucionais e dos resultados concretos que se pretendem obter para a instituição e projeto. Face à questão colocada relativa à escolha dos parceiros neste tipo de projetos, verifica-se que para essa escolha é “muito importante” para a maior parte dos projetos a captação de competências, recursos e capacidades. Neste âmbito, é de salientar que surge igualmente classificado como “muito importante”, se bem que ligeiramente abaixo as seguintes asserções: trazem competências específicas para o projeto, proximidade de objetivos sociais entre parceiros.

Figura 51 Motivação para a escolha de parceiros para o projeto

Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 5).

Quando perguntado diretamente sobre os aspetos motivadores da parceria com a Fundação Eugénio de Almeida, - não obstante serem compostos por motivações múltiplas – consideramos que são definidores do conceito, imagem exterior e capacidades percecionadas da Fundação Eugénio de Almeida (ver Figura 52). Os aspetos motivadores da parceria são fundamentalmente a confiança institucional, surgindo-nos unanimemente classificada como fator “muito importante”. Em termos de resposta, embora com a classificação de “importante” constata-se que a cultura de inovação assume um valor abaixo como aspeto motivador. Igualmente com o mesmo valor, mas com a classificação de “muito importante” surge-nos o elevado grau de conhecimento/experiência em projetos sociais.

Constatamos que quando perguntado sobre se existe um plano de trabalho concreto entre parceiros, com ações, atribuições de tarefas, reuniões, nos surge unanimemente a afirmação “concordo”. Igualmente em termos unânimes e em resposta à questão se outras parcerias são necessárias nos surge a resposta “concordo plenamente”.

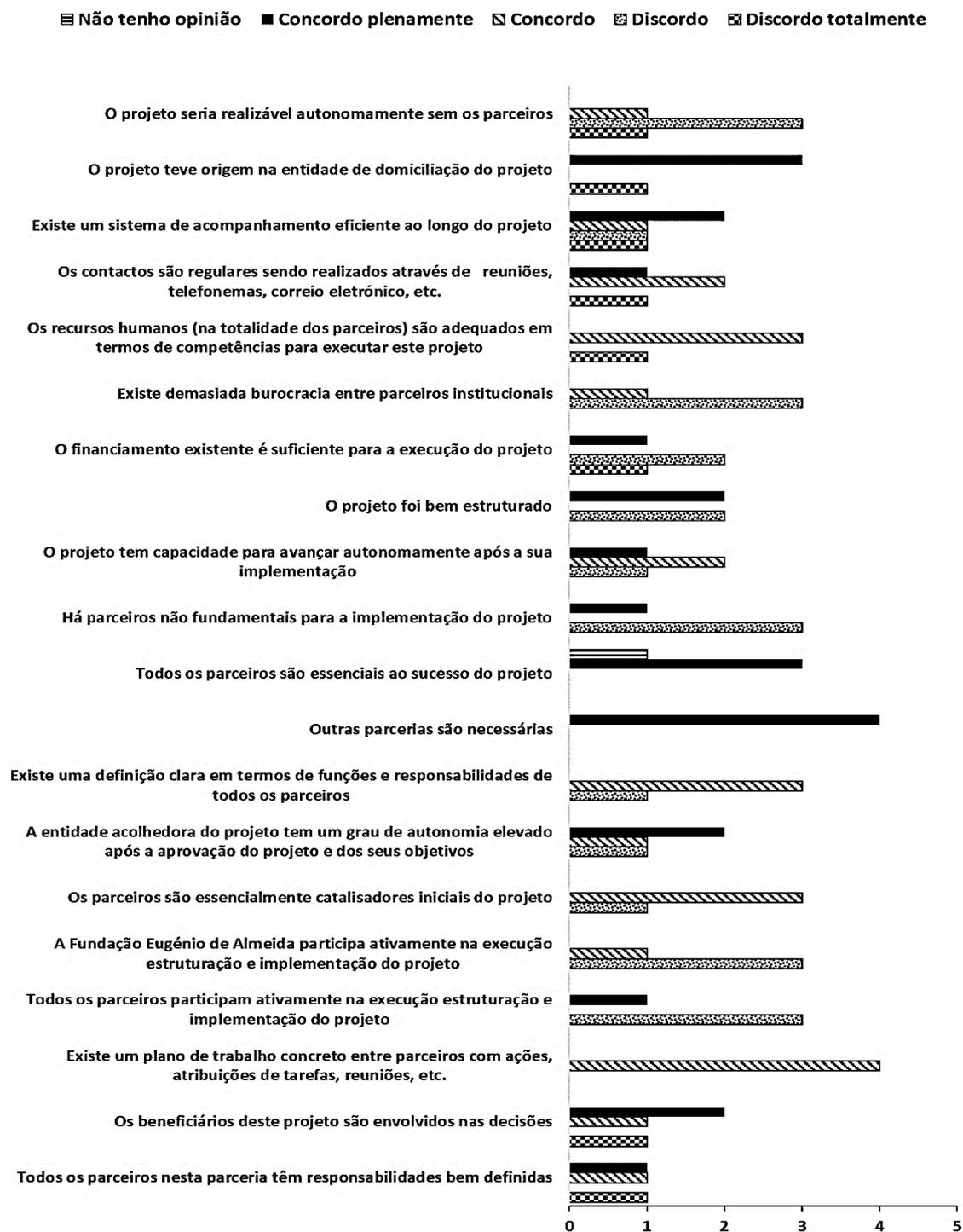
Figura 52 Motivação para a parceria com a FEA

Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 6).

Relativamente às relevantes questões (ver Figura 53): a Fundação Eugénio de Almeida participa ativamente na estruturação e execução³³, do projeto e todos os parceiros participam ativamente na execução, estruturação e implementação do projeto surge-nos a resposta “discordo”. Perguntado se todos os parceiros são essenciais ao sucesso do projeto surge-nos a resposta com a mesma importância valorativa anterior, “concordo plenamente”.

³³ Entenda-se implementação como assegurar por diversos meios a realização de algo por meios que podem não ser diretos, por exemplo ações com origem externa facilitadoras do funcionamento das instituições e projetos. Reservando-se o termo execução para a gestão diária e direta dos projetos.

Figura 53 Aspetos relativos às parcerias estabelecidas



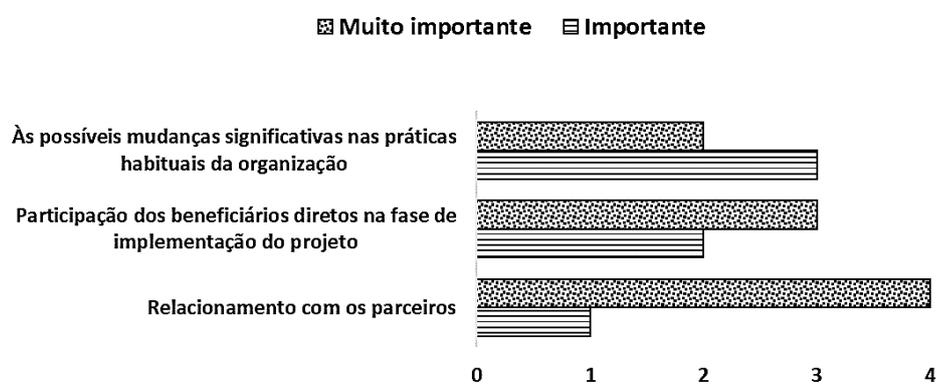
Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 7).

Quanto às questões colocadas sobre se o projeto seria realizável autonomamente sem os parceiros, se existe demasiada burocracia entre parceiros institucionais e se há parceiros não fundamentais para a implementação do projeto, as entidades responderam “discordo” (ver Figura 53).

Face à questão sobre se o projeto teve origem na entidade de domiciliação do projeto a resposta obtida com valor igual à anterior, “concordo plenamente”. Igualmente com a mesma dimensão valorativa foi a resposta “concordo” à pergunta sobre se os recursos humanos (na totalidade dos parceiros) são adequados em termos de competências para executar este projeto.

Outro fator considerado “muito importante” foi o relacionamento entre parceiros, respondido assim em termos valorativos mais relevantes (ver Figura 54). Em resposta à questão se a participação dos beneficiários diretos na fase de implementação do projeto surge-nos a resposta “importante” em valores imediatamente abaixo. Com o mesmo valor surge a resposta “importante” relativamente às possíveis mudanças significativas nas práticas habituais da organização.

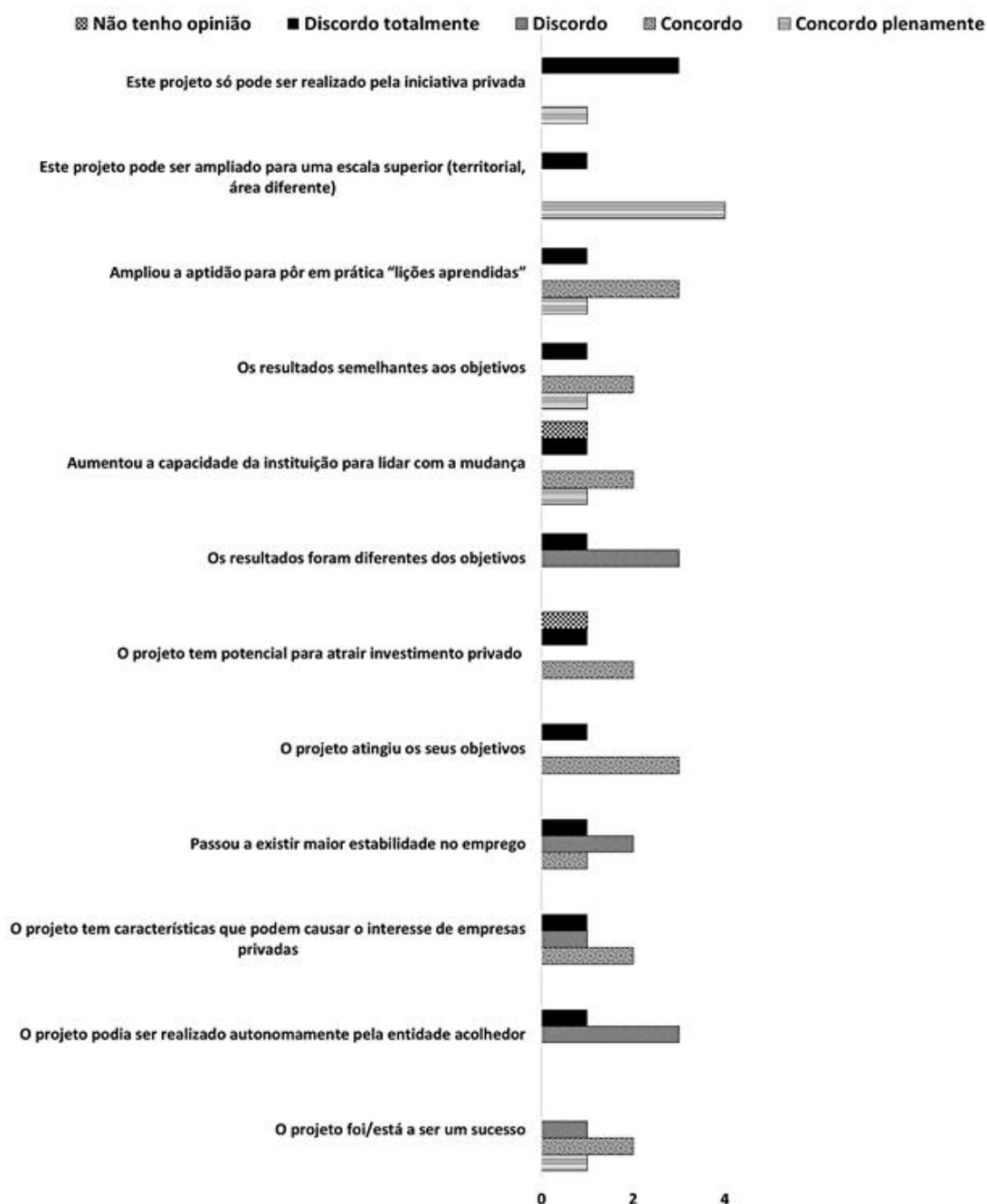
Figura 54 Aspetos relativos a práticas institucionais



Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 8).

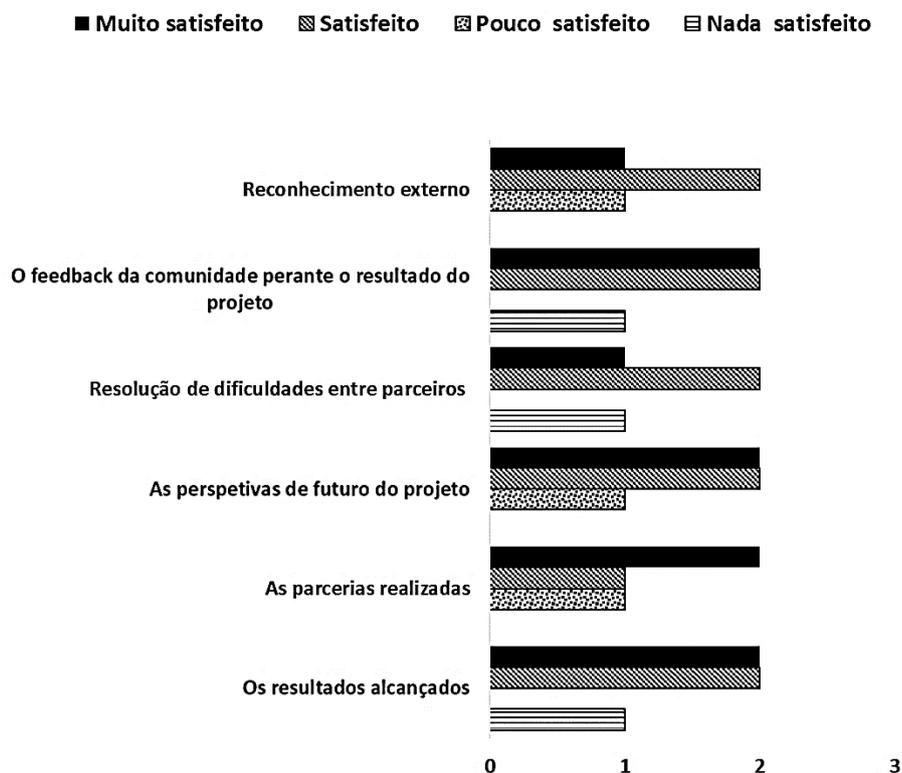
Perguntado se o projeto pode ser ampliado para uma escala superior (territorial, área), a resposta relevante que foi maioritariamente respondida foi “concordo plenamente”. Relativamente à questão se o projeto só pode ser realizado pela iniciativa privada, a resposta maioritária foi “discordo totalmente” (ver Figura 55). Valorativamente igual foram as questões sobre se ampliou a aptidão para pôr em prática “lições aprendidas” e se o projeto atingiu os seus objetivos com a resposta “concordo”.

Figura 55 Aspectos relativos ao projeto



Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 9).

Relativamente aos critérios reconhecimento externo, feedback da comunidade perante o resultado do projeto, resolução de dificuldades entre parceiros, perspetivas de futuro do projeto, 2 projetos tiveram a resposta "satisfeito" (ver Figura 56). Em outros dois projetos, os resultados alcançados, as perspetivas de futuro do projeto, foi obtida a resposta "muito satisfeito". "Nada satisfeito" foi dada uma resposta respetivamente ao feedback da comunidade perante o resultado do projeto, à resolução de dificuldades entre parceiros e aos resultados alcançados nos surge unanimemente a afirmação "concordo". Igualmente em termos unânimes e em resposta à questão se está satisfeito com as parcerias realizadas nos surge a resposta "muito satisfeito" e "satisfeito" em duas respostas consecutivamente.

Figura 56 Avaliação de caráter geral acerca do projeto

Fonte: Autor, com base em questionário (Questão 10).

6.5 Benefícios comuns das parcerias

Numa análise fina, Jane e Zadek (2000:26) referem que é possível apontar oito tipos de benefícios potenciais da participação em novas parcerias sociais. Vamos desenvolver quatro desses oito benefícios, que consideramos mais relevantes e que estão presentes nos resultados do nosso estudo.

(i) “Desenvolvimento do capital humano, criando novas oportunidades de formação, mentoria, intercâmbios, programas de incentivo, sensibilização, desenvolvimento de liderança e voluntariado” (Jane e Zadek, 2000:27). O trabalho da Fundação nestes aspetos está materializado nas parcerias analisadas, e também na globalidade do trabalho desenvolvido, gerando um *feedback* positivo nas entidades locais.

(ii) “Melhorar a eficiência operacional para alcançar uma redução de custos, aumento do processo de eficiência e melhor prestação de serviços” (Jane e Zadek, 2000:27). Esta questão relativa ao saber fazer para obter melhores resultados é traduzida na classificação de “muito importante” relativa ao elevado grau de conhecimento/ experiência em projetos sociais que a Fundação detém. Igualmente se faz sentir na própria Fundação pelas entidades com quem faz parcerias no âmbito das redes.

(iii) “Melhor acesso à informação” (Jane e Zadek, 2000:27). Relativamente a este tipo de benefícios surge-nos o simples facto de as entidades participarem nos projetos formativos promovidos pela Fundação Eugénio de Almeida. Essas entidades locais, buscam a melhor informação através de atividades formadoras com entidades externas.

(iv) “Inovação organizacional, ajudando as instituições a desenvolver novas maneiras criativas de funcionamento para aproveitar as oportunidades e resolver desafios complexos” (Jane e Zadek, 2000:27). Estes benefícios são materializados ao serem realizados projetos com objetivos direcionados para questões complexas, por exemplo com objetivos económicos com a “redução das desigualdades”, a “capacitação” com o “aumento da autoestima”. A dimensão “relações sociais” com a subcomponente integração social, dimensão “capacitação” com as subcomponentes “capacitação” “sentimento” e “desenvolvimento de competências”, a dimensão “inovação” com a subcomponente “novo produto ou serviço”. Os projetos de inovação social pela sua natureza e necessidades ao desenvolverem-se motivam a inovação organizacional ao interagirem com as estruturas das organizações, originando igualmente novas capacidades institucionais ao apontar para novos objetivos. No questionário aos projetos surge-nos distintamente a classificação “importante” relativamente às possíveis mudanças significativas nas práticas habituais da organização, revelando assim a existência de reconhecimento da capacidade de mudança organizacional que os projetos trazem.

6.6 A relação FEA /entidades parceiras

Devido à importância da relação FEA /entidades parceiras, sumariam-se desde já alguns aspetos conclusivos, relativos ao tema principal do capítulo, salientando a relevância conclusiva para os objetivos do nosso trabalho.

Podemos salientar os seguintes aspetos relativos à FEA e às entidades parceiras de projeto. Em síntese, foi verificado a existência de:

- i. Uma posição de concordância das entidades parceiras da FEA com a da necessidade da diversidade de entidades para atingir o sucesso em termos de projeto.
- ii. Nas entidades parceiras da FEA a ideia de lucro não é excludente ou impeditiva da consecução dos objetivos (predominantemente sociais nestes casos).
- iii. A obtenção de competências, recursos e capacidades surge como propósito expresso das entidades parceiras da FEA
- iv. A participação mais ativa da FEA na execução, estruturação e implementação do projeto é desejável pelos parceiros devido à sua experiência em projetos, assim como de todos os parceiros envolvidos nos projetos.
- v. Verifica-se uma postura de abertura ao exterior e uma tomada de consciência da limitação de capacidades e meios quer nas entidades parceiras, quer na FEA.
- vi. Verifica-se a necessidade expressa pelas entidades parceiras de que tem de existir alguma proximidade de objetivos sociais entre parceiros para a realização dos projetos.
- vii. A confiança institucional que existe acerca da FEA surge como um fator positivo, sendo relevante no contexto geral.
- viii. Relativamente a participação em redes verifica-se que a FEA reconhece a sua importância, uma vez que está presente em três níveis de redes.
- ix. Em termos de direcionamento atividades para um objetivo comum e coordenação com outras entidades envolvendo a troca de informações, as

intenções expressas e as práticas realizadas pela FEA, verifica-se serem pontos positivos da sua atuação institucional.

- x. Em termos de cooperação, esta envolve a intervenção na gestão das atividades e partilha efetiva de recursos institucionais. E requer uma quantidade significativa de tempo e uma presença mais constante. Verifica-se a necessidade da presença mais efetiva da FEA nestas questões, sendo desejável pelas entidades parceiras.
- xi. Além dos quatro itens referidos acima, existe a questão da colaboração, entendendo-a como o reforço da capacidade do outro parceiro para o benefício mútuo tendo um propósito comum. Quanto a este aspeto verifica-se uma prática já consolidada institucionalmente da FEA, nomeadamente nas iniciativas de formação.

6.7 Síntese

Conclui-se neste capítulo que a perspetiva institucional de inovação social da FEA advém de um passado de intervenção social na sociedade local. O presente da instituição assume uma vontade de favorecimento de dinâmicas e atividades no âmbito da IS. A sua ação socorre-se de entidades externas ao seu espaço de intervenção, nomeadamente através da sua integração em redes de diverso âmbito e dimensão. Esta pesquisa mostra que os projetos patrocinados pela FEA e as entidades em que é parceira são genericamente de apoio social. A área geográfica das entidades apoiadas é o Concelho de Évora, assim como a área de abrangência dos projetos analisados. Com base nos resultados desta pesquisa, pode-se concluir que as entidades parceiras relativamente ao seu conceito de IS consideram que o envolvimento simultâneo de cidadãos, instituições não lucrativas e empresas é essencial para uma boa estrutura de um projeto de inovação social. Os projetos servem como meio de captação de recursos, capacidades e competências. Existe igualmente uma confiança institucional na FEA que advém do seu conhecimento e experiência.

Capítulo 7 - Conclusões e recomendações

Tendo sido apresentados os resultados analíticos da nossa investigação, em termos conclusivos devemos referir que nas anteriores etapas deste estudo, direta ou indiretamente, foram sendo respondidas questões expressas e decorrentes dos objetivos de início definidos. Esta dissertação procurou definir inovação social, o seu âmbito e elementos caracterizadores, chegando-se à conclusão do seu atual estado evolutivo em termos conceptuais e perspectivas diversas. Verifica-se a não estabilização do conceito, o que leva a diversas interpretações condicionadoras, pois excluem ou incluem ações concretas tidas genericamente como inovação social. Essas diversas interpretações dificultam assim o papel dos investigadores e dos diversos atores, incluindo aqueles que são responsáveis pelas políticas públicas. O conceito de inovação social avançado por Bouchard (2011) é aquele que nos parece melhor representar o âmbito deste trabalho.

De acordo com o problema de investigação definido, que visava conhecer qual o contributo da FEA na definição de um modelo institucional de âmbito regional, construímos um percurso investigativo que abarcou diversificadas fontes e métodos. Investigámos os conceitos, atores, instituições relacionadas com a IS, analisámos as políticas públicas e financiamentos, o Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, e a ação da FEA em IS através de técnicas de entrevista e questionários aos projetos apoiados. Neste ponto não podemos deixar de destacar o importante contributo que a análise do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social nos possibilitou, como forma de estabelecer padrões e direções de ação em IS. Esses padrões e direções de ação permitiram-nos posteriores comparações e conclusões que, servindo os objetivos deste trabalho, transcendem em larga medida o âmbito desta dissertação em particular, podendo ajudar a entender a IS num contexto mais vasto.

Esta dissertação mostra evidências do importante papel das organizações sem fins lucrativos, pois são a maior parte das entidades que promovem os projetos de IS. Devemos, no entanto, referir que cerca de um terço das entidades são de outro tipo, sendo privadas, estatais e autárquicas, com uma diminuta representação das empresas sociais. Estes resultados sugerem que, em termos de IS, ou existe um condicionamento da ação pela realidade institucional presente nas regiões, isto é, pela tipologia das entidades existentes, ou há um entendimento concreto pelas instituições que fomentam a IS e posto em prática, definindo em que entidades a IS deve ter origem. A verificar-se a última parte da anterior afirmação, a IS poderá servir exclusivamente para intervir junto dos grupos apoiados por estas entidades, de uma forma delimitada e circunscrita. Assim será em oposição àqueles autores, entidades e responsáveis pelas políticas públicas que defendem a IS como um processo que visa uma mudança social alargada, que envolve processos que decorrem transversalmente à sociedade, abrangendo uma variedade de tipologias de entidades. Esta é uma área que destacamos para futuras investigações, questionando se a IS praticada é fruto de condicionamentos da tipologia de entidades e seus contextos, ou se de conceitos de IS assumidos por essas entidades enquadradas por determinantes político-institucionais. Estudos futuros devem esclarecer estes e outros condicionalismos da IS.

Relativamente às organizações sem fins lucrativos verifica-se que as entidades do tipo “Serviços sociais” estão presentes como promotores com o mais elevado número dentre

todas as tipologias de entidades analisadas no total das regiões analisadas. Nas regiões Norte, Centro e Alentejo, as entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Entidades do estado” são as mais escolhidas como entidades parceiras dos projetos de IS. Este resultado pode-nos levar à percepção de uma vontade assim expressa de garantir a segurança dos projetos, visto serem entidades estáveis institucionalmente. O suporte de uma entidade municipal ou estatal tem características, objetivos e tempos de ação diversos que outro tipo de entidades. Igualmente a sua presença no território é permanente, tendo como objetivo natural beneficiar os munícipes e cidadãos.

As “empresas privadas” como parceiras surgem bem classificadas, sendo potencialmente um meio para fortalecer o projeto numa perspectiva de dinâmica empreendedora e diminuição de riscos. Existem assim projetos de IS onde coexistem entidades públicas e privadas, concorrendo assim para combater a referida incerteza dos resultados. Na região de atuação da FEA, o concelho de Évora, as entidades promotoras de projetos de IS do tipo organizações sem fins lucrativos representam cerca de dois terços das entidades; esta realidade ao nível regional revela uma similitude com o total encontrado relativo às regiões analisadas. No entanto, na região Alentejo existe um cambiante a considerar pois “Desenvolvimento e Habitação” lidera o número de projetos de IS como tipologia de entidade promotora quase em igualdade com a soma dos projetos originários das “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” com “Serviços Sociais”. Este facto poderá estar relacionado com a realidade associativa existente no Alentejo, visto as entidades de “Desenvolvimento e Habitação” presentes serem fundamentalmente associações de vários tipos. Nomeadamente associações culturais e de desenvolvimento socioeconómico.

Tendo em vista os aspetos observados, a anterior constatação é interessante para a construção de um modelo de inovação social na região Alentejo. Segundo Coelho (2008:4) as associações “são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania”. No nosso entender, e tendo em conta o peso das associações em termos de projetos de inovação social, estas podem trazer o envolvimento com a comunidade. Igualmente podem originar a diversidade temática de projetos que refletirá a diversidade de tipologia associativa existente. O número quase similar de projetos das entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia” e “Serviços Sociais” pode antever as potencialidades e características da IS na região Alentejo. Este facto sugere-nos que a IS na região Alentejo tende a ser mais de carácter participativa, com um suporte institucional estável dado pelas entidades “Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia”, visto serem as entidades que mais apoiam projetos como não promotoras. Em face do apresentado percebe-se que no Alentejo - não minorando a importância dos “Serviços Sociais” - existe uma deriva dos dados comparando com a totalidade as regiões, ligando a IS praticada a um conceito mais abrangente de mudança.

O financiamento é sempre um condicionador da ação, indicando pela sua origem e propósitos concretos. Em frequência de formas de financiamento (dados MIES) nas regiões Norte, Centro e Alentejo “(Filantropia) ou financiamento institucional” surge em primeiro lugar, segue-se com valores próximos “Fontes de cash flow”. Julgamos existir uma certa dependência financeira das instituições “(Filantropia) ou financiamento institucional”, visto percecionamos, não tendo forma neste estudo de demonstrá-lo, que os valores dispensados por este tipo de instituições nas três regiões são uma grande percentagem do financiamento

individual dos projetos. Não temos dados para corroborar esta afirmação, no entanto ao analisarmos os projetos apoiados pela FEA verificámos o peso deste apoio institucional. Todavia, surge-nos igualmente a vontade institucional de autonomia de financiamento através de ações concretas geradoras de fundos. Na região Alentejo (dados MIES) esta situação inverte-se surgindo “Fontes de cash flow” em primeiro lugar enquanto fonte de financiamento dos projetos de IS. Este facto pode ser um fator diferenciador relativamente a uma vontade de mudança mais vincada e autónoma, expressa assim relativamente a dependências financeiras. A estas dependências financeiras acrescenta-se o tempo limitado de execução e uma necessidade de autonomia dos projetos para se compreender e fomentar pelas entidades “Fontes de cash flow” como fonte de financiamento visando uma ação mais independente. Infelizmente, a natureza dos dados não nos permite determinar volumes de financiamento, só nos permitindo determinar o número de ocorrências.

Da análise à área de intervenção principal dos projetos nas regiões Norte, Centro e Alentejo verifica-se que “Apoio a portadores de deficiência” seguido por “Saúde” ocorrem em mais elevado número. Em termos de área de intervenção principal dos projetos na região Alentejo verifica-se que “Desenvolvimento Comunitário Agrícola” e “Indústria Alimentícia” são áreas de intervenção principal na maior parte dos projetos. Este facto aparentemente surpreendente apoia-se nos projetos ligados ao turismo, aproveitamento de produtos alimentares de recolha no campo (micológicos) e agricultura biológica. Deve-se acrescentar que alguns projetos não tipificados como os anteriores também têm uma forte componente agrícola, mas estão ligados a áreas de intervenção principal mais específicas das entidades de “Serviço social”.

O Alentejo, com as suas particularidades ambientais, geográficas, institucionais e sociais revelou neste estudo projetos de IS com as temáticas agrícola, ambiental e turismo. As iniciativas de IS na região Alentejo refletem as suas particulares características, o que não é surpreendente, sendo até espetável. Com os resultados de IS na região Alentejo, aqui expostos, verifica-se que foram usadas as soluções possíveis e meios existentes para resolver questões específicas. Isto é, a IS praticada foi realizada com as associações da região, os temas são maioritariamente temas relacionados com o desenvolvimento comunitário, agrícola e indústria alimentícia.

Com as conclusões anteriores, produto da nossa investigação podemos melhor compreender as iniciativas de IS, suas soluções inovadoras e sustentáveis encontradas pelos atores regionais, tópico presente sendo um dos nossos objetivos.

Um dos propósitos principais desta dissertação foi caracterizar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida de apoio à IS. Tendo em conta o que foi observado respeitante à relação FEA e entidades parceiras percebe-se que a abordagem de IS realizada pela FEA é multidisciplinar, tendo componentes acentuadamente de base territorial (intenções, espaços, resposta a solicitações, etc.). A FEA tem igualmente um percurso institucional com trabalho já realizado com agências, plataformas e entidades em IS. Os projetos parceiros têm características que confirmam esses aspetos relativos à instituição de suporte. Em verdade, podemos verificar que subsiste a dependência externa de outras entidades para elaborar ações mais concretas e direcionadas, por exemplo atividades formativas, dentro do campo da IS, como por exemplo os já referidos laboratórios de inovação. Há capacidade institucional em termos de estabelecimento de plataformas colaborativas entre entidades, em

contextos e áreas mais diversificadas de que as já existentes. Subsiste, contudo, uma predisposição para ligações com entidades ligadas ao social. Esta predisposição é originária certamente de uma notoriedade institucional assente no percurso da FEA ligada aos aspetos sociais, e a uma atitude culturalmente inovadora da FEA desde a sua origem. Estes factos contribuem para a facilidade de interação com determinados atores e para a mobilização de recursos externos

Em suma, verifica-se que a FEA tem um capital social importante, que é presentemente consolidado através das relações da sua rede social formal e informal construída ao longo do tempo. Duas conclusões preliminares parecem destacar-se;

- i As elevadas expectativas dos parceiros da FEA que são promotores de projetos de IS, que decorrem da confiança na instituição.
- ii A necessidade de a Fundação Eugénio de Almeida continuar a desenvolver ações e projetos de acordo com o capital social adquirido.

Em termos de características institucionais verifica-se uma conveniente localização geográfica de centralidade na região Alentejo. A existência de recursos financeiros resultado das atividades produtivas da Fundação Eugénio de Almeida é um fator de vantagem estratégica em termos de sustentação de ações. Por outro lado, existe possibilidade efetiva de novas necessidades sociais ocorrerem que confirmem e ampliem a necessidade de IS. Assim, verifica-se que o percurso institucional da FEA segue uma direção que vai de iniciada nos temas da IS a promotora, com as condicionantes por nós descritas.

Ao se examinarem as atividades de IS resultado das parcerias, verifica-se que existem dificuldades em demonstrar efeitos palpáveis a curto e médio prazo devido aos resultados se fazerem sentir nas organizações/indivíduos de destino para além da avaliação dos resultados no fim das atividades promovidas. As limitações temporais e orçamentais dentro de cada projeto são igualmente um fator fortemente condicionante e limitativo neste tipo de projetos, em termos de implementação do projeto e posterior continuidade.

Em resultado do trabalho desenvolvido ao longo desta dissertação, apresentamos agora algumas sugestões que pensamos poderem contribuir para potenciar o modelo de ação da FEA, em concordância com o contexto de IS existente e o seu potencial de desenvolvimento em termos regionais. Assim:

- i Relativamente às suas atividades de inovação social, parece-nos que seria importante que a Fundação Eugénio de Almeida alargasse o leque institucional de parcerias, envolvendo entidades com uma tipologia mais diversificada. Isso permitiria a realização e fomento de uma IS mais transversal aos diversos setores da sociedade.
- ii Seria importante que a FEA procurasse reforçar as ligações institucionais com entidades do estado³⁴ responsáveis pela promoção da inovação, tendo como objetivo a possível

³⁴ Por exemplo a ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A., que embora tenha responsabilidades como plataforma fomentadora de I&D, Inovação e Empreendedorismo de base tecnológica, nas áreas da Ciência e da Economia pode ter um contributo positivo, nomeadamente nas questões relativas ao “Desenvolvimento Comunitário Agrícola” e “Indústria Alimentícia” que são as áreas de intervenção principal em muitos dos projetos na região Alentejo. Recordamos a seguinte definição como complemento do referido nesta nota e que consta na Tabela 1 Principais definições de inovação social, o foco de cada conceito e as linhas de origem, construída por Boons e Lüdeke-Freund no âmbito Administração e Economia. Os citados autores declaram que a “Inovação social, como inovação ambiental, é vista como uma chave para a criação e transformação de mercados através do desenvolvimento sustentável e é aí que entra o poder transformador de modelos de negócios em jogo.”

contribuição da Fundação Eugénio de Almeida para a definição e apoio de políticas de inovação de âmbito geográfico e temático mais alargado.

- iii Sugere-se a criação de um *Social lab*³⁵, pois os *social labs* não são experiências pontuais como por exemplo o simples apoio a projetos delimitados no tempo, permitindo uma constante intervenção em termos de inovação social. Um *social lab* permitiria manter um nível de experimentação e atuação em contacto permanente e estável com a comunidade, facilitando o desenvolvimento pela Fundação Eugénio de Almeida do seu próprio modelo de inovação social.
- iv Sugere-se a integração de cada valência da Fundação num projeto experimental comum de inovação social, de acordo com a sua missão e valores. O projeto ajudaria a construção de um modelo próprio de inovação social no seio da Fundação Eugénio de Almeida, assim contribuindo para a diminuição da complexidade de articulação da inovação social com os objetivos institucionais setoriais.

Por último, algumas notas sobre as limitações do trabalho e sugestões para investigação futura. A principal limitação deste trabalho é a circunstância de embora os dados relativos ao MIES serem datados e representarem a realidade no tempo concreto da execução do mapeamento, evoluírem constantemente. Contudo, a tipologia de entidades existentes será com elevada probabilidade estável, visto as entidades nas regiões mapeadas dificilmente mudarem em número ou tipo. Outra limitação é o facto das regiões Algarve, Açores e Madeira não estarem mapeadas no MIES, logo os seus projetos não contribuirão para a este trabalho. Relativamente ao questionário, este foi realizado a um número pequeno de entidades o que é sempre limitante, no entanto representa grande parte do universo dos projetos de IS da FEA. Justifica-se assim a utilização deste método, ademais pela informação concisa que foi recolhida nas diversas entidades parceiras.

Consideramos que no futuro será relevante atualizar os dados relativos a novos projetos e avaliar o seu impacto, quer os inventariados pelo MIES, quer os relacionados com a FEA. Como já referido nesta conclusão, a questão das motivações, conceitos e demais condicionantes do tipo de IS praticada será uma área de estudo alargada a explorar em futuras investigações. Atentamos que esta dissertação pode apontar pistas em termos de metodologia de análise da IS.

Este trabalho foi um trabalho que procurou numa fase inicial encontrar caminhos percorridos pelas entidades que praticam a IS, mas não percecionados pela complexidade, variabilidade e dimensão do tema. No início desta dissertação desconhecia-se em termos de dados o que se iria encontrar. Pesquisava-se e encontrava-se muita informação, parte da qual mesmo depois de trabalhada, pode agora em tempo de conclusões, considerar-se excessiva e de apreensão não imediata, mas foi necessária para finalizar este percurso. Refiro por último, que os resultados encontrados incentivaram e despertaram a nossa curiosidade académica. Este foi o nosso caminho.

³⁵ Como é definido por Hassan (2014:3) no livro “The social labs revolution: A new approach to solving our most complex challenges”.

Referências bibliográficas

André, I., Rêgo, P., Pedro-Rêgo, S., & Osório, B. (2014). *Inovação Social no Terceiro Setor - O Distrito de Évora*. Évora, Portugal: Fundação Eugénio de Almeida.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.

Bell, J. (2010). *Doing Your Research Project: A guide for first-time researchers*. UK: McGraw-Hill Education

BEPA (2011). *Empowering people, driving change, social innovation in the European Union*. Luxembourg: EUR-OP.

Bergvall-Kåreborn, B., Eriksson, C. I., Ståhlbröst, A., & Svensson, J. (2009). *A milieu for innovation: defining living labs*. Consultado em 2 julho 2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228676111_A_Milieu_for_Innovation-Defining_Living_Labs

Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1). Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040

Burgess, R. G. (1997). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora Lda.

Cabral, M. R. D. S. (2014). *Avaliação Financeira da Área Produtiva da Fundação Eugénio de Almeida*. Relatório de estágio de Mestrado em Gestão. Universidade de Évora. Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11156?mode=full>

Caulier-Grice, J., Davies, A., Patrick, R., & Norman, W. (2012). *Defining social innovation. A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe"* (TEPSIE), European Commission–7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research.

Coelho, S. L. (2008). *Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*. (working paper). Universidade do Porto. Porto, Portugal. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>

Davies A., Mulgan G., Norman W., Pulford L., Patrick R. & Simon J. (2012). *Systemic Innovation*. The Social Innovation Europe initiative (SIE). European Commission's DG Enterprise and Industry. Disponível em: https://www.siceurope.eu/sites/default/files/field/attachment/SIE%20Systemic%20Innovation%20Report%20-%20December%202012_1.pdf

Dawson, S. (1992). *Analysing organisations*. London: The Macmillan Press Ltd.

Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53.

Dooley, L. M. (2002). Case study research and theory building. *Advances in Developing Human Resources*, 4(3), 335-354. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1523422302043007>

Drucker, P. F. (2011). *The age of discontinuity: guidelines to our changing society*. New Brunswick, U.S.A.: Transaction Pubs.

Edmiston, D. (2015). *EU Public Policy, Social Innovation and Marginalisation: Reconciling ambitions with policy instruments*. CRESSI Working Papers. Disponível em http://eureka.sbs.ox.ac.uk/5949/1/CRESSI_Working_Paper_18_EU_Social_Innovation_Policy_Edmiston.pdf

Edwards-Schachter, M., & Wallace, M. L. (2017). ‘Shaken, but not stirred’: Sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 119, 64-79.

European Commission (2007). *EU Research on Social Sciences and Humanities. Social innovation, governance and community building SINGOCOM Final report* (coord.) Frank Moulaert. Disponível em https://cordis.europa.eu/docs/publications/1001/100123951-6_en.pdf

European Commission (2013). *Social innovation research in the European Union: Approaches, findings and future directions*. Policy Review. Directorate-General for Research & Innovation. Disponível em <http://www.transitsocialinnovation.eu/resource-hub/social-innovation-research-in-the-european-union--approaches-findings-and-future-directions--policy-review>

European Commission (2017). *Social Innovation*. Consultado em 9 dezembro 2016. Disponível em: http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/policy/social_pt

Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M., & Salamon, L. M. (2005). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Porto, Portugal: Uniarte Gráfica.

Fundação Eugénio de Almeida (2016a). *Missão, Visão e Valores*. Consultado em 5 junho 2016. Disponível em <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/missao/11.htm>

Fundação Eugénio de Almeida (2016b). *Estatutos*. Disponível em <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/files/05b3b71f56a6f36249dfc8f5669d6f345b783ce7.pdf>

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1995). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras. Celta Editora.

Government of Canada (2010). “Social Innovation”: What Is It? Who Does It? Social Policy Research Brief. Disponível em <http://www.horizons.gc.ca/sites/default/files/Publication-alt-format/2010-0032-eng.pdf>

Harris, N., & Van den Broeck, P. (Eds.). *The Routledge Handbook of Planning Research Methods* (87-106). New York: Routledge.

Hassan, Z. (2014). *The social labs revolution: a new approach to solving our most complex challenges*. San Francisco Calif.: Berrett-Koehler.

Hassan, Z. (2015). *The Social Labs Fieldbook: A Practical Guide to Solving Our Most Complex Challenges*. Disponível em <http://bluesolutions.info/images/Social-Labs-Fieldbook-D11.pdf>

Jane, N., & Zadek, S. (2000). *Partnership alchemy: New social partnerships in Europe*. Copenhagen: Copenhagen Centre. Disponível em http://portals.wi.wur.nl/files/docs/msp/Partnership_Alchemy.pdf

Laboratório de Investimento Social (2014). *Títulos de impacto social*. Disponível em: <http://grupodetrabalho.investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/08/RN3-PT.pdf>

MacCallum, D. (2013). Introduction: the institutional space for social innovation. In Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood A. & Hamdouch, A. (Eds.). *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research* (343-345). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.

MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier J., Haddock, S. (2009). Introduction. In Moulaert, F., MacCallum, D., Hillier, J., & Vicari, S. (Eds.). *Social Innovation and Territorial Development* (3-8). Farnham, Burlington Surrey, England. Ashgate Publishing, Ltd.

Martinelli, F. (2012). Social innovation or social exclusion? innovating social services in the context of a retrenching welfare state. Potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. In Franz, H., Hochgerner, J., Howaldt, J. (Eds.). *Challenge Social Innovation* (169-180). Heidelberg, New York, Dordrech,t London: Springer.

Martins, S. R. O. (2016). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3 (5).

MIES (2013a). *Como funciona?* Consultado em 20 maio 2016. Disponível em <http://www.mies.pt/index.php/pt/o-mies/como-funciona>

MIES (2013b). *O que é?* Consultado em 20 maio 2016. Disponível em <http://www.mies.pt/index.php/pt/o-mies/o-que-e>

MIES (2015). Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social. Disponível em <https://issuu.com/ipav/docs/livromies>

Moulaert, F., & Mehmood, A. (2014). Towards social holism: social innovation, holistic research methodology and pragmatic collective action. In Silva, E. A., Healey, P.,

Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2008). *La logique sociale du développement territorial*. Québec: Presses de Université du Québec.

Moulaert, F. (2009). Social innovation: institutionally embedded, territorially (re) produced. In Haddock, S. V., MacCallum, D., Moulaert, F., & Hillier, J. (Eds.). *Social Innovation and Territorial Development* (11-23). Ashgate Publishing, Ltd.

Moulaert, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood A. & Hamdouch, A. (Eds.). *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social*

Learning and Transdisciplinary Research (13-24). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969-1990. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/00420980500279893>

Mulgan, G. (2014). *The Radical's Dilemma: an overview of the practice and prospects of social and public labs, version 1*. London: Nesta. Disponível em <https://www.agesic.gub.uy/innovaportal/file/5885/1/el-dilema-del-radical-una-vision-general-de-la-practica-y-las-perspectivas-de-los-laboratorios-sociales-y-publicos.pdf>

Mulgan, G., Simon, S., & Pulford, L. (2011). *Study on Social Innovation for the Bureau of European Policy Advisors*. Young Foundation. Disponível em <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Study-on-Social-Innovation-for-the-Bureau-of-European-Policy-Advisors-March-2010.pdf>

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). *Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Disponível em <http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Social-Innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated-March-2007.pdf>

Mumford, M. D. (2002). Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. *Creativity Research Journal*, 14(2), 253-266. Disponível em http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/S15326934CRJ1402_11

NESTA (2014). *Innovation teams and labs, A Practice Guide*. Disponível em <https://www.nesta.org.uk/toolkit/innovation-teams-and-labs-a-practice-guide/>

Neto, P., Couto, J., & Natário, M. (2009). *Governance and the Determinants of Local Economic Development in Raia Central Ibérica*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/237125166_Governance_and_the_Determinants_of_Local_Economic_Development_in_Raia_Central_Iberica

Nicholls, A., Simon, J., Gabriel, M., & Whelan, C. (2015). Introduction: dimensions of social innovation. In Nicholls, A., Simon, J., Gabriel, M., & Whelan, C. (Eds.). *New Frontiers in Social Innovation Research*, 1-26. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan. UK. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1057%2F9781137506801.pdf>

OECD (2011). *Fostering Innovation to Address Social Challenges*, Workshop Proceedings. Disponível em <https://www.oecd.org/sti/inno/47861327.pdf>

OECD (2017). *LEED Forum on Social Innovations*. Consultado em 3 Junho 2016. Disponível em <http://www.oecd.org/cfe/leed/forum-social-innovations.htm>

Portugal Inovação Social (2017a). *Sobre*. Consultado em 1 janeiro 2016. Disponível em: <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/index.php/sobre/>

Portugal Inovação Social (2017b). *Portugal 2020*. Consultado em 1 janeiro 2016 Disponível em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/index.php/programas-de-financiamento/Portugal>.

Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1996). *The international classification of nonprofit organizations: ICNPO-Revision 1, 1996*. Johns Hopkins University Institute for Policy Studies. Disponível em http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/09/CNP_WP19_1996.pdf

Santos, A. B. M. (2016). *Política pública orientada para a Inovação Aberta: as condições teóricas, contextuais e programáticas para o seu desenho e implementação, no caso português* (Tese de Doutoramento). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12370>

Santos, F. (2016a). *A Importância da Inovação e Empreendedorismo Social para Portugal, i9magazine*. Consultado em 2 janeiro de 2017. Disponível em: <http://portal.i9magazine.pt/importancia-da-inovacao-empendedorismo-social-portugal/>

Santos, M. J. N. & Seabra, F. M. (coord.) (2015). *Inovação social & desenvolvimento: Reflexões e Estudos de Caso*. Lisboa, Portugal: Rh Editora.

The Economist Intelligence Unit (2016). *Old problems, new solutions: measuring the capacity for social innovation across the world. An Economist Intelligence Unit study. social innovation index 2016*. Disponível em: https://www.eiuperspectives.economist.com/sites/default/files/Social_Innovation_Index.pdf

Trinity College of Dublin (S.d.). *Consensus briefing note 1, change labs sites of experimentation for sustainable living*. Disponível em https://www.tcd.ie/Geography/assets/pdf/env_gov/Change_Labs_2014_Brief.pdf

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Santana, Porto alegre, Brasil: Bookman editora.

Anexos

Anexo A Análise da entrevista ao coordenador da área social da FEA

Tabela A1 Enquadramento, blocos da entrevista, objetivos específicos e tópicos a discutir da entrevista da entrevista semiestruturada com Henrique Sim-Sim, Coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida

Enquadramento da entrevista no projeto de investigação	<p>Explicar o modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida. De que forma perceciona a realidade da questão da IS, qual é o seu espaço de intervenção e os seus resultados concretos?</p> <p>O objeto de estudo está inserido dentro da realidade associativa e interventora das instituições como transformadoras de mundos e realidades. Porque o faz e como o faz?</p> <p>O objeto de investigação advém das anteriores interrogações. A entrevista servirá de técnica investigadora desta realidade.</p> <p>Explicar as forças causais de formação do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida.</p> <p>Identificar formas de intervenção e seus resultados práticos.</p> <p>Conhecer as atividades e experiências concretas dentro do tema Inovação Social na FEA.</p>		
Definição dos objetivos da entrevista			
Entrevistado	Henrique Sim-Sim		
Entrevistador	António Carvalho		
Condições logísticas	Gravador áudio.		
Parte introdutória da entrevista	Objetivos específicos	Temas a discutir	Observações
<p>Informação sobre a entrevista e Motivação</p> <p>Perfil pessoal e profissional do(a) entrevistado(a)</p>	<p>Explicar a necessidade da entrevista e motivar o entrevistado para a mesma, estabelecendo empatia entre as partes</p>	<p>a) Informar, em linhas muito gerais, o objetivo do estudo.</p> <p>b) Explicar, em linhas gerais, qual vai ser o decurso da entrevista; - Assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos em entrevista; - Solicitar para gravar a entrevista</p>	<p>- Uso de linguagem agradável, correta e adaptada ao entrevistado</p> <p>- Local da entrevista, Fundação Eugénio de Almeida</p>

Blocos da entrevista	Objetivos específicos	Temas a discutir
<p>Tópico A. Identificação das variáveis que rodeiam a ação da FEA</p> <p>Questões</p>	<p>Explicar as forças causais de formação do modelo de ação da Fundação Eugénio de Almeida.</p> <p>1. Já em 2007 é reconhecido no relatório e contas o grande potencial de intervenção e inovação da Fundação Eugénio de Almeida. Como se iniciou a ligação da Fundação à Inovação Social?</p> <p>2. Nos estatutos está presente que os fins da instituição são de beneficência, espirituais, culturais e educativos. O fomento da Inovação Social é uma representação atual desses valores?</p> <p>3. O passado de intervenção social, avançado para o seu tempo de Eugénio de Almeida foi uma motivação e consequência lógica para atualmente se abraçar processos ainda não completamente conhecidos e estabilizados como é o caso da Inovação Social? Pode-se fazer este paralelo?</p> <p>4. A FEA pertence a algumas redes institucional? Qual</p> <p>5. A FEA recorre a redes formais ou informais para realização dos seus objetivos, como foi construída essa rede? Contactos formais ...informais?</p> <p>6. Como se têm articulado os projetos sociais (objetivo desde sempre da Fundação) com as mudanças e as inovações deste setor (Inovação Social, trabalho em rede, etc.)?</p>	<p>a) Influências externas, internas experiências, motivações</p>
<p>Tópico B. Atividades</p> <p>Questões</p>	<p>Identificar formas de intervenção e seus resultados práticos</p> <p>Conhecer as atividades e experiências concretas dentro do tema Inovação Social na FEA</p> <p>1. A Fundação promove, mas penso que não dirige estas atividades como executante, socorre-se de entidades externas porquê considera ser mais enriquecedor? ou está a ganhar know-how para futura liderança autónoma deste processo.</p> <p>2. A Inovação Social na Fundação surge ligada às instituições de solidariedade social, a capacidade e experiência. empresarial da Fundação não poderá levar a alargar o âmbito das suas ações numa perspetiva mais de sustentabilidade e visão empresarial da Inovação Social?</p> <p>3. Como prevê a evolução futura das atividades da FEA</p>	<p>a) Áreas, formas, modos, futuro</p>

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A2 Análise da entrevista da entrevista semiestruturada com Henrique Sim-Sim, Coordenador da área social da Fundação Eugénio de Almeida

Tema - O modelo de ação da FEA. Percepção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Forças causais de formação do modelo de ação da FEA.	Início	Vasco Maria Eugénio de Almeida	(...) Vasco Maria Eugénio de Almeida(...)"
	Motivações	Empreendedorismo e inovação	"(...) em 1963 criar uma Fundação com estes fins, foi ela própria um processo de inovação. (...)" "(...) a família toda ela sempre foi empreendedora e inovadora em diversos domínios (...)"
	Influências externas recentes	Iniciativa comunitária EQUAL	"(...)cerca de 10 anos em 2006, iniciámos um projeto, acho que foi o 1.º passo, vá lá, de uma forma não consciente foi o desenvolvimento de um projeto financiado pela iniciativa comunitária EQUAL que era uma iniciativa que documentava muito a questão da inovação e tinha com ela uma metodologia muito bem estruturada (...)"
	Influências internas, experiências	Tomada de consciência do facto de ser fomentadora do processo de IS	"(...) é aí que começa de alguma forma... de uma forma não consciente, vá lá, a trabalhar o tema da Inovação Social. E, quando no final desse projeto apresenta...(...) a Fundação toma consciência que está ela própria também a fomentar processos de Inovação Social a nível do território da nossa região. (...)"
	Influências externas, após o início de atividades	Prémio <i>empowering your future</i>	"(...) se concretiza no projeto voluntariado de proximidade que é reconhecido pela iniciativa comunitária EQUAL como um produto de Inovação Social e, aliás, recebe no final desse programa um prémio para Inovação Social - <i>empowering your future</i> (...)"
Início: Áreas, formas, modos	Tema presente na FEA	Frequência de reflexão institucional e compreensão do processo	"(...) E, a partir daí, este tema começa a ser um tema mais presente na reflexão da Fundação, começa a compreender que estes processos de desenvolvimento comunitário territorial, (...)"
	Conceitos que se relacionam	Conhecimento de que os resultados do desenvolvimento territorial e IS têm	"(...) começa a compreender que estes processos de desenvolvimento comunitário territorial, quando copulados com processos de Inovação Social, têm os seus resultados... enfim, um impacto muito superior. (...)"

Tema - O modelo de ação da FEA. Percepção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
		impactos superiores se juntos	
	Investigação e premência	Início da investigação e urgência da ação	"(...) E, portanto, a partir daí começa a fazer essa reflexão para ela própria, começa a fazer alguma investigação e começa a perceber que é um território que é urgente trabalhar e, (...)"
	Realizações iniciais para o exterior	Realizações diversas no âmbito da IS	"(...) começa a realizar os cursos, as formações, os laboratórios(...)".
	Enquadramento de trabalhos anteriores com a IS	Juntando atividades de qualificação, IS, empreendedorismo	"(...) interessante também notar que... a Fundação já vinha a trabalhar o tema da qualificação dos dirigentes de Inovação Social e, portanto, de alguma forma isto tudo se vai fundindo naquilo que hoje resulta num programa de capacitação para o 3.º setor e em paralelo decorre também um...desenvolvemos também um programa para a inovação... para o empreendedorismo e Inovação Social. (...)"
	Valores estatutários e IS	Desenvolvimento integral das pessoas da região de Évora	"(...) o fomento da Inovação Social é uma representação atual desses valores. Diria que sim. Diria que ao fim ao cabo nos estatutos o que está presente é o desenvolvimento integral e pleno das pessoas da região de Évora. (...)"
	Conceito institucional de IS	A Inovação Social como fator transversal e elevatório	"(...) E com base nestes grandes 4 pilares: beneficência... área social - vá lá, que nós chamamos de área social - espirituais, culturais e educativos. E, portanto, a Inovação Social é também transversal a todos estes estatutos, a todas estas áreas temáticas. Portanto, sim esta procura da inovação, da elevação - como dizem os estatutos - da pessoa nestes domínios é também feita através destes movimentos de Inovação Social. (...)"
	IS com área/conceito ainda não bem definida/estabilizada	"ADN" inovador como contribuição para a materialização do conceito	"(...) José Maria Eugénio de Almeida foram grandes empreendedores e grandes inovadores na área agrícola fundamentalmente, mas na área dos negócios o José Maria e depois na área agrícola Vasco Maria Eugénio de Almeida. E, portanto, todo esse capital, todo esse ADN inovador de alguma forma está presente na Fundação. (...)"
Partenariado e redes	Transversalidade de experiências	Área económica, académica social	"(...) Foi assim na área dos vinhos, quando a Fundação desenvolve o seu projeto vitivinícola e onde faz uma parceria muito forte à Universidade de Évora para investigar e para inovar nos processos. E tem sido também assim na área social, onde temos trabalhado também este tema com

Tema - O modelo de ação da FEA. Percepção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
			os melhores investigadores e academia, neste tema, portanto, nesta questão do conhecimento e da inovação está obviamente intrínseco, são questões intrínsecas e Vasco Maria Eugénio de Almeida continua a ser hoje ainda uma inspiração para a equipa toda (...)"
	Níveis de redes institucionais	Três níveis de redes: nível internacionais, nível bilateral e outro nível de áreas específicas	"(...) nós... nas redes institucionais... a Fundação tem, vá lá, 3 grandes níveis de redes. Temos as redes internacionais, temos um Centro Europeu de Fundações, estamos no Centro Europeu de Voluntariado, estamos noutras redes bilaterais com fundações, com outras organizações internacionais em diversas áreas. Depois, temos um conjunto de redes mais nacionais, como sendo o Centro Português de Fundações, a Confederação Portuguesa de Voluntariado, outras redes... outras redes temáticas que existem. Portanto, temos um conjunto de redes... (...)"
	Importância	Conhecimento, informação, capital (necessário) para o surgimento de oportunidades	"(...). Agora, a importância que nós atribuímos a estas redes é fundamental, quer o conhecimento que delas adquirimos, quer a informação atualizada, portanto, todo esse capital de surgimento de oportunidades... (...)"
	Surgimento das redes	Muitas de contactos informais	"(...) há muitas que surgem de contactos informais, porque estamos em algumas redes e, portanto, é natural que surjam outros convites e que surjam oportunidades (...)"
	Pesquisa de redes	Escolha de redes a que se quer pertencer	"(...) nós também fazemos o nosso trabalho de pesquisa, de benchmarking, de identificação de redes onde queremos estar presentes e aí trabalhamos diretamente com essas entidades, quer seja, como lhe disse, bilateralmente. Verificámos, por exemplo, que uma Yang Foundation... no início, identificámos que é um líder europeu e, portanto, fizemos o contacto com eles e trabalhamos nós. (...)"
Articulação dos projetos sociais (tradicionais) com as mudanças e as inovações do setor da IS	Simultaneidade de projetos	Procura de desenvolver processo de inovação nas iniciativas	"(...) nós, nos nossos projetos sociais, projetos próprios... a Fundação tem fundamentalmente um projeto próprio que é o projeto voluntariado de proximidade, ou seja, nós... depois temos um projeto de voluntariado cultural que é uma coisa um bocadinho mais experimental, vá lá, mas um projeto próprio diria que é o projeto voluntariado de proximidade com intervenção no terreno onde se complementa a intervenção dos serviços técnicos e dos serviços públicos com base no voluntariado. E, portanto, nós temos procurado... foi esse projeto que deu... que há pouco falava que surgiu do

Tema - O modelo de ação da FEA. Perceção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
			EQUAL e, portanto, foi esse projeto... foi um projeto conhecido como um projeto de Inovação Social e, de alguma forma, sempre temos procurado incluir e atualizar e desenvolver processos de inovação nesse projeto e noutras iniciativas que desenvolvemos. (...)"
Transferência da inovação	Metodologias	Ações de formação <i>bootcamp</i> , parcerias com incubadoras	"(...) que nós fazemos muito é transferir estas metodologias para essas missões da nossa região. E, para isso, temos feito algumas ações de formação e temos feito alguns... aquilo que nós... os bootcamp de empreendedorismo em parceria com o IES, onde nasceram as tais iniciativas de inovação e que depois que nós tentamos acompanhá-las e alavanca-las. Por algumas tivemos um pequeno prémio para elas poderem implementar os processos de inovação que é importante e para outras fomos acompanhando e temos estado a abrir portas. Tivemos também uma parceria com as principais incubadoras da região ADRAL, NERE e PCTA onde alguns empreendedores estão lá incubados, portanto, para desenvolverem os seus projetos. (...)"
Presente/Futuro	Posicionamento da FEA perante a IS	Elemento polarizador	"(...) a Fundação tem sido um pouco... tem-se assumido um pouco como facilitador como um (polarizador?) destes sistemas na região, apesar do que diz algures que a experiência é o capital da Fundação (...)"
	Causas	Maior impacto menor esforço financeiro	"(...) uma equipa relativamente curta. Sendo que... por isso temos assumido mais o papel de (polarizador?), até porque mesmo a nível de recursos financeiros também tem sido mais... temos tido maior impacto com menor esforço financeiro, (...)"
	Projetos presentes	Projeto estruturante e protocolo de colaboração com o Governo Português	"(...) estamos este ano a preparar um projeto... um projeto próprio que pode de alguma forma [00:15:00] ser mais estruturante para esta área da Inovação Social e onde estas entidades podem na mesma continuar a receber este conhecimento, esta informação, estas oportunidades, mas pode ser um projeto... pode ser um processo mais estruturante e mais profundo. E, portanto, para lhe responder à pergunta que estamos a ganhar know-how para uma futura liderança. Portanto, técnico, institucional também com a... portanto, a assinatura do protocolo de colaboração com o Governo Português para esta área. (...)"
Ampliação do âmbito das ações da FEA numa perspetiva de sustentabilidade e visão	Sustentabilidade e escala	Existem bons atores externos	"(...)A Inovação Social... os processos de Inovação Social, as iniciativas obrigam muito a ter presente a questão da sustentabilidade e a questão de escalar, portanto, do crescimento rápido e isso é tudo desenvolvido nas ações de formação que fizemos. Nesta área empresarial, estamos... temos trabalhado muito agora no... apesar de ser uma área onde a Fundação, o Conselho de Administração

Tema - O modelo de ação da FEA. Percepção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
empresarial da Inovação Social			não... existem bons atores a trabalhar aqui no terreno, existe a ANJE, existe como disse o NERE. Existem bons atores e, portanto, nós sentimos que não é um campo que nos seja totalmente... (...)"
Ampliação das áreas de intervenção das ações da FEA	Desemprego jovem, empreendedorismo	Cursos de empreendedorismo social,	"(...)temos trabalhado num problema social na nossa região, tem a ver com os desempregados, os jovens desempregados e para isso temos trabalhado, realizámos um conjunto de cursos de empreendedorismo que tentámos que fosse de empreendedorismo social, mas que não... não nos fechámos exclusivamente a esse tema. (...)"
	Turismo, capacitação	Projetos de turismo e capacitação	"(...) sejam projetos de turismo, sejam projetos de... portanto... já respondendo aqui. E, por outro lado, temos desenvolvido nos últimos tempos também programas de capacitação pessoal, na área do desenvolvimento pessoal para jovens desempregados, no sentido de transformar um bocadinho a sua forma de ver. (...)"
Inovação visando setores empresariais	Rede de jovens empreendedores	Criação de rede sustentada por mais de 100 jovens empreendedores em rede (Informal?)	"(...) E temos com essa gente toda, que têm sido formados, já foram talvez perto de 100 pessoas que já passaram por esses cursos de formação... pelos diferentes cursos de formação, criar uma rede de jovens empreendedores que vai sendo alimentada, vamos criando... fazendo algumas iniciativas. Portanto, sim, a Inovação Social também tem estado presente neste setor mais empresarial, (...)"
Evolução das atividades da FEA	três grandes programas	Voluntariado (desenvolvimento), voluntariado cultural, qualificação de líderes, empreendedorismo Social (densificá-lo, torná-lo mais visível, torná-lo mais sólido)	"(...) Temos o programa de voluntariado, continuamos a desenvolvê-lo e a criar algumas novas iniciativas que deem respostas às necessidades que vamos encontrando. Neste momento, estamos a trabalhar com... estamos a iniciar um trabalho com as escolas secundárias da cidade, temos depois o... para além daquilo que temos com o voluntariado de proximidade, com o banco local, com a formação, com o projeto de voluntariado inclusive, com o projeto de voluntariado cultural, estamos no programa de qualificação, continuamos a fazer aquilo que entendemos que é preparar líderes para as organizações do futuro. E no projeto de inovação e empreendedorismo social, estamos a tentar que ele seja mais sólido, que ele seja mais denso e mais visível e que prepare rapidamente as organizações também para as oportunidades que neste momento existem no território. (...)"
Iniciativas mais valorizadas (já realizadas)	FEA fomentadora	Tem procurado ser mais um catalisador de processos de desenvolvimento, papel	"(...) em procurado ser mais um catalisador de processos de desenvolvimento do que propriamente responder a problemas muito específicos, para públicos muito específicos, portanto, existem essas... (...) a Fundação entende que o seu papel é um papel de background, (...)"

Tema - O modelo de ação da FEA. Percepção da realidade da IS, espaço de intervenção.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
		de background	
	Projetos	cursos de empreendedorismo financiados pelo IEFP, <i>Bootcamps</i> de empreendedorismo social com o IES	"(...)Houve duas que foram interessantes, no sentido em que foi metodologia própria, desenvolvida pela Fundação e que teve resultados: foram os cursos de empreendedorismo financiados pelo IEFP e que a Fundação desenvolveu metodologia própria que as duas primeiras edições foram muito... de sucesso. E existem depois os laboratórios para a Inovação Social, aquilo que nós... os bootcamps de empreendedorismo social com o IES que é uma metodologia do IES que nós realizámos aqui e que acrescentámos na final alguma mentoria (...)"
Complementaridade entre organizações			"(...) porque existem N organizações no nosso território que fazem isso no dia-a-dia e fazem isso bem feito. Portanto, elas existem... as organizações para a deficiência que trabalham bem a deficiência, existem organizações para os idosos que trabalham bem os idosos, para a infância... (...)"
Liderança	Papel de liderança	Liderança com o objetivo do cumprimento dos seus fins de beneficência	"(...) ao colocar-se numa posição mais de charneira, de liderança destes temas está a cumprir os seus fins de beneficência para as pessoas. E é aí que a Fundação, penso que pode fazer a diferença... (...)"

Fonte: Autor com base em entrevista.

Anexo B Inventariação das ações da FEA no âmbito da Inovação Social

Tabela A 3 Ações da FEA no âmbito da Inovação Social

Ano	Nº de Ref ^{as} . nos Relatórios e contas	Referências mais significativas
2008	1	Prémio “projectar um novo futuro” relativamente ao produto Office-Box do Voluntariado apresentado no fórum Projectar um Novo Futuro: Encontro Europeu para a Inovação Social e Cooperação Transnacional, no âmbito da Iniciativa Comunitária Equal.
2010	1	A revista institucional da FEA ter sido reconhecida com um dos Prémios Design Meios & Publicidade; nessa revista existia um dossier dedicado ao tema da Inovação Social.
2012	3	<p>No âmbito do PROJETO ALENTEJO EMPREENDE realizou-se a Conferência Gestão das Organizações: Inovação e Sustentabilidade, um ciclo de workshops Empreendedorismo e Inovação Social.</p> <p>A FEA relevou neste relatório e contas da FEA o tema da Inovação Social enquanto instrumento para uma melhor intervenção operativa daquelas instituições em termos e qualificação, qualificação dos Dirigentes e Técnicos das organizações do Terceiro Setor.</p> <p>Iniciou ainda um estudo sobre a Inovação Social nas Organizações do Terceiro Sector do Distrito de Évora, executado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, em colaboração com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa</p>
2013	8	<p>Encontro 50 anos pelas pessoas! 50 ideias pelas pessoas!” foi um programa comemorativo integrada no Projeto Alentejo Empreende, financiado pelo INALENTEJO e desenvolvido em parceria com a ADRAL -, “teve como objetivo potenciar a criação de ideias inovadoras e empreendedoras passíveis de dar resposta a problemas sociais”</p> <p>Encontro 50 anos pelas pessoas! 50 ideias pelas pessoas!” foi um programa comemorativo integrada no Projeto Alentejo Empreende, financiado pelo INALENTEJO e desenvolvido em parceria com a ADRAL -, “teve como objetivo potenciar a criação de ideias inovadoras e empreendedoras passíveis de dar resposta a problemas sociais”</p> <p>Conferencia com o tema com tema “Empreendedorismo Social no Alentejo” por Maria Alvim, Coordenadora do Projeto MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social.</p> <p>Outra referência no Relatório e contas, remete-nos ao projeto Alentejo Empreende que visa iniciativas para a promoção do Empreendedorismo e para a Inovação Social, financiado pelo INALETEJO e desenvolvido em parceria com a ADRAL.</p> <p>Workshop Empreendedorismo e Inovação Social nas Organizações do Terceiro Setor</p> <p>Workshop Potenciar o Talento nas Organizações do Terceiro Setor</p> <p>Programa Cidadania Ativa (EEA GRANTS), foi concluído no quadro do Projeto o estudo Inovação Social nas Organizações do Terceiro Sector do Distrito de Évora, executado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT, e que inclui um diagnóstico sobre experiências</p>

		de Inovação Social das Organizações no Distrito de Évora, Assim como propostas e recomendações relativas à Fundação Eugénio de Almeida no campo da Inovação Social.
		Conferência Social Innovation: European Vision and Trends, Local Action and Programs. Foi orador Stuart Thomason, Gestor de Programas da Young Foundation, um dos mais reputados centros europeus na área da Inovação Social.
		Apresentação pública do estudo <i>Inovação Social nas Organizações do Terceiro Sector do Distrito de Évora, executado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território</i> , que teve lugar no dia 16 de outubro, e esteve a cargo da coordenadora científica do projeto, Isabel André, investigadora do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL). O trabalho integra um diagnóstico sobre práticas de Inovação Social das Organizações no Distrito, bem como um conjunto de propostas de ação futura.
2014	11	<p>O PROJETO PLAT.FOR.ÉVORA – PLATAFORMA PARA A COESÃO E INOVAÇÃO SOCIAL EM ÉVORA promovido pela Fundação Eugénio de Almeida e cofinanciado pelo InAlentejo, teve início em janeiro de 2014 e tem como objetivo promover o networking para a Inovação Social, introduzindo processos organizacionais e relacionais inovadores com vista à melhoria do desempenho das Organizações do Terceiro Setor (OTS) do Distrito de Évora e, consequentemente, das suas respostas e sustentabilidade.</p> <p>(Lab.for.Évora – Laboratório para Apoio ao Desenvolvimento de Novas Ideias Sociais) Tratou-se de um encontro de trabalho com as organizações do terceiro setor com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de ideias/projetos sociais inovadores de forma partilhada, entre as organizações presentes, promovendo a coesão e a Inovação Social no distrito de Évora.</p>
2015	15	<p>PROJETO PLAT.FOR.ÉVORA – PLATAFORMA PARA A COESÃO E INOVAÇÃO SOCIAL EM ÉVORA Financiado pelo InAlentejo, este projeto promovido pela Fundação Eugénio de Almeida teve início em janeiro de 2014 e encerrou em junho de 2015. I I FÓRUM PARA A COESÃO E INOVAÇÃO SOCIAL Realizou-se, no dia 23 de abril, no auditório do Fórum Eugénio de Almeida, a segunda edição deste encontro. A Fundação trouxe a Évora alguns dos mais reputados especialistas nacionais e estrangeiros na área do Empreendedorismo e da Inovação Social, que trouxeram novos temas e abordagens nestes domínios. De entre os diversos oradores destacam-se as presenças de: António Miguel, do Laboratório de Investimento Social (Fundação Calouste Gulbenkian / IES-SBS) , de Miquel de Paladella, Cofounder and CEO da UpSocial - Social Innovation for Communities, de Frederico Cruzeiro Costa, CEO da SEA – Social Entrepreneurs Agency, de Maika Diaz Aguilar , Project Manager da Fundecyt – Parque Científico e Tecnológico da Extremadura, e de Carlos Azevedo, Presidente da Direção da ESLIDER- PORTUGAL.</p> <p>A Fundação teve oportunidade de apresentar as diversas iniciativas levadas a cabo junto das Organizações do Terceiro Setor e outros atores, que têm contribuído para o desenvolvimento de competências e projetos de Inovação Social e Empreendedorismo. Por seu lado, algumas organizações apresentaram também os projetos que desenvolveram na sequência do trabalho realizado com a Fundação. Os Instrumentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação Social, foram também apresentados e debatidos neste Fórum, designadamente o Fundo Portugal Inovação Social, e o novo Quadro Alentejo 2020.</p>

